VICTORIA

Uma empresa do Grupo Segurador SMA

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.
RELATÓRIO & CONTAS 2016

GRUPO VICTORIA EM PORTUGAL

VICTORIA INTERNACIONAL DE PORTUGAL, S.G.P.S., S.A.

Capital

54.500

Milhões de Euros

VICTORIA - SEGUROS, S.A.

Capital

34.850

Milhões de Euros

VICTORIA - SEGUROS DE VIDA, S.A.

Capital

8.500

Milhões de Euros

A VICTORIA EM NÚMEROS

Valores em Euros

Prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento e contratos de prestação de serviços	113.665.751
Prémios Brutos Emitidos	112.289.853
Rendimentos de Investimentos	6.581.535
Custos com Sinistros	80.460.295
Provisão para participação no resultados	4.427.351
Participação nos Resultados atribuída	1.262.161
Provisões Técnicas e Provisões para Outros Riscos e Encargos	255.844.966
Volume Total do Balanço	381.789.888

ÍNDICE

01 | RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

02 | INFORMAÇÃO FINANCEIRA

27 | Balanços
33 | Demonstração dos Resultados
37 | Demonstração do Rendimento Integral
38| Demonstração dos Fluxos de Caixa
40 | Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios
44 | Notas às Demonstrações Financeiras

03 | RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

184 | Certificado Legal de Contas
189 | Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

ESTRUTURA DE GOVERNO DA SOCIEDADE

VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.
VICTORIA - Seguros, S.A.
VICTORIA – Seguros de Vida, S.A.

Relatório e contas aprovado em AG a 30 de Março de 2017.
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico.

Mesa da Assembleia Geral

José António Ribeiro
Presidente

J.A. Pinto Ribeiro & Associados, Sociedade Advogados (representada por Maria Mateus Pinto)
Secretário

Conselho de Administração

Didier Ridoret
Presidente

Pierre Esparbès
Vogal

Bernard Milléquant
Vogal

Hubert Rodarie
Vogal

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Conselho Fiscal

João de Lara Everard
Presidente

Santiago Gil de Biedma
Vogal

António Vilar
Vogal

Luís Henriques
Suplente

Revisor Oficial de Contas

Ernest & Young Audit & Associados - S.R.O.C., S.A. (SROC nº 178) (representada por Ana Salcedas (ROC nº 1230)
Efetivo

João Carlos Miguel Alves (ROC nº 896)
Suplente

Conselho Executivo

Cyrille Mascarelle
Administrador Delegado

Carlos Suárez
Diretor Geral Adjunto

Francisco Campilho
Diretor Geral Adjunto

01
RELATÓRIO

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Nos termos do Artigo 508º-A do Código das Sociedades Comerciais, do disposto no Decreto-Lei n.º 147/94 de 25 de maio e dos Estatutos, submetemos à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2016. Estes elementos referem-se às seguintes sociedades:

- VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A.
- VICTORIA - Seguros, S.A.
- VICTORIA - Seguros de Vida, S.A.
- SELICOMI Portugal, Lda

1.1 Situação económica

De acordo com as previsões divulgadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), a economia global terá crescido no ano de 2016 cerca de 2,9%, em linha com os valores registados em anos anteriores (2015: 3,0%).

A economia que mais contribuiu para o ligeiro abrandamento registado foi a economia Norte Americana. A significativa redução do investimento realizado no sector da energia, bem como a volatilidade registada no preço do petróleo ao longo do ano tiveram impacto no comportamento da economia dos Estados Unidos da América (EUA).

Na Europa também se registou um abrandamento do crescimento, com uma variação de apenas 1,7% em 2016, o que compara negativamente com os 2,0% registados em 2015. O elevado endividamento publico e a incerteza política decorrente do Referendo ao British Exit (Brexi)t realizado no Reino Unido, foram os principais fatores que contribuíram para o fraco desempenho registado.

De acordo com os dados divulgados pela Comissão Europeia, e analisando mais detalhadamente as várias economias que compõem a Zona Euro, a Alemanha registou um crescimento de 1,9%, tendo a França ficado pelos 1,3%. Em sentido inverso, destacaram-se a Irlanda que registou um crescimento de 4,1% e a Espanha com 3,2%.
A taxa de inflação na Zona Euro no final do ano foi de 1,1%, que contrasta com os 0,2% registados no final de 2015.

Nos mercados emergentes, destaque para o Brasil, que apesar da instabilidade politica vivida, regis-tou uma evolução negativa do produto Interno Bruto (PIB) de 3,3%, ainda assim um pouco melhor que os -3,8% registados no ano anterior. A economia nipónica cresceu 0,8% em 2016, face aos 0,6% no ano anterior. Para tal foi determinante o facto do Banco do Japão ter introduzido no início do ano taxas de juro negativas no mercado, algo nunca antes verificado.

Em Portugal, o crescimento do PIB situou-se em 1,3% (2015: 1,6%). As perspetivas para 2017 situam-se na ordem dos 1,5%, antecipando-se assim uma aceleração moderada do crescimento económico.

Em 2017, é esperado um ano com grande volatilidade nos mercados globais, em particular na Europa, atendendo à incerteza gerada pela realização de eleições em países como a Holanda (março), França (maio) e Alemanha (setembro), mas também, as consequências do Brexit.

1.2 Mercados Financeiros

Dois acontecimentos tiveram um grande impacto nos mercados financeiros em 2016.

O primeiro ocorreu no primeiro semestre de 2016 marcado pelo referendo realizado no Reino Unido em Junho e pela vitória inesperada do Brexit. A expectativa criada em volta dos resultados do referendo resultou numa elevada volatilidade para os mercados, tendo a Libra chegado a desvalorizar 10,68% face ao dólar, no dia imediatamente a seguir ao referendo. A saída efetiva do Reino Unido da União Europeia (EU) e as implicações económicas que dai advêm ainda não estão claras.

Já no último trimestre do ano, viveu-se um novo perídio instabilidade política, desta vez no outro lado do oceano atlântico. Ao contrário do que todas as sondagens previam, Donald Trump acabou por derrotar Hillary Clinton e foi eleito 45º Presidente dos EUA. Contrariando os primeiros receios criados em volta desta vitória, os mercados norte americanos acabaram por reagir positivamente à eleição do candidato Republicano. Este comportamento ficou a dever-se ao impacto esperado das anunciadas medidas protecionistas anunciadas pelo atual presidente.

Assim, os mercados de ações fecharam o ano de 2016 ligeiramente positivos na Europa registando uma valorização de 1,48% no índice DJ Euro Stxx, enquanto que nos Estados Unidos, o S&P 500 encerrou o com uma forte valorização na ordem dos 9,9%. Em Portugal o índice PSI 20 desvalorizou 11,93%, o que compara com o desempenho positivo registado em 2015 de 10,7%.

As taxas de juro da dívida soberana mantiveram-se na Europa em níveis extremamente baixos, embora se tenha assistido a um aumento considerável da volatilidade ao longo de todo o ano. Na Alemanha o rendimento da divida pública a 10 anos, desceu neste período de 0,63% para 0,21%, enquanto em Portugal o rendimento das Obrigações do Tesouro para o mesmo prazo registou um incremento de 2,50% para 3,75%, refletindo um aumento no prémio de risco da dívida pública nacional. Relativamente ao mercado de dívida de empresas, o índice IBOXX Euro Corporate fechou com uma valorização de 4,72%. Esta valorização incorpora naturalmente a valorização deste tipo de ativos, decorrente da descida generalizada dos níveis de taxa de juro.

1.3 Mercado segurador

Em 2016, de acordo com os dados divulgados pela Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a atividade seguradora apresentou uma nova redução de 14,1% (2015: 11,60%) da produção do seguro direto que se situou em 10,9 mil milhões de euros. Manteve-se, como nos anos anteriores mas no mesmo sentido do que foi observado em 2015, um comportamento distinto entre os ramos Vida e Não Vida.

Com efeito, a produção do ramo Vida registou uma quebra de 23,0% (2015:-17,80%). Para esta evolução, que se fez sentir novamente na redução da comercialização dos produtos financeiros, contribuíram quer os níveis baixos da taxa de poupança quer a conjuntura continuada de reduzidas taxas de juro e os impactos na oferta deste segmento de produtos de poupança

Nos Ramos Não Vida, registou-se em 2016 um crescimento de 5,0% (2015: 3,8%), a taxa de crescimento mais elevada dos últimos dez anos, mantendo assim o acompanhamento da evolução mais favorável de alguns dos principais indicadores macroeconómicos do país, nomeadamente o crescimento do PIB e do próprio nível de desemprego.

Relativamente ao enquadramento legal e regulamentar, o ano de 2016 foi marcado pela entrada em vigor no dia 1 de Janeiro do novo regime jurídico, instituído pelo Decreto-Lei nº147/2015 de 9 de setembro, que aprovou o regime de acesso e exercício à atividade seguradora e resseguradora, transpondo a Diretiva de Solvência II e procedendo à alteração e atualização do regime processual e de outros diplomas com impacto na atividade de seguros e de fundos de pensões. Esta atualização das peças de regulamentação levou a que durante o ano fossem publicadas uma série de normas regulamentares da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF).

2. ATIVIDADE DA VICTORIA EM 2016

2.1 Atividade da empresa

O ano de 2016, exercício intercalar do plano definido para o triénio 2015-2017, permitiu intensificar o crescimento dos prémios brutos emitidos na prática totalidade das linhas de negócio da VICTORIA-Seguros, S.A., dando continuidade à recuperação iniciada em 2015. Por outra parte, manteve-se vigente o princípio diretor da rentabilidade alicerçada no equilíbrio técnico, o que permitiu, pelo terceiro ano consecutivo, apresentar um resultado líquido positivo.

Por sua vez, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. permaneceu em níveis semelhantes de prémios brutos emitidos nos produtos associados à componente de risco e reduziu a receita nos produtos de capitalização, em consonância com a sua estratégia de comercialização e perfil de carteira. Ainda assim, e mantendo-se fiel ao referido princípio da rentabilidade alicerçada no equilíbrio técnico, a Companhia conseguiu, mais um ano, exibir um resultado líquido positivo.

Dando continuidade ao plano de ação iniciado em 2015, a VICTORIA prosseguiu com o trabalho de identificação, captação, defesa, retenção e recuperação de negócio rentável, através de distribuidores profissionais, aumentando a focalização no alargamento e consolidação da base distributiva e a melhoria da eficácia no processo comercial. Ao mesmo tempo, reforçaram-se as ações de formação, os encontros temáticos com a distribuição e as iniciativas de venda pró-ativa conjunta, procurando uma maior proximidade junto do negócio e o incremento do valor percebido das soluções VICTORIA. Igualmente, reforçou-se a aposta nos novos distribuidores rentáveis, alicerçada nas medidas de orientação tarifárias e políticas de incentivos conducentes ao desenvolvimento de parcerias de longo prazo. Por fim, as linhas orientadoras definiram as particularidades da abordagem comercial, em função do público-alvo e a natureza da proposta VICTORIA, inserida no mercado.

Ao nível de projetos estruturantes, a VICTORIA garantiu a implementação do modelo Solvência II, a entrada em produção dum moderno sistema de recebimentos e pagamentos e a primeira fase dum novo modelo de acompanhamento comercial; avançou significativamente numa solução de tratamento e armazenamento de dados, bem como na análise e desenho duma ferramenta de prospeção de negócio; e lançou um portal de clientes de saúde destinado a facilitar a gestão autónoma e célere de vários processos e um portal de clientes de aplicações financeiras desenhado para consultar, a qualquer momento, a evolução das mesmas.

Finalmente, ao nível organizacional, a VICTORIA continuou a reforçar a sua cultura de gestão por projetos, baseada na análise de custo-benefício e na monitorização de resultados obtidos centralmente, afinando o modelo de gestão de riscos,

organização e implementação de projetos e apostando na procura contínua de ganhos de eficiência.

2.2 Prémios e entregas

Em 2016, registou-se uma diminuição do volume de Prémios Brutos Emitidos (PBE) face ao ano anterior, atingindo EUR 112.289.853 (2015: EUR 114.595.805). Esta redução traduz-se em termos relativos num decréscimo de 2,0% dos PBEs face ao registado em 2015, mantendo a tendência do ano anterior (queda de 2,4 % em 2015 face a 2014).

Considerando o volume global de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento, verificamos que face ao ano transato, a evolução registada foi idêntica. Os prémios estatutários perfizeram o total de EUR 113.665.751, o que compara com os EUR 116.883.344 registados em 2015, ou seja, registou-se um decréscimo de 2,8% face ao exercício anterior. No quadro seguinte, podemos analisar mais detalhadamente a evolução por ramo:

Prémios e entregas	2016	%	%	2015	%	%	Var 16/15
VIDA	**36.089.008**	**100,0%**	**31,8%**	**42.534.370**	**100,0%**	**36,4%**	**-15,2%**
Contratos de seguro	34.713.111	96,2%	30,5%	40.246.831	94,6%	34,4%	-13,7%
Contratos de investimento	1.375.897	3,8%	1,2%	2.287.539	5,4%	2,0%	-39,9%
NÃO VIDA	**77.576.742**	**100,0%**	**68,2%**	**74.348.974**	**100,0%**	**63,6%**	**4,3%**
Acidentes de trabalho	6.594.878	8,5%	5,8%	6.074.423	8,2%	5,2%	8,6%
Acidentes pessoais	4.369.949	5,6%	3,8%	3.644.649	4,9%	3,1%	19,9%
Saúde	29.882.062	38,5%	26,3%	28.806.775	38,7%	24,6%	3,7%
Incêndio	15.197.708	19,6%	13,4%	15.653.469	21,1%	13,4%	-2,9%
Automóvel	13.522.755	17,4%	11,9%	12.439.442	16,7%	10,6%	8,7%
Transportes	5.624.705	7,3%	4,9%	5.337.960	7,2%	4,6%	5,4%
Responsabilidade Civil	2.286.678	2,9%	2,0%	2.259.265	3,0%	1,9%	1,2%
Diversos	98.008	0,1%	0,1%	132.992	0,2%	0,1%	-26,3%
TOTAL	**113.665.751**		**100,0%**	**116.883.344**		**100,0%**	**-2,8%**

No ramo Vida, registou-se em 2016 uma quebra de 15,3% na receita proveniente de contratos de seguro (2016: EUR 34.079.828 vs 2015: EUR 40.246.831). Evolução idêntica verificou-se na produção de contratos de investimento. Neste caso, enquanto em 2015 o volume de prémios se situara nos EUR 2.287.539, em 2016 o valor registado foi de EUR 1.375.897. Em termos relativos, observamos assim, uma

diminuição de 39,9% com origem na comercialização de contratos de investimento. Noutra perspetiva, constata-se que contrariando a tendência de 2015, a receita de prémios com origem em contratos de Empresas apresentou uma diminuição, 19,7%, assumindo o volume total de prémios o valor de EUR 14.096.491 (2015: EUR 17.565.661), dos quais EUR 633.283 (2015: EUR 0) correspondem a contratos de seguros em Livre Prestação de Serviços. No mesmo sentido, evoluiu a receita obtida através de contratos celebrados com Particulares que decresceu 9,1%, atingindo os EUR 20.616.620 (2015: EUR 22.681.170).

No seu conjunto, a produção Vida decresceu 15,2%, mantendo a tendência registada no ano anterior (2015: 4,7%).

Nos ramos Não Vida, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um crescimento global de 4,3% (2015: 0,4%).

- No ramo de Saúde, mantendo o registo do ano anterior, a produção cresceu 3,7% (2015: 2,2%), para um total de EUR 29.882.062 (2015: EUR 28.806.775).

- Em Incêndio e Outros Danos, mantendo a tendência registada em 2015, a VICTORIA registou uma quebra de produção de 2,9% (2015: -0,6%).

- No ramo Automóvel registou-se uma inversão na tendência de quebra de produção a que se vinha assistido nos últimos anos. A variação relativa do volume de prémios registado em 2016 face a 2015, traduz um aumento de 8,7% (2015: -5,0% face a 2014).

- No ramo Transportes, mais uma vez, a VICTORIA consolidou a sua posição como empresa de referência no mercado. Face a 2015, verifica-se um aumento nos Prémios Brutos Emitidos (PBE) de 5,4% (2015: -3,3%), ao qual corresponde um volume de prémios de EUR 5.624.705 (2015: EUR 5.337.960). Este ramo confirmou a sua importância crescente para a companhia, registando em 2016 uma quota na carteira correspondente a 4,9% do total de prémios emitidos, face a 4,6% no ano transato.

- Acidentes de Trabalho continua a ser um ramo no qual a subscrição de riscos exige um acrescido rigor e prudência, sendo inclusivamente um ramo que tem sido objeto de ações específicas de controlo por parte da autoridade de supervisão. Fruto das medidas tomadas em anos anteriores, em 2016 nesta linha de negócio, a VICTORIA registou um aumento controlado, porém, substancial na produção. A variação de receita registada foi de 8,6%, à qual correspondeu uma receita de prémios de EUR 6.594.878, o que compara com a descida de 0,5% no ano anterior (2015: EUR 6.074.423).

- O ramo de Acidentes Pessoais, forte aposta da VICTORIA, registou uma evolução bastante positiva. O volume de prémios apresentou em 2016 um crescimento de 19,9 % (2015: 0,9%), para EUR 4.369.949 (2015: EUR 3.644.649).

- Em Responsabilidade Civil Geral, confirmando a tendência do ano anterior, a VICTORIA registou um acréscimo de produção de 1,2% (2015: de 39,6%), ao qual correspondeu um nível de produção de EUR 2.286.678 (2015: EUR 2.259.265).

- A receita gerada nos ramos Diversos apresentou um decréscimo de 26,3% (2015: -15,2%). O volume de prémios neste ramo foi de EUR 98.008 (2015: EUR 132.992), representando apenas 0,1% do total de prémios.

2.3 Sinistralidade e Participação nos Resultados

Acompanhando a tendência registada no ano anterior, o valor global não consolidado registado em custos com sinistros de contratos de seguro no exercício de 2016, ascendeu a EUR 79.914.904 (2015: EUR 85.078.132) traduzindo um desagravamento de 6,1% face ao verificado no período homólogo (2015: diminuição de 7,1%).

Custos com sinistros	2016	2015	Var 16/15
VIDA	**32.551.857**	**36.961.366**	**-11,9%**
NÃO VIDA	**47.908.438**	**48.116.766**	**-0,4%**
Acidentes de trabalho	6.008.328	7.778.627	-22,8%
Acidentes pessoais	721.554	566.012	27,5%
Saúde	21.699.222	20.603.432	5,3%
Incêndio e outros danos	6.527.627	6.254.742	4,4%
Automóvel	9.010.042	8.904.666	1,2%
Transportes	3.179.054	3.140.529	1,2%
Responsabilidade Civil e Diversos	762.611	868.758	-12,2%
TOTAL	**80.460.295**	**85.078.132**	**-5,4%**

No Ramo Vida, as indemnizações globais ascenderam a EUR 32.551.857 (2015: EUR 36.961.366), o que se traduz, num decréscimo de 11,9% relativamente ao período ao ano transato (2015: 4,9%). Os montantes pagos relativos a Vencimentos, Resgates e capitais por morte ou invalidez, sofreram no seu conjunto uma quebra de EUR 4.800.615 face a 2015, ou seja, menos 14,4%. Por outro lado, os custos de gestão imputados, rendas e Outras rubricas, evoluíram em sentido contrário, registando um aumento de 11,0% face a 2015, ou seja mais EUR 391.106.

De destacar o aumento de 8,8 % verificado nos montantes pagos com Rendas, ou seja, mais EUR 214.551 que no ano anterior e nos custos de gestão imputados, 14,4%, ou seja, mais EUR 150.146 que em 2015. Em sentido contrário, destaca-se a evolução nos montantes pagos correspondentes a vencimentos, -14,6%, o que representou menos EUR -2.257.843 que em 2015.

As indemnizações no ramo Vida apresentaram a seguinte distribuição:

Custos com sinistros	2016	2015	Var 16/15
VIDA	**32.551.857**	**36.961.366**	**-11,9%**
Vencimentos	13.167.168	15.425.011	-14,6%
Capitais morte ou invalidez	2.655.605	3.379.985	-21,4%
Rendas	2.658.135	2.443.584	8,8%
Resgates	12.786.982	14.605.374	-12,5%
Outras	87.700	61.291	43,1%
Custos gestão imputados	1.196.267	1.046.121	14,4%

A provisão para Participação nos Resultados sofreu uma ligeira redução de EUR 2.507.675 (2015: EUR 2.546.537) com a seguinte distribuição: EUR 2.467.330 (2015: EUR 2.362.978) por força dos montantes pagos aos nossos segurados e EUR 40.345 (2015: EUR 183.559) utilizados para aumento dos benefícios. Foram atribuídos do resultado do ramo Vida, EUR 2.175.748 (2015: EUR 2.037.451) a esta mesma Provisão. No final do exercício, a Provisão para Participação nos Resultados constituída era de EUR 3.992.767 (2015: EUR 4.324.694).

As provisões matemáticas sofreram um decréscimo no montante de EUR 372.605 (2015: 1.789.968), considerando a variação de benefícios mencionada no parágrafo anterior. Foram ainda efetuados testes de adequação das responsabilidades, à semelhança de anos anteriores.

As provisões matemáticas adicionais para garantia de resgate totalizaram EUR 3.626.651 (2015: 3.620.032). Não foi registada em 2016, qualquer variação no valor das provisões para compromisso de taxa que em 2015 eram de EUR 5.175.848.

A provisão para participação nos resultados a atribuir, sofreu uma redução face ao valor registado no ano anterior, totalizando em 2016 EUR 431.182 (2015: EUR 471.860).

Tal como no período homólogo, nos ramos Não Vida, verificou-se uma diminuição dos custos com sinistros, refletindo uma diminuição de 0,4% face a 2015 (2015: decréscimo de 8,7%). O valor total dos custos com sinistros registados nestes ramos foi de EUR 47.908.438 (2015: EUR 48.116.766). Nos ramos Não Vida a taxa de sinistralidade apresentou um desagravamento de 3,1 p.p. face ao ano anterior, situando-se nos 62,5% (2015: 65,6%).

A sinistralidade do ano registou uma redução para 63,0% (2015: 65,6%), tendo o contributo da sinistralidade de anos anteriores sido menor de -0,5% (2015: -0,1%). Procedendo à análise detalhada por ramo:

Taxa de Sinistralidade	2016	2015	Var 16/15
NÃO VIDA	**62,5%**	**65,6%**	**-3,1%**
Acidentes de trabalho	91,8%	127,8%	-36,0%
Acidentes pessoais	17,0%	15,5%	1,5%
Saúde	73,0%	73,1%	0,1%
Incêndio e outros danos	42,7%	39,9%	2,8%
Automóvel	68,7%	71,6%	-2,9%
Transportes	59,1%	60,1%	-1,0%
Responsabilidade Civil e Diversos	31,3%	40,9%	-9,6%

Relativamente à evolução registada no rácio de sinistralidade dos ramos reais, destacam-se os seguintes aspetos:

- Contrariamente ao que se verificou em 2015 relativamente a 2014, a sinistralidade do ramo automóvel em 2016 melhorou 2,9 p.p. face ao período homólogo, situando-se nos 68,7% (2015: 71,6%). A sinistralidade do ano agravou-se em 1,0 p.p., contudo, esse efeito foi mais que compensado pela evolução favorável da sinistralidade de anos anteriores que se situou em -3,5% (2015: 0,8%).

- Na linha de negócio de acidentes de trabalho, registou-se uma evolução bastante positiva no rácio de sinistralidade. O rácio de sinistralidade situou-se nos 91,8% (2015: 127,8%) o que representa uma redução de 36 p.p.. Tal ficou a dever-se fundamentalmente à redução dos níveis de severidade da sinistralidade em consequência da redução do número de sinistros graves, bem como, à diminuição do número de pedidos de revisão de incapacidades. O aumento da carteira contribuiu igualmente para a evolução registada. A sinistralidade do ano ficou assim nos 59,1% (2015: 86,2%) e por sua vez a sinistralidade de anos anteriores situou-se nos 32,7% (2015: 41,5%).

- No ramo de Incêndio, o rácio aumentou 2,8 p.p. para 42,7%, (2015: 39,9%). Este agravamento reflete a perda de carteira registada, expressa através da redução do prémio médio a par do número de apólices em carteira. A sinistralidade registada no ano ficou em 44,6% (2015: 43,6%) enquanto, a de sinistralidade de anos anteriores nos -1.9% (2015: -3,7%).

- Em Saúde, o rácio de sinistralidade não registou uma evolução favorável muito ténue, inferior a 0,1%. A sinistralidade do ano foi de 75,9%, valor que compara com os 79,1% registados em 2015. Esta situação, à semelhança do que já se havia verificado em 2015, resulta não só da renegociação das condições da Rede de prestadores da Future Healthcare, bem como, da manutenção do rigor na seleção de riscos no momento da subscrição.

- Em Acidentes Pessoais, o rácio aumentou para 17,0%, (2015: 15,5%). O ligeiro agravamento registado reflete o aumento da frequência da sinistralidade acompanhado de um aumento do custo médio dos montantes pagos. A sinistralidade registada no ano ficou em 22,2% (2015: 16,5%). A de sinistralidade de anos anteriores ficou nos -5,2% (2015: -1,0%).

- No ramo Marítimo e Transportes, a sinistralidade melhorou ligeiramente face ao valor registado em 2015. Se no ano anterior o rácio era de 60,1% em 2016 esse mesmo indicador apresentou o valor de 59,1%.

- Em responsabilidade Civil e Diversos, atendendo à ausência de sinistros de ponta ou de severidade mais elevada, a taxa de sinistralidade foi de 31,3% (2015: 40,9%).

Com base trimestral é efetuada a verificação da adequação global de provisões recorrendo à aplicação de modelos determinísticos. Para além da atividade já referida, procede-se mensalmente ao acompanhamento das provisões registadas contabilisticamente. Sempre que necessário, os eventuais ajustamentos resultantes desta análise são refletidos nos resultados da empresa. A aplicação facultativa, de modelos estocásticos para realização do teste à suficiência de provisões também é realizada. Da aplicação dos referidos modelos, não resulta a identificação de qualquer situação de provisionamento insuficiente.

O estudo efetuado no encerramento do exercício permite ainda constatar, que existe no encerramento dos sinistros libertação de provisão, reflexo da política de prudência seguida pela companhia, ao nível do provisionamento dos sinistros.

Das análises efetuadas ao custo médio de abertura de sinistros e ao respetivo custo de encerramento, efetuadas no final de cada ano, regista-se na generalidade dos exercícios um run off positivo.

2.4 Resseguro cedido

A VICTORIA manteve a sua política de resseguro, transferindo parte dos riscos por si assumidos através de tratados de resseguro adequados ao seu perfil de carteira. A contratação e seleção da pool de resseguradoras é efetuada de uma forma criteriosa e de acordo com a sua capacidade financeira.

Resseguro cedido NÃO VIDA	2016	2015	Var 16/15
Resultado	**-7.358.248**	**-7.685.284**	**-4,26%**
Prémios adquiridos cedidos	-41.177.828	-38.938.143	5,75%
Comissões	12.926.748	12.353.524	4,64%
Custos com Sinistros	20.892.832	18.899.335	10,55%

Resseguro cedido VIDA	2016	2015	Var 16/15
Resultado	**-700.557**	**-525.017**	**33,44%**
Prémios adquiridos cedidos	-3.092.684	-2.699.599	14,56%
Comissões + Part. Resultados	1.912.061	1.633.981	17,02%
Custos com Sinistros	480.066	540.601	-11,20%

2.5 Custos por natureza a imputar

Os custos por natureza a imputar atingiram EUR 22.372.846 (2015: EUR 21.395.413) o que se traduz num aumento de 4,6% (2015: - 5,7%).

A reestruturação realizada em 2014, que se caraterizou por uma redução do número total de efetivos, traduziu-se tal como esperado, numa redução de 6,8% nos Custos de Pessoal em 2015. Fruto de novas admissões para ocupar lugares estratégicos, que exigiam e exigem, maiores competências, a companhia tem vindo a reforçar cirurgicamente os seus quadros, tendo desta forma sido registado um natural incremento no valor desta rubrica em 2016, tal como previsto no plano da companhia. O valor registado em 2016 em custos com pessoal, foi de EUR 12.546.227 (2015: EUR 11.486.153), o que se traduz num aumento de 9,2% face ao ano transato.

Apesar do esforço contínuo de racionalização de custos, a rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos registou um aumento de 2,8% (2015: - 3,6%). Este aumento, que elevou para EUR 7.847.817 (2015: EUR: 7.633.663) o custo com fornecimento e serviços externos ficou a dever-se fundamentalmente à necessidade, já prevista, de recorrer aos serviços de alguns prestadores externos, com o propósito de desenvolver trabalhos pontuais, porém fundamentais, para aumentar a qualidade de serviço oferecida pela VICTORIA. Assim, para além da redução de prémios registada, com alguma naturalidade, o rácio de Custos por Prémios brutos adquiridos evoluiu de forma desfavorável durante o exercício, passando de 18,5% em 2015, para 19,8% no final do exercício de 2016.

Custos por natureza a imputar	2016	2015	Var 16/15
Total	**22.372.846**	**21.395.413**	**4,6%**
Custos com pessoal	12.546.227	11.486.153	9,2%
Fornecimentos e Serviços Externos	7.847.817	7.633.663	2,8%
Impostos e Taxas	661.528	519.081	27,4%
Amortizações	1.010.815	1.442.696	-29,9%
Juros e Comissões	306.458	313.820	-2,3%
% Prémios brutos adquiridos e entregas	**19,8%**	**18,5%**	**1,4%**

2.6 Rácio combinado Não Vida

O rácio combinado líquido de resseguro da atividade Não Vida, registou uma melhoria bastante acentuada, situando-se nos 99.9% (2015: 107,0%), o que corresponde a uma diminuição de 7,1% (2015: 3,1 p.p).

Rácio combinado liquido de resseguro	2016	2015	Var 16/15
NÃO VIDA	**99,9%**	**107,0%**	**-7,1%**
Acidentes de trabalho	117,9%	158,4%	-40,5%
Acidentes pessoais	105,0%	101,6%	3,3%
Saúde	96,4%	88,6%	7,8%
Incêndio e outros danos	86,4%	82,4%	4,0%
Automóvel	101,6%	107,6%	-6,0%
Transportes	92,9%	84,0%	8,9%
Responsabilidade Civil e Diversos	65,5%	164,3%	-98,7%

A evolução favorável manifestada pelo rácio Uma vez mais, a evolução favorável manifestada pelo rácio combinado líquido, não se manifestou de forma homogenia. Contribuíram de forma significativa para essa evolução, os Ramos Automóvel (diminuição de 6,0% face a 2015), Acidentes de trabalho (-40,5% comparativamente ao ano anterior) e Responsabilidade civil e Diversos (-98,7% por comparação com o exercício anterior). Em sentido contrário, evoluíram os Ramos de Saúde registando um aumento de 7,8 % relativamente a 2015, Acidentes de pessoais (+3,3% que em 2015), incendio e outros danos (+ 4,0% que em 2015) e Marítimo e transportes, cujo rácio se agravou face a 2015 em 8,9%.

Tal como em 2015, mantiveram-se em 2016 as condições positivas que levaram a uma libertação de provisões para riscos em curso no montante global de EUR 358.188 (2015: EUR 2.116.909). Nem todos os Ramos evoluíram de forma homogénea, tendo havido a necessidade de proceder ao reforço daquela provisão nos ramos de Automóvel (EUR 183.492), incendio e outros danos (EUR 72.890), saúde (EUR 42.809) e finalmente, acidentes pessoais (EUR 35.498).

Em contrapartida, procedeu-se à libertação da provisão em análise nos ramos de acidentes de trabalho (EUR 589.823) e responsabilidade civil e diversos (EUR 103.055). Por seu lado, no ramo de transportes e marítimo, a provisão para riscos em curso manteve-se inalterada face a 2015.

2.7 Recursos Humanos

No final de 2016 a VICTORIA tinha um total de 275 empregados (96 Vida e 179 Seguros) (2015: 269). A média etária era de 42,93 (2015: 42,33) anos, a antiguidade média no Grupo era de 12,61 (2015: 12,28) anos e a percentagem de colaboradores do sexo feminino era de 54,5 % (2015: 55,0%). Em termos de estrutura de graus de habilitações literárias, em 2016, 52,0% (2015: 50,2%) dos colaboradores possuíam qualificações ao nível do ensino superior universitário.

Dando seguimento às normas constantes no Acordo Coletivo de Trabalho celebrado entre a VICTO-RIA e os sindicatos STAS e SISEP publicado em 15/03/2016, e de acordo com o Contrato Constitutivo do seu Fundo de Pensões, nomeadamente quanto ao seu Plano de Pensões de Contribuição Definida, a VICTORIA efetuou em 2016 contribuições no total de EUR 124.715,45 para o mesmo Plano de Contribuição Definida, para afetação aos planos individuais dos seus Colaboradores.

O anterior Plano de Pensões de Beneficio Definido, mantém-se em vigor para garantir o pagamento das pensões dos beneficiários que já se encontravam a receber uma pensão através do Fundo de Pensões VICTORIA e as atualizações de pensões dos Colaboradores já reformados ao abrigo deste Plano de Beneficio Definido, agora alterado.

2.8 Formação

A aposta continuada na formação, ao longo dos diversos ciclos de vida da VICTORIA, confere um valor estratégico acrescido à motivação, mobilização, envolvimento e melhoria das qualificações e competências dos seus colaboradores, por forma a adequar e reter valências diferenciadoras no mercado segurador. Neste contexto foi desenhado e desenvolvido o Plano de Formação 2016 que integrou os seguintes indicadores globais:

Número de Ações de Formação realizadas:	60
Carga Horária correspondente (horas)	3092
Número de Participações de Colaboradores	663

As referidas formações foram distribuídas pelos diferentes programas de formação interna (88,7%) e externa (11,3%), com a seguinte tipificação:

Área Comercial e Marketing	46,8%
Áreas transversais (gestão de desempenho, auditoria, gestão, financeira e línguas	5,3%

estrangeiras)	
Sistemas de Informação (ferramentas tecnológicas, metodologias e administração de sistemas informáticos associados a projetos transversais)	5,9%
Área Técnica de negócio (ferramenta de gestão de processos de negócio, gestão e administração de portal de agentes, formação técnica de seguros e oferta de Produtos VICTORIA)	42%

Dos indicadores acima referidos, destaca-se o contributo da Academia de Vendas, que completou o seu 2º ano de atividade de formação, levando a cabo 6 ações de formação e envolvendo 453 participações, dando continuidade ao desenvolvimento e crescimento dos colaboradores, através da aplicação prática dos conhecimentos e competências adquiridas nas diversas vertentes ligadas ao processo de venda.

Ainda no que diz respeito a ações de formação decorrentes de projetos transversais da VICTORIA que integram componentes formativas, destacamos o Plano de Formação decorrente da implementação do Novo Modelo de Eficácia Comercial que contemplou 5 ações de formação, com um total de 161 participações (22 horas de formação), bem como o Plano de Formação do novo Sistema de Recebimentos e Pagamentos, com 3 ações realizadas e um total de 80 participações (10 horas de formação).

No âmbito das políticas que definem as diretrizes globais da VICTORIA, foram igualmente asseguradas ações de sensibilização em Gestão de Riscos, Prevenção de Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, Solvência II.

No que diz respeito à oferta de Formação a Canais de Mediação foram desenvolvidas, ao longo do ano, 60 ações de formação nas diversas áreas de formação, no total de 504 horas de formação, correspondendo a e 334 participações a diferentes públicos-alvo (Empregados, Agentes de Seguros, Operadores do Centro de Contactos e Distribuição e Operadores da Gestão de Contactos).

VICTORIA socialmente responsável

Durante o ano de 2016, a VICTORIA reforçou o seu papel interventivo no âmbito da uma Política de Responsabilidade Social dinâmica e contínua. Através da implementação de atividades diversificadas, procurou sensibilizar e dinamizar os seus Colaboradores para a necessidade de adotarem hábitos saudáveis de alimentação e de prática de exercício físico, pretendendo igualmente reforçar os benefícios para a saúde física e mental.

Também com o objetivo de contribuir para o aumento de qualidade de vida dos seus Colaboradores e respetivo agregado familiar, têm sido estabelecidos regularmente protocolos com empresas, contando atualmente com cerca de 55 entidades parceiras, que proporcionam condições vantajosas ao nível de aquisição de bens ou serviços nos mais

variados setores de atividade, tais como educação, desporto, hotelaria, restauração, estética, etc. No âmbito das atividades de cariz social, destacaram-se várias campanhas solidárias de angariação de fundos, donativos e recolha de alimentos, roupa e artigos diversos, que possibilitaram ajudar cerca de 12 instituições ao longo do ano de 2016, para além de diversas famílias a título particular.

Desta forma, o programa de responsabilidade social da VICTORIA assume um cariz cada vez mais solidário procurando fomentar o espírito de partilha e a mobilização dos seus colaboradores, onde as iniciativas e atividades desenvolvidas são de "TODOS, partilhadas por TODOS e para TODOS!"

2.9 Investimentos

O grupo VICTORIA em Portugal está integrado no grupo SMA (desde finais de 2011), sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2015 manteve-se a linha orientadora da estratégia de investimentos, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com maior segurança, em alternativa a ativos que pudessem eventualmente gerar mais rendimento.
A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco.

A carteira de investimentos consolidada das empresas de seguros atingiu, no final de 2016, o montante de EUR 336.238.090 (2015: EUR 343.171.912). A rubrica Títulos e Participações Financeiras, continuou a concentrar a maior "fatia" dos investimentos em carteira representando 86,1% do seu total (2015: 87,2%). Por seu lado, o investimento em Imóveis representava 13,7% (2015: 13,4%), enquanto 0,2% carteira, encontrava-se afeto a outros ativos financeiros (2015: 0,6%). A carteira de investimentos apresenta a seguinte distribuição:

Carteira de Investimentos	2016	%	2015	%	Variação 16/15
Total	**336.238.090**	**100,0%**	**343.171.912**	**100,0%**	**-2,0%**
Títulos e Participações Financeiras	289.531.704	86,1%	294.908.105	87,2%	-1,8%
Imóveis	45.918.385	13,7%	45.979.475	12,2%	-0,1%
Outros Ativos Financeiros	788.001	0,2%	2.284.332	0,6%	-65,5%

A 31 de Dezembro de 2016, a carteira de títulos e participações financeiras foi avaliada em EUR 289.531.704 (2015: EUR 294.908.105), apresentando a seguinte distribuição:

Carteira de Titulos	2016	%	2015	%	Variação 16/15
Total	**289.531.704**	**100%**	**294.908.105**	**100%**	**-1,8%**
Divida Publica	110.630.986	38,2%	123.198.376	41,8%	-10,2%
Obrigações Diversas	131.488.509	45,4%	128.909.435	43,7%	2,0%
Ações e Participações	3.183.409	1,1%	3.183.409	1,1%	0,0%
Outros	44.228.800	15,3%	39.616.885	13,4%	11,6%

Durante o ano de 2016, os títulos emitidos por Estados Soberanos, foram transacionados de forma sistemática, a níveis rendimento extremamente baixos ou até mesmo negativo, no caso de países com menor risco de crédito associado. Este efeito foi particularmente mais evidente, nas maturidades mais curtas. Por seu lado, as emissões de obrigações de empresas com reconhecida qualidade de crédito, tiveram um desempenho idêntico. Neste contexto de forma tática, e tal como no ano anterior, a gestão privilegiou o investimento em unidades de participação de fundos de tesouraria. Refira-se que o crescimento da classe de ativos "Outros" passou a representar 15,3% da carteira de títulos (2015: 13,4%).

No que se refere à qualidade de crédito da carteira de títulos, é de registar que 88,4% (2015: 91,4%) detém notação de crédito de investimento, ou seja notação superior ou igual a BBB.

Rating Carteira Obrigações	2016	2015
Total	**100,0%**	**100,0%**
AAA	16,8%	17,0%
AA	26,6%	38,5%
A	32,0%	23,0%
BBB	13,1%	12,8%
BB	6,3%	0,9%
B	0,0%	0,6%
NR	5,3%	7,1%

O resultado de investimentos diminuiu cerca de 4,3 milhões de euros face a 2015, totalizando EUR 7.072.615 (2015: EUR 11.415.836). Esta redução deve-se fundamentalmente, à não repetição do resultado extraordinário de 2,6 milhões de euros, decorrente da valorização do património imobiliário a par da redução em 1,6 milhões de euros nas mais-valias extraordinárias resultantes de alienação de ativos. Por seu lado, os rendimentos obtidos, devido ao reinvestimento dos vencimentos ter sido realizado a taxas inferiores, bem como, devido à própria redução da carteira de investimentos, registou uma quebra de 3,5% comparativamente a 2015.

Proveitos de Investimentos	2016	2015	Variação 16/15
Total	**7.072.615**	**11.415.836**	**-38,0%**
Rendimentos	6.581.535	6.817.686	-3,5%
Ganhos Realizados	1.050.299	5.218.064	-79,9%
Perdas Provenientes de Alienação	- 559.219	- 619.913	-9,8%
Perdas por Imparidade	-	-	n.d.

2.10 Fundos de Pensões

No ano de 2016, os ativos relativos aos 6 Fundos de Pensões geridos pela VICTORIA, apresentaram um crescimento de 5,9%, totalizando o montante de EUR 29.740.814 (2015: EUR 28.096.260).

2.11 Meio Ambiente

A VICTORIA sempre prestou uma atenção especial à proteção do meio ambiente. Neste contexto inserem-se medidas que visam a poupança de energia e a utilização de meios de trabalho que reduzam o mais possível os efeitos negativos em termos ambientais.
Assim verificámos que, para além dos impressos publicitários e de alguns outros formulários de menor volume, o nosso consumo de papel assenta primordialmente em folhas A4, cujo consumo foi de 2,5 (2015: 2,5) milhões de folhas. Com a separação do nosso lixo, enviámos para reciclagem 1,8 (2015: 2,4) toneladas de papel e cartão, utilizando para o efeito o sistema de recolha Ecoponto da Câmara Municipal de Oeiras.

Os consumos de energia e água no nosso Edifício de Miraflores, situaram-se em 720.561 (2015: 759.129) KW/H de energia elétrica, 26.460 (2015: 30.653) m3 de gás natural e 4.286 (2015: 4.241) m3 de água.

O consumo médio, por utilizador do Edifício e por ano, foi de 3.188 (2015: 3.258) KW/H de energia elétrica, 117,08 (2015: 131,56) m3 de gás natural e 18,96 (2015: 18,20) m3 de água.

O consumo nas nossas Delegações e Escritórios, incluindo o situado no Edifício VICTORIA, foi de 158.193 (2015: 160.287) KW/H de energia elétrica e de 799,00 (2015: 820,18) m3 de água.

2.12 Gestão de Riscos e Controlo Interno

Em 2016, manteve-se o alinhamento do modelo de gestão de risco e sistema de governação da VICTORIA à realidade do grupo SMA. A estrutura organizacional que suporta o desenvolvimento do Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno manteve-se também assente no modelo das três linhas de defesa, suportada pela existência de Comités específicos.

No que diz respeito às áreas de Gestão de Riscos e Organização e Controlo, enquadrando-se na segunda linha de defesa, ambas integram a Direção de Gestão de Riscos e Planeamento, tendo em conjunto como principal missão garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno adequado e eficaz, que permita identificar, mensurar, monitorizar e comunicar os riscos nas suas diversas vertentes e dimensões, possibilitando à gestão e tomada de decisão incorporar este conhecimento.

Os Comités que suportam diretamente e garantem o desenvolvimento contínuo da gestão baseada no risco são: Comité de Risco, Comité Gestão Ativo Passivo, Comité de Subscrição e Comité Anti-Fraude. Todos eles mantiveram o âmbito e a estrutura face ao ano transato.

O presente ano ficou neste âmbito marcado pela entrada em vigor, a 1 de janeiro, do novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.
Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

Destacam-se as seguintes atividades relacionadas com a implementação deste novo regime:

- Reporte do segundo relatório FLAOR (Forward Looking Assessment of Own Risks) à entidade de supervisão;
- Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II, para os novos reportes quantitativos;
- Reporte anual quantitativo e qualitativo no âmbito solo (VICTORIA - Seguros, SA; VICTORIA – Seguros de Vida, SA), denominado reporte de abertura, com referência a 1 de janeiro de 2016;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável do reporte referido no ponto anterior;
- Reporte trimestral quantitativo;
- Desenvolvimento do sistema de governação, com a identificação das funções chave e desenvolvimento das diversas políticas, alinhadas com o grupo e legislação em vigor.

Relativamente ao Sistema de Controlo Interno, em particular no âmbito do Risco Operacional, destacam-se em 2016 as seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Nomeação dos gestores de controlo interno e permanente (GeCIP's) por processo , de forma a garantir em conjunto com a área de organização e controlo a identificação e atualização contínua dos respetivos riscos e controlos, bem como a definição de planos de ação;
- Implementação da nova ferramenta para registo de incidentes (eFront), em alinhamento com a solução já usada pelas restantes empresas do grupo SMA, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;
- Ações de formação sobre os novos processos de trabalho e na ferramenta (efront), aos GeCIP's e outros utilizadores chave (declarantes de incidentes), tendo sido aproveitado as mesmas para a sensibilização sobre o novo regime de

solvência e os respetivos impactos nos procedimentos futuros da companhia;

- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente executado pela área de Organização e Controlo, e pelas equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude;

- Implementação de novos procedimentos de trabalho e controlos em sistema de suporte à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Para 2017 as ações estratégicas delineadas pelas áreas de Gestão de Riscos e de Organização e Controlo são:

- Continuação da implementação integral do regime de Solvência II, nomeadamente a nível de reporte quantitativo e qualitativo. Destaca-se a informação pública a ser disponibilizada pela primeira vez no segundo semestre de 2017, tendo uma periodicidade anual, o "Relatório sobre a solvência e a situação financeira";

- Continuação do desenvolvimento de uma gestão de riscos eficaz, com o desenvolvimento de modelos robustos que permita efetuar análises individuais (por produtos e/ou linhas de negócio) e agregadas dos riscos, com maior ou menor nível de granularidade;

- Suporte a nível de análises e respetiva comunicação que permita uma gestão e tomada de decisão conhecedora do risco a que se encontra exposta, a curto e médio prazo;
- Implementação da nova metodologia de gestão de risco operacional, e consequente atualização das matrizes de risco operacional para os vários processos e a avaliação da eficácia do Sistema de Controlo Interno;

- Continuação da identificação e implementação de novos procedimentos para a melhoria contínua dos controlos na deteção e prevenção de fraude, branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo;

- Dinamização da cultura de risco por toda a organização.

2.13 Outras Informações

Não existem quaisquer compromissos financeiros, significativos para a apreciação da situação financeira da empresa, que não figurem no balanço.

2.14 Resultado do Exercício

O resultado do exercício líquido de impostos da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., é de EUR 10.605 (2015: EUR - 3.449).
O resultado do exercício líquido de impostos da SELICOMI Portugal, Lda, é de EUR 254.087 (2015: EUR 231.781).

O resultado da conta técnica do seguro de vida é de EUR 111.165 (2015: EUR 75.489). O resultado líquido de impostos é de EUR 330.738 (2015: EUR 521.424).

O resultado da conta técnica do seguro não vida foi EUR 641.811 (2015: EUR 414.270). O resultado do exercício líquido de impostos é de EUR 518.597 (2015: EUR 56.585).

O resultado da consolidação contabilística efetuada é de EUR 979.109 (2015: 2.714.892).

2.16 Consolidação dos Resultados

Para efeitos de consolidação no Grupo Segurador SMA, França são também elaboradas contas em conformidade com as Normas de Contabilidade Francesas.

2.17 Previsões para o Ano 2017

O volume total de prémios de contratos de seguro e de entregas para contratos de investimento atingiu em Janeiro de 2017 o valor de EUR 15.955.186 (2016: EUR 16.677.968), o que representa uma quebra de 4,33% (2016: quebra de 3,30%).

A sustentabilidade do negócio e da VICTORIA, num enquadramento económico de crescimento moderado, inflação reduzida e desemprego controlado, mas, também, de grandes incertezas, nomeadamente no ramo Vida, continua a constituir um objetivo muito ambicioso. Porém, o Plano do ano 2017 foi construído para dar resposta ao desafio, a partir das seguintes ações:

- Alargamento e refrescamento da base de distribuição;
- Aumento da presença institucional e da marca VICTORIA;
- Automatização do acompanhamento do processo comercial;
- Entrada em produção do programa integrado de defesa e retenção da carteira;

- Implementação de novas funcionalidades no portal de agentes e clientes;
- Lançamento de novas soluções de produto.

Em 2017, dar-se-á, portanto, continuidade à execução da estratégia que vem diferenciando a VICTORIA, nos últimos cinco anos, baseada na proximidade junto da rede de distribuição profissional rentável, a oferta diferenciada de produto, o serviço de excelência e o posicionamento de especialização, no intuito de fornecer uma proposta de valor distinta.

Em 2017, será reforçado o acompanhamento do modelo de governação e de gestão de riscos, fundamentado numa melhor qualidade de dados, e continuar-se-á, igualmente, à procura de maior eficiência na gestão dos vários processos da empresa. À semelhança dos últimos anos, a formação irá fortalecer o seu peso específico como eixo estratégico de desenvolvimento da VICTORIA, através da aposta sistemática e o investimento efetivo em ações que aumentem o potencial dos recursos da empresa. Da mesma forma, continuará a ser robustecida a organização das ações de Responsabilidade Social Interna.

2.18 Considerações finais

Queremos agradecer aos Acionistas e aos restantes Órgãos Sociais todo o apoio prestado ao Conselho de Administração e ao Conselho Executivo.

Agradecemos igualmente a todos os Colaboradores da VICTORIA e a todos os Parceiros pela sua dedicação, indispensável para a concretização do projeto da VICTORIA.

Lisboa, 29 de março de 2017

O Conselho de Administração

02
INFORMAÇÃO FINANCEIRA

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

www.victoria-seguros.pt

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Un. Euros)

		Exercício			
Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
1	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	7.149.028		7.149.028	5.805.223
3	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.131.093		3.131.093	3.279.587
	Ativos financeiros detidos para negociação			-	-
4	Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	28.452.488		28.452.488	29.921.755
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	8.057.260		8.057.260	5.299.859
	Títulos de dívida	20.395.228		20.395.228	24.621.896
	Outros				
	Derivados de cobertura				
5	Ativos disponíveis para venda	249.250.809	313.563	248.937.246	258.676.450
	Investimentos em outras participadas e participantes				
	Instrumentos de capital e unidades de participação	36.485.103	313.563	36.171.540	34.317.025
	Títulos de dívida	212.765.706		212.765.706	224.359.425
	Outros				
7	Investimentos a deter até à maturidade	8.958.561		8.958.561	3.126.491
2	Terrenos e edifícios	45.928.385	-	45.928.385	45.968.443
	Terrenos e edifícios de uso próprio	2.154.900		2.154.900	2.325.548

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

		Exercício			
Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
	Terrenos e edifícios de rendimento	43.773.485		43.773.485	43.642.895
9	Outros ativos tangíveis	8.788.414	8.477.471	310.943	424.326
9	Inventários	48.743		48.743	52.246
	Goodwill				
10	Outros ativos intangíveis	27.374.718	20.737.171	6.637.547	5.486.820
14	Provisões técnicas de resseguro cedido	14.841.542	-	14.841.542	14.420.326
	Provisão para prémios não adquiridos	5.789.058		5.789.058	5.389.967
	Provisão matemática do ramo vida				
	Provisão para sinistros	9.052.484		9.052.484	9.030.359
	Provisão para participação nos resultados				
	Provisão para compromissos de taxa				
	Provisão para estabilização de carteira				
	Outras provisões técnicas				
12	Ativos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	1.852.985		1.852.985	1.762.253
11	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	16.426.958	4.732.200	11.694.758	11.254.200
	Contas a receber por operações de seguro direto	14.218.328	4.568.848	9.649.480	9.204.910
	Contas a receber por outras operações de resseguro	580.251	9.099	571.152	716.603
	Contas a receber por outras operações	1.628.379	154.253	1.474.126	1.332.687
13	Ativos por impostos	2.586.013	-	2.586.013	2.650.518
	Ativos por impostos correntes	1.096.087		1.096.087	1.073.556
	Ativos por impostos diferidos	1.489.926		1.489.926	1.576.962
17	Acréscimos e diferimentos	466.033		466.033	497.621
	Outros elementos do ativo				

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

		Exercício			
Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício Anterior
	ATIVO				
	Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas				
	TOTAL ATIVO	**416.050.293**	**34.260.405**	**381.789.888**	**385.610.591**

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		
	PASSIVO		
14	Provisões técnicas	255.354.189	261.257.010
	Provisão para prémios não adquiridos	17.742.282	16.923.632
	Provisão matemática do ramo vida	163.027.317	167.922.796
	Provisão para sinistros	58.536.345	59.810.268
	De vida	7.729.091	7.470.555
	De acidentes de trabalho	26.078.545	25.784.946
	De outros ramos	24.728.709	26.554.767
	Provisão para participação nos resultados	4.427.351	4.797.150
	Provisão para participação nos resultados a atribuir	431.182	471.860
	Provisão para participação nos resultados atribuída	3.996.169	4.325.290
	Provisão para compromissos de taxa	5.175.848	5.175.848
	Provisão para estabilização de carteira		
	Provisão para desvios de sinistralidade	5.093.173	4.917.255
	Provisão para riscos em curso	1.351.873	1.710.061
	Outras provisões técnicas		
15	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações consideradas para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	29.467.221	32.096.106
	Outros passivos financeiros	2.779.368	2.678.497
	Derivados de cobertura		
	Passivos subordinados		
	Depósitos recebidos de resseguradores	122.129	21.258
	Outros	2.657.239	2.657.239
12	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	438.224	417.622

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
16	Outros credores por operações de seguros e outras operações	10.935.613	9.444.672
	Contas a pagar por operações de seguro directo	6.866.830	5.796.004
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.875.563	1.436.212
	Contas a pagar por outras operações	2.193.220	2.212.456
13	Passivos por impostos	4.140.474	3.824.386
	Passivos por impostos correntes	3.267.778	3.065.249
	Passivos por impostos diferidos	872.696	759.137
17	Acréscimos e diferimentos	5.432.157	4.215.009
	Outras Provisões	490.777	704.952
	Outros elementos do passivo	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda		
	TOTAL PASSIVO	**309.038.023**	**314.638.254**
18	**CAPITAL PRÓPRIO**		
	Capital	54.500.000	54.500.000
	(Ações Próprias)		
	Outros instrumentos de capital		
	Reservas de reavaliação	8.982.225	8.726.889
	Por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros	8.647.920	8.432.377
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	334.305	294.512
	Por revalorização de ativos intangíveis		
	Por revalorização de outros ativos tangíveis		
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa		
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira		
	De diferenças de câmbio		
	Reserva por impostos diferidos	(2.322.517)	(2.265.067)
	Outras Reservas	45.925.254	45.904.850
	Resultados Transitados	(35.815.527)	(39.056.721)

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Notas do Anexo	Demonstração da posição financeira	Exercício	Exercício Anterior
	Resultado do exercício	979.109	2.714.892
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	**72.248.544**	**70.524.843**
	Interesses Minoritários	503.321	447.494
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO E INTERESSES MINORITÁTIOS	**72.751.865**	**70.972.337**
	TOTAL PASSIVO, INTERESSES MINORITÁRIOS E CAPITAL PRÓPRIO	**381.789.888**	**385.610.591**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

(Un. Euros)

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício Anterior
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	31.531.918	35.534.586		67.066.504	72.022.184
21	Prémios brutos emitidos	34.713.111	77.576.742		112.289.853	114.595.805
	Prémios de resseguro cedido	(3.092.684)	(41.576.919)		(44.669.603)	(42.302.765)
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(88.509)	(864.328)		(952.837)	(935.879)
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	-	399.091		399.091	665.023
22	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	422.868	-		422.868	458.408
23	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(32.058.303)	(26.967.364)		(59.025.667)	(65.536.450)
	Montantes pagos	(32.161.341)	(28.627.538)		(60.788.879)	(64.313.415)
	Montantes brutos	(32.279.833)	(49.859.818)		(82.139.651)	(82.684.765)
	Parte dos resseguradores	118.492	21.232.280		21.350.772	18.371.350
	Provisão para sinistros (variação)	103.038	1.660.174		1.763.212	(1.223.035)
	Montantes brutos	(258.536)	1.999.623		1.741.087	(2.291.621)
	Parte dos resseguradores	361.574	(339.449)		22.125	1.068.586
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-	182.269		182.269	1.436.764
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro	5.119.171			5.119.171	2.334.484
	Montantes brutos	5.119.171			5.119.171	2.334.484
	Parte dos resseguradores				-	-

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício Anterior
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(1.259.355)	(2.806)		(1.262.161)	(1.268.071)
	Custos e gastos de exploração líquidos	(7.377.736)	(8.323.657)		(15.701.393)	(14.364.965)
	Custos de aquisição	(4.440.685)	(15.520.769)		(19.961.454)	(18.132.815)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	(173.255)	124.097		(49.158)	(252.763)
	Gastos administrativos	(3.759.464)	(5.853.733)		(9.613.197)	(9.192.051)
	Comissão e participação nos resultados de resseguro	995.668	12.926.748		13.922.416	13.212.664
24	Rendimentos	5.640.398	537.285	(199.130)	5.978.553	6.351.675
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	5.415.936	537.285	(199.130)	5.754.091	6.110.216
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		-	-	-	-
	Outros	224.462	-	-	224.462	241.459
25	Gastos financeiros	(808.691)	(212.641)	(49.060)	(1.070.392)	(964.897)
	De juros de Ativos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas				-	-
	Outros	(808.691)	(212.641)	(49.060)	(1.070.392)	(964.897)
26	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	277.772	109.398	(68.580)	318.590	4.650.084
	De Ativos disponíveis para venda	277.772	100.233	11	378.016	1.157.310
	De empréstimos e contas a receber					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado					
	De outros		9.165	(68.591)	(59.426)	3.492.774
27	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	(1.313.715)	-	-	(1.313.715)	(1.701.801)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício Anterior
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros detidos para negociação				-	-
	Ganhos líquidos de Ativos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	(1.313.715)	-	-	(1.313.715)	(1.701.801)
	Diferenças de câmbio					
	Ganhos líquidos pela venda de Ativos não financeiros que não estejam classificados como Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas					
28	Perdas de imparidade (líquidas reversão)	-	-	-	-	-
	De Ativos disponíveis para venda	-	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado					
	De investimentos a deter até à maturidade					
	De outros					
29	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	45.117	3.823	-	48.940	38.298
30	Outras provisões (variação)			213.653	213.653	58.653
31	Outros rendimentos/gastos			666.805	666.805	467.298
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas			-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial			(148.494)	(148.494)	96.178
	Ganhos e perdas de Ativos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda					
	RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS E INTERESSES MINORITÁRIOS	**219.444**	**860.893**	**415.194**	**1.495.531**	**4.077.842**
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes				(494.031)	(791.610)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO 2016 E 2015

Notas do Anexo	Conta de Ganhos e Perdas	Exercício				
		Técnica Vida	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício Anterior
	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos				72.113	(124.138)
	RESULTADO APÓS IMPOSTOS E ANTES DE INTERESSES MINORITÁRIOS				1.073.613	3.162.094
	Interesses Minoritários				94.504	447.202
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**219.444**	**860.893**	**415.194**	**979.109**	**2.714.892**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	2016	2015
Resultado líquido do exercício	979.109	2.714.892
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda		
Por via de valorizações/desvalorizações	646.716	(2.793.954)
Por via de alienações	(472.459)	(1.006.922)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	40.399	10.005
Participação nos Resultados a atribuir ("shadow")	40.677	498.745
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	(57.450)	801.810
Ganhos e perdas atuariais reconhecidas	20.231	11.677
Outras perdas reconhecidas no capital próprio	490.083	(111)
TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL	**1.687.306**	**236.142**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO DIRETO	EXERCICIO	EXERCICIO ANTERIOR
1 ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos	270.414.830	282.619.701
Clientes (prémios recebidos)	109.043.221	110.736.835
Venda/amortização de activos financeiros(Inv)	160.507.503	168.036.844
Juros e dividendos (Inv)	638.212	474.697
Recebimentos de taxas e impostos	225.893	288.325
Regularização c/c Seguradoras		3.083.000
Pagamentos	267.197.734	279.979.346
Clientes (sinistros e estornos)	71.481.890	75.177.385
Comissões	4.453.792	5.671.280
Resseguradores	7.575.779	7.947.267
Outros Prestadores	(249.695)	8.009
Fornecedores Diversos	13.308.442	10.486.715
Pagamentos a colaboradores	5.690.759	5.637.483
Compra de ativos financeiros (Inv)	149.372.841	157.067.121
Pagamento de taxas e impostos	15.342.234	14.675.887
Despesas de viagem	219.231	219.867
Fundo Fixo de Caixa	2.462	5.332
Regularização c/c Seguradoras	-	3.083.000
Fluxo das atividades operacionais	**3.217.095**	**2.640.355**
2 ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Recebimentos		
Investimentos financeiros (reembolso de Emp. Conc.)		
Imobilizações corpóreas (alienação)		
Imobilizações incorpóreas (alienação)		

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Un. Euros)

Juros de Emp. Conc.		
Dividendos de participações		
Pagamentos	1.873.290	2.350.401
Investimentos financeiros (Const. Emp.concedidos)	-	
Imobilizações corpóreas (aquisição)	144.223	50.924
Imobilizações incorpóreas (aquisição)	1.729.067	2.299.477
Fluxo das atividades de Investimentos	**(1.873.290)**	**(2.350.401)**
3 ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos		
Empréstimos obtidos (pela constituição)		
Aumentos de Capital		
Doações		
Pagamentos		
Empréstimos obtidos (Juros e reembolsos)		
Amortização de contratos de locação financeira		
Dividendos		
Fluxo das atividades de financiamento		
4=1+2+3 **Total do Fluxo de Caixa**	**1.343.805**	**289.954**
Caixa e seus equivalentes no início do período	**5.805.223**	**5.515.269**
Caixa e seus equivalentes no final do período	**7.149.028**	**5.805.223**

(Un: Euros)

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

		Reservas de reavaliação			Outras Reservas						
Demonstração de variações do Capital Próprio Consolidado	**Capital Social**	**Por ajust. no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda**	**Por revalor. de terrenos e edifícios de uso próprio**	**Reserva por impostos diferidos**	**Reserva Legal**	**Prémios de emissão**	**Outras Reservas**	**Resultados transitados**	**Resultado do Exercício**	**Interesses Minoritários**	**TOTAL**
Balanço a 31 de Dezembro 2014	54.500.000	11.746.979	272.037	(3.066.877)	1.121.630	44.992.014	(220.471)	(39.408.246)	351.636	180	70.288.882
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	(3.800.877)	-	-	-		-	-	-		(3.800.877)
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	10.005	-	-		-				10.005
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		486.275	12.470	-	-		-				498.745
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	801.810	-		-	-	-		801.810
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	-		-	351.636	(351.636)		-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-		-				-
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-		-	-	-		-
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-				-		11.677	(111)			11.566
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	2.714.892		2.714.892
Interesses Minoritários										447.314	447.314
Balanço a 31 de Dezembro 2015	54.500.000	8.432.377	294.512	(2.265.067)	1.121.630	44.992.014	(208.794)	(39.056.721)	2.714.892	447.494	70.972.337
Aumentos/reduções de capital											-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	-	174.260	-	-	-		-	-	-		174.260
Ganhos líquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	40.399	-	-		-				40.399
Participação Resultados a atribuir ("shadow")		41.283	(606)	-	-		-				40.677
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos	-	-	-	(57.450)	-		-	-	-		(57.450)
Aumento de reservas por aplicação de resultados	-	-	-	-	173		-	2.751.111	(2.714.892)		36.392
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-		-			(36.392)	(36.392)
Outros ganhos/perdas reconhecidas directamente no capital próprio	-	-	-	-	-		20.231		-		20.231
Transfª entre rubricas Cap Próprio não incluídas noutras linhas	-	-	-	-	-		-	490.083		(2.285)	487.798
Resultado líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	979.109		979.109
Interesses Minoritários										94.504	94.504
Balanço a 31 de Dezembro 2016	54.500.000	8.647.920	334.305	(2.322.517)	1.121.803	44.992.014	(188.563)	(35.815.527)	979.109	503.321	72.751.865

I) Introdução

II) Informação por Segmentos

III) Políticas Contabilísticas

IV) Gestão de Riscos

V) Notas ao Balanço

- NOTA 1 - Caixa e equivalentes e depósitos à ordem
- NOTA 2 - Terrenos e Edifícios
- NOTA 3 – Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos
- NOTA 4 - Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas
- NOTA 5 - Ativos disponíveis para venda
- NOTA 6 - Empréstimos e contas a receber
- NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade
- NOTA 8 - Afetação dos investimentos
- NOTA 9 - Outros ativos tangíveis e inventários
- NOTA 10 - Outros ativos intangíveis
- NOTA 11 - Outros devedores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 12 - Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo
- NOTA 13 - Ativos e Passivos por impostos
- NOTA 14 - Provisões Técnicas
- NOTA 15 - Passivos Financeiros de contratos de investimento
- NOTA 16 - Outros credores por operações de seguros e outras operações
- NOTA 17 - Acréscimos e Diferimentos
- NOTA 18 - Capital Próprio

- NOTA 19 - Transações entre partes relacionadas
- NOTA 20 - Elementos extra patrimoniais

VI) Notas à Conta de Ganhos e Perdas

- NOTA 21 - Prémios de contratos de seguro
- NOTA 22 - Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento e contratos de prestação de serviços
- NOTA 23 - Custos com sinistros
- NOTA 24 - Rendimentos / réditos de investimentos
- NOTA 25 - Gastos Financeiros
- NOTA 26 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por Reservas
- NOTA 27 - Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas
- NOTA 28 - Perdas de Imparidades
- NOTA 29 - Outros rendimentos/gastos técnicos
- NOTA 30 - Outras Provisões (Variação)
- NOTA 31 - Outros rendimentos/gastos
- NOTA 32 - Gastos diversos por função
- NOTA 33 - Gastos com o pessoal

VII) Eventos subsequentes à data de encerramento

VIII) Justo valor de ativos e passivos financeiros

IX) Alterações de Politicas Contabilísticas

X) Inventário de Títulos e Participações Financeiras

I – Introdução

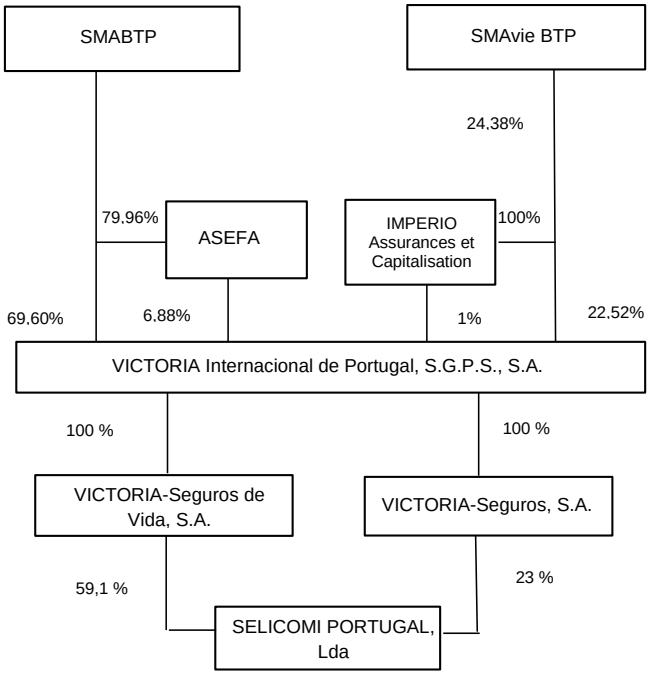
Por escritura pública de 29 de outubro de 2002, a VICTORIA – Seguros, S.A., constituída em 1994, alterou a sua firma para VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. ("VICTORIA" ou "Grupo" e o seu objeto social para o de uma sociedade gestora de participações sociais. Nessa mesma data, constituiu uma nova empresa de seguros, que adota a sua anterior firma VICTORIA - Seguros, S.A., pela transferência dos ativos e passivos relacionados com a atividade de seguros dos ramos não vida que exerceu até essa data.

No dia 29 de dezembro de 2011, o Grupo SMA formalizou a compra ao Grupo ERGO da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A., proprietária da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.. Esta operação tinha sido anunciada a 21 de setembro de 2011 e foi aprovada no início de dezembro pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Presente em Portugal desde 2007, através da sua afiliada Asefa, o Grupo SMA concentra a sua atividade no setor da construção e imobiliário, distribuindo os seus produtos através de uma rede de mediadores profissionais. O Grupo SMA, fundado em 1859, conta com 3.225 colaboradores. Em 2015, detinha 24 mil milhões de euros de ativos sob gestão e o volume de negócios 2,4 mil milhões de euros. O Grupo SMA opera em todas as linhas de negócio Vida e Não Vida, e é, em conjunto com as mútuas filiadas à SGAMBPT, líder no setor de seguros de construção em França. O Grupo SMABTP está presente em Espanha através da sua afiliada Asefa desde 1972, operando nos ramos Vida e Não Vida, e onde é também líder no mercado de seguros de construção.
A aquisição da VICTORIA enquadra-se na estratégia de crescimento e diversificação do grupo francês SMABTP e da sua afiliada Asefa.

Estrutura do Grupo

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 incluem as contas da VICTORIA Internacional de Portugal S.G.P.S., S.A. e das suas subsidiárias, de acordo com a estrutura que abaixo se apresenta:


SMABTP
SMAvie BTP
24,38%
79,96%
ASEFA
IMPERIO Assurances et Capitalisation
100%
69,60%
6,88%
1%
22,52%
VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.
100 %
100 %
VICTORIA-Seguros de Vida, S.A.
VICTORIA-Seguros, S.A.
59,1 %
23 %
SELICOMI PORTUGAL, Lda

II - Informação por Segmentos

Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionais, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, e relativamente aos contratos de seguros, é analisado como segue:

(Un: Euros)

2016	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	34.713.111	77.576.742	29.882.062	15.163.017	13.522.755	10.964.827	8.044.081
Prémios de resseguro cedido	(3.092.684)	(41.576.919)	(21.144.028)	(10.198.621)	(1.336.230)	(3.248.549)	(5.649.491)
Prémios brutos adquiridos	34.624.602	76.712.414	29.705.876	15.279.317	13.114.108	10.793.063	7.820.050
Resultados dos investimentos	3.795.764	434.042	14.642	25.006	25.186	360.058	9.149
Custos com sinistros brutos	(32.538.370)	(47.860.195)	(21.689.997)	(6.514.363)	(8.993.964)	(6.726.983)	(3.934.888)
Custos de exploração brutos	(8.373.404)	(21.250.405)	(7.588.883)	(3.963.981)	(3.398.815)	(3.376.491)	(2.922.235)
Resultado técnico	219.444	860.893	343.008	529.095	(304.062)	(243.906)	536.758
Ativos afetos à representação das provisões técnicas	205.564.710	98.853.691	10.370.278	17.977.224	19.472.376	43.121.233	7.911.580
Provisões técnicas	181.294.829	74.059.360	8.568.421	14.853.643	16.089.836	28.010.534	6.536.926

(Un: Euros)

2015	Vida	Ramos Não Vida	Saúde	Incêndio e outros danos	Automóvel	Acidentes	Outros
Prémios brutos emitidos	40.246.831	74.348.974	28.806.775	15.541.614	12.439.442	9.719.071	7.842.072
Prémios de resseguro cedido	(2.699.599)	(39.603.166)	(19.728.107)	(10.396.000)	(1.583.010)	(2.752.731)	(5.143.318)
Prémios brutos adquiridos	40.275.622	73.384.304	28.190.744	15.669.502	12.443.191	9.737.701	7.343.166
Resultados dos investimentos	4.990.772	906.840	111.990	183.966	192.308	331.918	86.658
Custos com sinistros brutos	(36.938.213)	(48.038.173)	(20.588.892)	(6.226.302)	(8.876.738)	(8.340.069)	(4.006.172)
Custos de exploração brutos	(7.713.941)	(19.863.688)	(7.087.906)	(4.018.849)	(3.089.431)	(2.853.112)	(2.814.390)
Resultado técnico	253.412	764.853	1.548.923	2.112.543	91.492	(3.139.694)	151.588

Ativos afetos à representação das provisões técnicas	206.164.315	87.228.160	13.871.949	19.300.560	19.528.010	29.672.242	4.855.400
Provisões técnicas	186.225.959	82.518.335	13.050.577	18.157.754	18.371.736	28.370.362	4.567.906

III – Politicas Contabilísticas

Bases de apresentação

A Norma Regulamentar nº 10/2016-R de 15 de Setembro, procedeu à revogação da anterior Norma Regulamentar n.º4/2007-R de 27 de Abril, e visa sistematizar e consolidar conteúdos anteriormente dispersos em normas regulamentares e circulares, relacionados com o regime contabilístico aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF, nomeadamente com a publicação do PCES e disposições relativas a provisões e a ativos afetos à representação das provisões técnicas.

As demonstrações financeiras apresentadas são preparadas de acordo com o Plano de Contas para Empresas de Seguros (PCES), onde são de aplicação obrigatória as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") adotadas no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002, com exceção do IFRS 4 em que apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros e de divulgação.

A Norma Internacional de Relato Financeiro (IFRS) 4 tendo um caráter provisório não apresenta um regime estável para questões tão importantes como a avaliação dos passivos associados a esses contratos, pelo que para efeitos de reconhecimento e mensuração são aplicáveis as regras e princípios estabelecidos no PCES.

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores, tal como adotadas pela União Europeia.

Em 2016 a VICTORIA adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2016. Essas normas apresentam-se discriminadas no ponto IX.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas refletem os resultados das suas operações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, das propriedades de investimento que se encontram ao justo valor, dos imóveis de uso próprio que se encontram ao custo revalorizado, ativos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento classificados ao justo valor através de resultados. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

As Demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 29 de março de 2017.

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na atividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de janeiro de 2016 e que a Companhia não adotou antecipadamente são apresentadas na secção IX. Estas Normas serão adotadas a partir da data do endosso pela UE.

Princípios contabilísticos e critérios valorimétricos

Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas da VICTORIA ("Grupo"), é composta pelas demonstrações financeiras separadas estatutárias, das suas subsidiárias e associadas. As políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente por todas as empresas do Grupo. Para as empresas que não seguem o PCES e/ou as IAS, e cujos critérios de mensuração são divergentes, são feitos ajustes prévios para efeitos de consolidação.

O perímetro de consolidação do grupo, é como segue:

Nome Empresa	Classificação	Método Consolidação	% Participação		DADOS FINANCEIROS							
					ATIVO		PASSIVO		CAPITAL PRÓPRIO		RESULTADO LIQUIDO	
			Direta	Indireta	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
VICTORIA Internacional de Portugal - SGPS, SA	Empresa Mãe				90.687	90.423	4.631	4.377	86.056	86.046	11	3
VICTORIA - Seguros de Vida, S.A	Subsidiária	Integral	100%		247.407	254.334	218.573	225.395	28.834	28.939	331	521
VICTORIA - Seguros, S.A	Subsidiária	Integral	100%		127.976	125.085	87.223	85.503	40.753	39.582	518	56
Future Healthcare International-SGPS, S.A	Associada	Equivalência Patrimonial	40%		8.782	9.263	954	1.064	78.278	8.199	-371	240
SELICOMI PORTUGAL, Lda	Subsidiária	Integral		82%	15.665	15.548	15.398	15.333	267	215	254	232

(em milhares Euros)

Subsidiárias

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais o Grupo exerce controlo. Controlo normalmente é presumido quando o Grupo detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando o Grupo detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%. As empresas subsidiárias são consolidadas integralmente, desde o momento em que o Grupo assume o controlo sobre as suas atividades, até ao momento em que esse controlo cessa.

Quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses controlados excedem o interesse minoritário no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que forem incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente são reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses não controláveis anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas. Após 1 de janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses não controlados nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses não controlados negativos.

Após 1 de janeiro de 2010, numa operação de aquisição por partes adicionais ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de

resultados aquando do cálculo do goodwill. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Em 31 de dezembro de 2016 as empresas subsidiárias incluídas na consolidação são apresentadas na Nota I.

Saldos e transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre empresas do Grupo, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações intragrupo, são eliminados no processo de consolidação, exceto nos casos em que as perdas não realizadas indiciam a existência de imparidade que deva ser reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas.

Classificação dos Contratos de Seguros

Relativamente à IFRS 4, apenas são adotados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros, continuando a aplicar-se ao reconhecimento e mensuração dos passivos resultantes desses contratos as regras e princípios anteriormente já estabelecidos na legislação e nas normas da ASF. Como estabelecido nas referidas normas, a classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros é aplicável apenas ao plano contabilístico, não resultando nenhuma alteração ao nível contratual, parafiscal, prudencial ou quaisquer outros.

De acordo com o estipulado pela IFRS 4, apenas deverão ser considerados contabilisticamente como contratos de seguros, os contratos em que se verifique a existência, em simultâneo, da incerteza quanto ao acontecimento seguro e a transferência significativa do risco seguro. Os contratos de seguros que revestem a natureza de produtos financeiros são considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento. Desta forma, todos os movimentos de entradas e saídas, são registados na rubrica de Passivos Financeiros e aplicam-se as regras da IAS 32, IAS 39 e IFRS 7.

Para os contratos de seguro enquadrados pela IFRS 4, e uma vez que os prémios de seguro direto são reconhecidos como proveitos na data da emissão ou renovação da respetiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, o Grupo realiza no final de cada exercício determinadas

especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

Provisão matemática

As provisões matemáticas referentes ao Ramo Vida têm como objetivo registar o valor atuarial das responsabilidades futuras do Grupo, após dedução do valor atuarial dos prémios futuros relativamente à apólices emitidas, e são calculadas com base em métodos atuariais enquadrados no normativo da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões. As provisões matemáticas são zillmerizadas.

Adicionalmente, são efetuados a cada data de reporte, testes à adequação das responsabilidades, descontando a projeção dos *cashflows* futuros associados aos contratos. Qualquer deficiência determinada é registada por contrapartida de resultados.

i. Provisão para prémios não adquiridos

Para o Ramo Vida, e de acordo com o disposto no decreto-lei 94-B/98, de 17 de abril, com a redação que lhe foi dada pelo decreto-lei 8-A/2002, de 11 de janeiro, são constituídas provisões para prémios não adquiridos para os seguros temporários anuais renováveis. Para estes seguros e para os restantes seguros do Ramo Não Vida, a provisão para prémios não adquiridos corresponde à parte dos prémios brutos emitidos relativamente a cada um dos contratos de seguro em vigor, a imputar a um ou a vários exercícios seguintes, deduzida das comissões de mediação respetivas. O montante desta provisão é calculado mediante a aplicação do método “prorrata temporis” por cada contrato em vigor, para todos os ramos.

ii. Provisão para sinistros

A provisão para sinistros, para o Ramo não Vida, corresponde ao custo com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR), bem como os custos diretos e indiretos associados à sua regularização no final de cada exercício.

As reservas matemáticas relativas aos sinistros ocorridos, envolvendo o pagamento de pensões vitalícias, referentes ao ramo Acidentes de Trabalho, são calculadas mediante tabelas e fórmulas atuariais, estabelecidas pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para sinistros corresponde ao valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício. Esta provisão foi determinada como se segue:

- A partir da análise dos sinistros pendentes no final do exercício e da consequente estimativa da responsabilidade existente nessa data; e

- Pela provisão genérica de 6% do valor dos custos com sinistros do exercício, excetuando vencimentos, resgates e as importâncias provenientes de contratos de rendas vitalícias, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o fecho do exercício (IBNR).

iii. Provisão para participação nos Resultados

Para o Ramo não Vida, esta provisão corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários de contratos, a título de participação nos resultados em função dos resultados técnicos dos contratos respetivos.

Relativamente ao Ramo Vida, a provisão para participação nos resultados é relativa aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados desde que tais montantes não tenham sido já distribuídos pela inclusão nas Provisões Matemáticas.

Provisão para participação nos resultados a atribuir (Shadow accounting)

De acordo com o estabelecido no Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07"), os ganhos e perdas não realizados dos ativos financeiros afetos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados, são atribuídos aos tomadores de seguro, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizadas quando se realizarem de acordo com as condições contratuais e regulamentares aplicáveis, através do reconhecimento de uma responsabilidade.

iv. Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam

o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

v. Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face à sinistralidade excecionalmente elevada nos ramos de seguro em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações.

vi. Comissões de mediação

A comissão de mediação é a remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro e são registadas como custos no momento da emissão dos respetivos recibos de prémios.

Terrenos e edifícios

No que respeita aos investimentos em terrenos e edifícios, e são considerados terrenos e edifícios de uso próprio todas as propriedades que se encontram afetas ao serviço da empresa em parte superior a 5%.

Por aplicação da IAS 16, os imóveis encontram-se valorizados através do modelo de revalorização, existindo avaliações periódicas efetuadas por um avaliador independente, e por períodos entre os três e os cinco anos, de acordo com os métodos reconhecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Reservas de reavaliação se positivas, e em Resultados se negativas ou se esgotada a Reserva de Reavaliação. As taxas de amortização são determinadas pelo número de anos de vida útil atribuída a cada imóvel.

Sempre que a taxa de ocupação de um imóvel, por serviços da empresa, seja inferior aos 5%, os imóveis são considerados propriedades de investimento, com aplicação da IAS 40. Pelo facto dos imóveis se encontrarem a representar provisões técnicas, a mensuração adotada é o modelo do justo valor de mercado. As variações patrimoniais resultantes das avaliações são reconhecidas em Resultados.

Os fatores que influenciam o reconhecimento de imparidades nos terrenos e edifícios, de acordo com a IAS 36, devem-se principalmente ao declínio significativo nos valores de mercado imobiliário, bem como a danos provocados de forma anormal no imóvel. Tais fatores, a acontecerem, e pelo facto

dos imóveis se encontrarem valorizados pelo modelo de revalorização, serão objeto de avaliação independente, não existindo por esse facto, lugar ao reconhecimento de imparidades.

Ativos financeiros

A VICTORIA classifica os seus ativos financeiros no início de cada transação considerando a intenção que lhes está subjacente de acordo com as seguintes categorias:

Ativos financeiros disponíveis para venda. Esta categoria inclui:

- Ativos financeiros não derivados em que existe intenção de manter por tempo indeterminado;
- Ativos que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial;
- Ativos que não se enquadrem nas categorias restantes.

Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados - Esta categoria inclui: (i) os ativos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objetivo principal de serem transacionados no curto prazo ou que são instrumentos derivados, e (ii) os ativos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados. Esta categoria inclui os investimentos relativos a contratos vida em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro uma vez que os passivos associados se encontram também ao justo valor através de resultados.

Empréstimos concedidos e contas a receber são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis não cotados num mercado ativo, que não sejam ativos adquiridos com intenção de alienação a curto prazo (detidos para negociação) ou não classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados no seu reconhecimento inicial.
Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro direto, resseguro cedido e transações relacionadas com contratos de seguro e outras transações.

Ativos financeiros detidos até à maturidade. São ativos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade fixada, que a VICTORIA tem intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Estes ativos são desreconhecidos quando expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa; quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; quando a Companhia tenha transferido o controlo sobre os ativos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos ativos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, o Grupo estima o justo valor utilizando (1) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos

de avaliação de opções customizados de modo a refletir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (2) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Os investimentos a deter até à maturidade, após o reconhecimento inicial ao justo valor, são mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado à taxa de juro efetiva.

Transferências entre categorias

Em outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendements to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou de negociação para as carteiras de ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e contas a receber ou para ativos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses ativos financeiros obedeçam às características de cada categoria. As transferências de ativos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Empréstimos e contas a receber e Ativos a deter até à maturidade são também permitidas. A VICTORIA não procedeu à reclassificação de quaisquer ativos.

Imparidade

A avaliação e o cálculo da **imparidade nos ativos disponíveis para venda**, segue os seguintes procedimentos:

Títulos de rendimento variável; A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Investimento cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital
c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente
d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira
e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras
f) Outros fatores

Ajustamento de recibos por cobrar

O ajustamento de recibos por cobrar tem por objetivo adequar o montante dos prémios em cobrança para o seu valor estimado de realização. As alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº122/2005 e pelo Decreto-lei nº199/2005, na sua generalidade, vêm estipular que o contrato de seguro só produz efeitos com o pagamento do prémio ou fração por parte do tomador de seguro. Significa isto que, prémio que não tenha sido cobrado deverá ser anulado. Nesse sentido, e no cumprimento da referida legislação, a Norma nº16/2006-R e a Circular 9/2008, vem clarificar o método de cálculo do referido ajustamento.

Assim, e pelo facto de existirem diversas formas de pagamentos de prémios em que alguns podem ainda se encontrar por cobrar, torna-se necessário proceder a um

ajustamento que traduza de alguma forma, a incobrabilidade dos mesmos. Deste modo, cada empresa deverá apurar um coeficiente de acordo com a sua própria experiência.

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis são valorizados ao custo de aquisição. As amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base na vida útil estimada dos bens e que se situa nos 3 anos.

Ativos tangíveis

As imobilizações corpóreas são contabilizadas ao respetivo custo histórico de aquisição. As suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais que refletem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

- Equipamento administrativo 12,5%
- Máquinas e ferramentas 12,5% a 25%
- Equipamento informático 25% e 33%
- Instalações interiores 10% a 16,66%

A avaliação efetuada para determinação da existência de **imparidade nos ativos tangíveis e intangíveis** é efetuada tendo por base indicadores internos que avaliam os níveis de obsolescência ou danos físicos e/ou a expectativa de declínio na performance do ativo. Dependendo dos casos, o procedimento adotado reveste-se de duas formas, ou a vida útil do bem é ajustada ou o bem é abatido, pelo que não haverá lugar a registo de imparidade.

Caixa seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem passivos de contratos de investimento, empréstimos, credores por operações de seguro direto e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva, com a exceção dos passivos por contratos de investimento em que o risco de investimento é suportado pelo tomador de seguro, os quais são registados ao justo valor.

Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. Ativos e passivos não monetários expressos em moeda estrangeira registados ao justo valor são convertidos à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado. As diferenças cambiais resultantes são reconhecidas em resultados, exceto no que diz respeito às diferenças relacionadas com ações classificadas como ativos financeiros disponíveis para venda, as quais são registadas em reservas.

Benefícios aos empregados

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos. De salientar as seguintes alterações decorrentes do novo Contrato Coletivo de Trabalho: (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no ativo admitidos até 22 de junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição

definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal pago em 2012 e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia procedeu à liquidação da responsabilidade ("settlement").

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma foram calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projetada, individualmente para cada plano através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados.

Plano de contribuição definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.

Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Plano de benefício definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- Pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- Atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos nas Companhias do Grupo. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego. Os desvios atuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas em resultados do exercício a que respeitam.

Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as

diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.
As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para refletir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.
As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

Reconhecimento de rendimentos de serviços e comissões

Os rendimentos de serviços e comissões são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços e comissões obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços e comissões que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de ativos financeiros disponíveis para venda e ao justo valor por via de resultados são reconhecidos nas rubricas específicas de ganhos e perdas. O cálculo do custo amortizado é efetuado utilizando o método da taxa efetiva, sendo o seu impacto registado em rendimentos de investimento. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

Locações

O Grupo classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

Locações operacionais

Os pagamentos efetuados pelo Grupo à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Locações financeiras - como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no ativo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor atual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

Estimativas e Julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela VICTORIA são analisadas como segue, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de

Administração, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda

A VICTORIA utiliza os seguintes critérios para a realização do teste de imparidade:

Títulos de rendimento variável

A imparidade é um processo irreversível. A partir do momento que uma imparidade é contabilizada no ativo, deve ser sempre contabilizada daí em diante.

I - Ações e Fundos de Ações cujo Preço de Mercado está mais de 20% abaixo do custo histórico devem ser considerados para imparidade;

II - Ações e Fundos de Ações, cujo Preço de Mercado está abaixo do Custo histórico por um período superior a 6 meses, devem ser considerados para imparidade;

Títulos de rendimento fixo

I - Determinação dos ativos potencialmente sujeitos a Imparidade:

a) Obrigações cujo Valor de Mercado é pelo menos 20% inferior ao Custo Amortizado;
b) Obrigações cujo Valor de Mercado é inferior a 70% do seu Valor Nominal;

II - Análise casuística de cada uma das obrigações que cumprem algum dos critérios anteriores, procurando determinar se existe evidência objetiva de imparidade. De acordo com a IAS 39.59 a evidência objetiva pode ser descrita como:

a) Significativa dificuldade financeira do Emitente
b) Quebra de Contrato, tal como Moratória ou não pagamento de juros ou Capital

c) Concessão de determinadas facilidades ao Emitente por uma Entidade Credora, explicável apenas pela complicada situação financeira do Emitente

d) Probabilidade de que o Emitente vai declarar falência ou outro tipo de reestruturação financeira

e) Desaparecimento de um mercado ativo para esse título, em virtude de dificuldades financeiras

f) Outros fatores

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da VICTORIA.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pelo Grupo, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção dos Conselhos de Administração VICTORIA, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções atuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros fatores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Provisões técnicas

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem a provisão matemática, provisão para participação nos resultados, a provisão para prémios não adquiridos, a provisão para riscos em curso, o teste de adequação das responsabilidades e a provisão para sinistros reportados e não reportados incluindo as despesas de regularização.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pelo Grupo é reconhecido como perda nos resultados. O Grupo estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro e de investimento.

Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, o Grupo avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias atuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respetivas. As provisões são revistas periodicamente por atuários qualificados.

As provisões não representam um cálculo exato do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação atuariais. As provisões são revistas regularmente e através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

IV – GESTÃO DE RISCOS

1. Risco Estratégico

O risco estratégico é baseado no risco de perdas por decisões e objetivos estratégicos inadequados.
A nível estratégico a VICTORIA tem delineado os objetivos estratégicos globais a três anos, bem como anualmente define o plano de ações estratégicas a desenvolver e implementar durante o ano, bem como o orçamento anual. A estratégia é delineada tendo em conta a realidade da Companhia e do mercado envolvente, bem como na capacidade sustentabilidade dos riscos assumidos.
De forma a garantir que toda a organização se identifica e conhece a estratégia da companhia, esta é comunicada na reunião anual a todos os colaboradores.
Cabe ao Comité de Risco analisar a evolução e garantir a existência de um Sistema de Gestão de Riscos adequado, sendo coordenado pela Direção de Gestão de Riscos e

Planeamento, tendo a participação dos diretores de topo da companhia.
Existe também um acompanhamento mensal da evolução das ações e orçamento, que é analisado mensalmente na reunião de Direção, permitindo assim analisar possíveis desvios e impactos face ao previsto e em caso de necessidade implementar planos de atuação de mitigação.

O ano em análise ficou marcado pela entrada em vigor, a 1 de janeiro, do novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho Europeu, de 25 de novembro. Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpôs para o ordenamento jurídico português a Diretiva, introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

Destacam-se assim as seguintes atividades relacionadas com a implementação deste novo regime:

- Reporte do segundo relatório FLAOR (Forward Looking Assessment of Own Risks) à entidade de supervisão, medindo neste âmbito o apetite ao risco da companhia a médio prazo vs a respetiva capacidade financeira para responder ao mesmo;
- Desenvolvimento e implementação da ferramenta de reporte quantitativo de Solvência II, para os novos reportes quantitativos;
- Reporte anual quantitativo e qualitativo no âmbito solo, denominado reporte de abertura, com referência a 1 de janeiro de 2016;
- Certificação por parte do Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável do reporte referido no ponto anterior;
- Reporte trimestral quantitativo;
- Desenvolvimento do sistema de governação, com a identificação das funções chave e desenvolvimento das diversas políticas, alinhadas com o grupo e legislação em vigor.

2. Risco Reputacional

O Risco Reputacional corresponde ao registo de perdas originadas por eventos que possam afetar negativamente a imagem da companhia. De forma a monitorizar este risco são

analisados periodicamente alguns indicadores como são o relatório trimestral da evolução das reclamações, por tipologia, rácio de razão dos clientes, bem como rapidez de resposta e indicadores do mercado.

3. Risco específico de Seguros

O risco específico de Seguros pode resultar em perdas inesperadas, que se tornarão evidentes através da insuficiência dos prémios e/ou das provisões constituídas para fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos e/ou a assumir.

Estas perdas podem resultar de diversos fatores:

- Deficiências nos processos de subscrição, de desenho e tarifação de produtos, de provisionamento e de gestão de sinistros;
- De alterações nos riscos mais significativos como o risco biométrico (que inclui o risco de mortalidade, de longevidade e o risco de morbilidade), o risco de taxa de juro, o risco de descontinuidade, o risco de despesas e o risco de catástrofe.
- Nos Ramos Não Vida o risco de prémios, o risco de provisões e o risco de catástrofe.

Políticas de subscrição

As políticas de subscrição seguem critérios de análise de risco prudentes, tendo em conta a experiência da VICTORIA, o conhecimento do mercado e as indicações dos resseguradores.
A aceitação de riscos no Ramo Vida é efetuada pelo Departamento Técnico Pessoais com base no Manual de Subscrição.

As normas de aceitação são revistas sempre que necessário, de acordo com a evolução do mercado e segundo os critérios de prudência definidos, e dependem sobretudo das variáveis idade das pessoas a segurar e respetivos capitais seguros.

A VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. dispõe para a avaliação de riscos médicos de um Gabinete Médico, sendo a aceitação clinica e correspondente tarifação efetuada em conjunto por este e pela Direção Técnica.

Para o Ramo Não Vida, a prática destas políticas está definida no manual de subscrição de riscos e de gestão de carteiras, revisto em 2012. Este documento estabelece as regras gerais e específicas que devem ser respeitadas na subscrição de novos segmentos e na gestão das carteiras existentes, tanto

no negócio de seguro direto, como no negócio de resseguro aceite.

Tarifação

A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. tem como objetivo garantir a adequação dos prémios praticados, relativamente aos riscos assumidos, de forma a obter uma rentabilidade positiva e de encontro com a expectável.
A construção de tarifas é efetuada pelo departamento técnico, em particular pela área do Atuariado. Dependendo do tipo de produto, são analisadas as variáveis relevantes para a avaliação do risco, visando garantir a elaboração de bases técnicas prudentes, adequadas ao risco e à rentabilidade expectável.

Provisionamento no Ramo Vida

As provisões técnicas são calculadas de acordo com os pressupostos contratualmente definidos para cálculo dos prémios, exceto no caso de algumas carteiras de Rendas Vitalícias. A adequação destas provisões às responsabilidades assumidas é revista numa base anual, através da realização de um teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test - LAT). Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. A implementação de ações corretivas em resultado deste teste é imediatamente reconhecida e registada.

Provisionamento nos Ramos Não Vida

As provisões para sinistros são constituídas caso a caso com um adequado nível de prudência. Trimestralmente são efetuados processos de revisão, com base nos quais se detetam possíveis desvios da sinistralidade face ao provisionado e se procede ao respetivo ajustamento.
Numa ótica de monitorização contínua das provisões são produzidos relatórios de exceção, que visam analisar e resolver situações anómalas.

Resseguro

Numa ótica de redução da exposição ao risco, a VICTORIA possui uma política de resseguro clara e rigorosa, que lhe permite a cedência de parte dos riscos por si assumidos para outras resseguradoras, através de tratados de resseguro que gerem valor e na escolha criteriosa da pool de

resseguradoras, efetuando uma análise da sua capacidade financeira.

O resseguro existente na Companhia tem por base os tratados de resseguro resumidos no quadro seguinte:

Ramo Vida			
	Tipo de Resseguro	**Retenção**	**Limite de cobertura**
Vida Individual	Surplus	100.000	1.100.000
Vida Grupo	Surplus	150.000	1.500.000
Vida Individual/Grupo (catástrofe)	Excesso of Loss	300.000	8.100.000
Ramos Não Vida			
	Tipo de Resseguro	**Retenção**	**Limite de cobertura**
Incêndio e outros danos	Quota Share	250.000	500.000
	First Surplus	500.000	20.000.000
Incêndio e outros danos (catástrofes naturais)	Excess of Loss	5.000.000	125.000.000
		120.000.000 xs 5.000.000	
Automóvel	Excess of Loss per risk/ per event	500.000	3.000.000
		2.500.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per risk/ per event		
	RC	unlimited xs 3.000.000	

	Outro Danos	6.000.000 xs 3.000.000	
Marítimo, aéreo e transportes	Quota Share	180.000	600.000
	Excess of Loss per risk/por event	600.000	14.000.000
		13.400.000 xs 600.000	
Acidentes Pessoais	Quota Share	150.000	500.000
	Excess of Loss per risk	500.000	1.500.000
		1.000.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per event	500.000	4.000.000
		3.500.000 xs 500.000	
	Excess of Loss per risk/per event	4.000.000	20.000.000
		16.000.000 xs 4.000.000	
Acidentes de Trabalho	Excess of Loss	400.000	7.000.000
		6.600.000 xs 400.000	
Responsabilidade Civil	Quota Share	120.000	400.000
	Excess of Loss per risk	400.000	20.000.000
		19.600.000 xs 400.000	
	Excess of Loss per event	400.000	38.000.000
		37.600.000 xs 400.000	
Engenharia	Quota Share	150.000	500.000
	Quota Share	500.000	4.500.000
	Quota Share	25.000.000	50.000.000

	Excess of loss	5.000.000	25.000.000
		20.000.000 xs 5.000.000	
Construção (apenas para situações especiais) LOB= Inherent Defect Insurance	Excess of loss	2.700.000	60.000.000
		57.300.000 xs 2.700.000	
Saúde	Quota Share	75.000	250.000
Saúde CMI	Quota Share	100.000	1.000.000

No quadro abaixo, encontram-se os prémios de seguro direto e de resseguro:

	Prémios 2016			Prémios 2015		
Ramos	**Seguro Direto**	**Resseguro Cedido**	**Total líquido**	**Seguro Direto**	**Resseguro Cedido**	**Total líquido**
Ramo Vida						
Vida Individual	20.617	465	20.152	22.681	387	22.294
Vida Grupo	14.096	2.628	11.468	17.566	2.313	15.253
Total Ramo Vida	**34.713**	**3.093**	**31.620**	**40.247**	**2.700**	**37.547**
Ramos Não Vida						
Doença	29.882	21.144	8.738	28.807	19.728	9.079
Incêndio e outros danos	15.198	10.199	4.999	15.653	10.396	5.257
Automóvel	13.523	1.336	12.187	12.439	1.583	10.856
Acidentes de Trabalho	6.595	261	6.334	6.074	267	5.807
Acidentes Pessoais	4.370	2.987	1.383	3.645	2.485	1.159
Marítimo, aéreo e transportes	5.625	3.942	1.683	5.338	3.455	1.883
Diversos	2.287	1.659	628	2.259	1.580	679

	Prémios 2016			Prémios 2015		
Responsabilidade Civil	98	49	49	133	108	25
Total Ramo Não Vida	**77.577**	**41.577**	**36.000**	**74.348**	**39.603**	**34.746**

(valores em milhares de euros)

Obs.: Estes valores não incluem os contratos de Investimento no ramo Vida, nem os contratos de prestação de serviços para o ramo Doença, classificados de acordo com o Novo Planos de Contas das Empresas de Seguros.

Risco de prémios

O risco de prémios para os ramos Não Vida está associado ao facto da companhia de seguros não ter um nível de prémios adequado que lhe permita fazer face aos custos totais dos compromissos assumidos.

O quadro seguinte apresenta os valores de prémios e rácios de sinistralidade, combinado e de despesas, por linha de negócio:

(valores em milhares de euros)

Ramos	2016	2015
PRÉMIOS BRUTOS EMITIDOS		
Saúde	29.882	28.807
Incêndio e outros danos	15.198	15.653
Automóvel	13.523	12.439
Acidentes de Trabalho	6.595	6.074
Acidentes Pessoais	4.370	3.645

Ramos	2016	2015
Maritimo, Aéreo e Transportes	5.625	5.338
Responsabilidade Civil	2.287	2.259
Diversos	98	133
PRÉMIOS BRUTOS ADQUIRIDOS		
Saúde	29.706	28.191
Incêndio e outros danos	15.279	15.670
Automóvel	13.114	12.443
Acidentes de Trabalho	6.547	6.088
Acidentes Pessoais	4.246	3.649
Maritimo, Aéreo e Transportes	5.383	5.221
Responsabilidade Civil	2.322	1.978
Diversos	115	143
RÁCIO DE SINISTRALIDADE BRUTO		
Saúde	73,0%	73,1%
Incêndio e outros danos	42,7%	39,9%
Automóvel	68,7%	71,6%
Acidentes de Trabalho	91,8%	127,8%
Acidentes Pessoais	17,0%	15,5%
Maritimo, Aéreo e Transportes	59,1%	60,1%
Responsabilidade Civil	27,8%	34,3%
Diversos	101,9%	133,3%
RÁCIO DE DESPESAS GERAIS		
Saúde	13,6%	13,6%
Incêndio e outros danos	17,3%	18,5%
Automóvel	20,6%	22,1%
Acidentes de Trabalho	23,1%	22,0%
Acidentes Pessoais	19,0%	19,5%

Ramos	2016	2015
Maritimo, Aéreo e Transportes	24,9%	23,4%
Responsabilidade Civil	25,8%	31,6%
Diversos	31,5%	13,6%
RÁCIO COMBINADO BRUTO		
Saúde	98,8%	98,0%
Incêndio e outros danos	68,8%	66,1%
Automóvel	94,8%	96,7%
Acidentes de Trabalho	117,4%	151,5%
Acidentes Pessoais	57,7%	55,3%
Maritimo, Aéreo e Transportes	95,4%	95,7%
Responsabilidade Civil	69,3%	82,1%
Diversos	122,0%	144,9%
RÁCIO COMBINADO LÍQUIDO		
Saúde	96,4%	88,6%
Incêndio e outros danos	86,4%	82,4%
Automóvel	101,6%	107,6%
Acidentes de Trabalho	117,9%	158,4%
Acidentes Pessoais	105,0%	101,6%
Maritimo, Aéreo e Transportes	92,9%	84,0%
Responsabilidade Civil	67,2%	128,8%
Diversos	40,7%	794,0%

Relativamente ao rácio combinado líquido, para a globalidade da carteira Não Vida, o mesmo apresenta um decréscimo de cerca de 7,5 % comparativamente com o ano transato.

Risco de provisões

O cálculo das provisões de Não Vida seguem princípios de grande prudência e rigor de forma a evitar situações de insuficiência de provisões para cumprir as responsabilidades

assumidas, efetuando-se análises determinísticas e estocásticas.

A adequação global das provisões para sinistros é efetuada trimestralmente, procedendo-se sempre que necessário a eventuais ajustamentos, que são refletidos nos resultados da Companhia.

Através da aplicação destes modelos e segundo o relatório do Atuário Responsável, de 31 de dezembro de 2016, concluiu-se que as provisões para sinistros são globalmente suficientes, quer do ponto de vista determinístico como estocástico.

O quadro seguinte apresenta a evolução dos custos com sinistros referentes ao ramo Não Vida, com exceção de Doença:

(valores em milhares de euros)

TOTAL REAIS	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Estimativa acumulada dos sinistros:													
No final do ano de constituição	23.675	24.941	31.218	27.549	31.614	34.565	52.240	47.208	32.869	26.689	25.919	19.840	20.859
Um ano depois	23.558	24.419	29.937	27.859	30.966	36.034	54.265	46.584	32.419	27.524	26.109	18.829	
Dois anos depois	22.564	23.836	29.319	26.697	30.358	35.809	54.807	47.178	32.971	27.857	25.666		
Três anos depois	22.566	23.902	29.070	26.199	30.594	35.756	54.508	47.597	33.048	27.916			
Quatro anos depois	22.806	23.600	28.465	26.350	30.723	36.113	54.617	47.807	33.006				
Cinco anos depois	22.696	23.193	28.427	26.223	30.750	36.165	54.730	48.379					
Seis anos depois	22.646	23.196	27.761	26.227	30.889	36.523	54.620						
Sete anos depois	22.500	23.213	27.708	26.224	30.884	36.484							
Oito anos depois	22.550	22.747	27.297	26.270	30.969								
Nove anos depois	22.712	22.757	27.407	26.287									
Dez anos depois	22.689	22.767	27.477										
Onze anos depois	22.724	22.791											
Doze anos depois	22.752												
Estimativa acumulada dos sinistros até à data	22.752	22.791	27.477	26.287	30.969	36.484	54.620	48.379	33.006	27.916	25.666	18.829	20.859
Pagamentos acumulados até 31-12-2016	22.603	22.683	27.290	25.966	30.808	36.070	53.878	46.786	32.133	26.248	23.968	16.994	12.079
Provisão para sinistros	149	108	188	321	161	414	742	1.594	873	1.668	1.697	1.835	8.780
							Provisão para Sinistros a 31-12-2016 na matriz						18.529
							Provisão para Sinistros a 31-12-2016 de anos anteriores a 2004						1.303
							Total Provisão para sinistros a 31-12-2016						19.832

Obs.: Estes montantes excluem os valores de Provisões para IBNR, Custos de Gestão a Imputar e Provisão Matemática de Acidentes de Trabalho

Riscos biométricos

Os riscos biométricos abrangem os eventos que possam originar possíveis perdas, relacionados com pressupostos de mortalidade, longevidade e invalidez.

O risco de longevidade decorre da incerteza quanto ao impacto nos valores da seguradora de um aumento na esperança de vida dos segurados, sendo este impacto mais relevante em seguros de rendas vitalícias.

O risco de mortalidade está ligado a um aumento da taxa de mortalidade e tem impacto em seguros que garantem um capital em caso de morte.

O risco de invalidez está associado aos custos com sinistros provenientes das coberturas de invalidez.

Estes riscos têm comportamentos opostos pelo que o grau de exposição está dependente do tipo de contratos que constituem a carteira da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A..

Produtos	Características	Riscos
Seguros de Risco	Beneficio em caso de morte	Aumento da Mortalidade
	Sem possibilidade de ajustamento do prémio	Crescimento dos custos com sinistros
Mistos	Beneficio em caso de morte	Aumento da Mortalidade
	Beneficio em caso de vida	Crescimento dos custos com sinistros
	Sem possibilidade de ajustamento do prémio	
Rendas	Beneficio em caso de vida	Aumento da longevidade
		Aumento da duração dos pagamentos
Invalidez	Beneficio em caso de invalidez	Aumento das taxas de invalidez
		Crescimento dos custos com sinistros

A carteira de Vida, essencialmente composta por seguros mistos e seguros de risco com uma forte componente de seguros complementares de invalidez, está por este motivo mais exposta aos riscos de mortalidade e de invalidez.

A avaliação da exposição da VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. aos riscos biométricos é efetuada anualmente através da utilização de pressupostos de mortalidade baseados nas melhores estimativas decorrentes da análise histórica da carteira da Companhia e de dados de mercado.

O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite aferir a existência ou não da necessidade de uma revisão das tábuas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro está relacionado com a sensibilidade dos ativos e passivos a alterações da estrutura a prazo das taxas de juro. Consiste, por um lado, no risco proveniente de alterações na taxa de juro, com impacto no desconto das provisões para benefícios futuros, e por outro lado, no risco da taxa de juro garantida, associado ao retorno dos ativos relativamente aos compromissos de taxa de juro dos contratos.
Para monitorizar este risco, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. efetua com uma periodicidade anual o teste de adequação das responsabilidades (Loss Adequacy Test – LAT). Para além desta provisão é também constituída uma provisão para garantia de resgate.

O quadro seguinte apresenta o valor da provisão para garantia de resgate e compromisso de taxa:

(valores em milhares de euros)

Produtos	Provisão Adicional 2016	Provisão Adicional 2015
Mistos Individual & Grupo	750	750
Rendas	538	538
Financeiros (contratos investimento)	6.654	6.648

Produtos	Provisão Adicional 2016	Provisão Adicional 2015
Financeiros (contratos seguro)	860	860
Total	**8.802**	**8.796**

O valor apurado foi contabilizado em provisão adicional para garantia de resgate no montante de Euros 3.626.651 (2015: Euros 3.620.033) e em provisão para compromisso de taxa no montante de Euros 5.175.848 (2015: Euros 5.175.848).

O valor apurado em 2016, para a provisão para compromisso resultou num excedente de provisionamento de 917.122€ relativamente ao ano transato, no entanto, face à sensibilidade da carteira à evolução das taxas de juro, decidiu-se manter contabilizado o valor apurado em 2015.

Risco de Descontinuidade

O risco de descontinuidade é o risco inerente à cessação do pagamento de prémios, à resolução das apólices ou à transferência de apólices para outras seguradoras. A taxa de descontinuidade é monitorizada regularmente, pela Direção Técnica Pessoais e pela área de Gestão de Riscos, de forma a acompanhar o impacto no valor das carteiras, com um acompanhamento mensal da taxa de anulação para os produtos de risco.

Risco de Despesas

O risco de despesas encontra-se relacionado com o possível impacto da variação das despesas nos custos das Companhias.

As despesas de exploração, possuem um peso bastante significativo no resultado de uma seguradora, pelo que existe uma monitorização mensal da evolução das despesas e do seu peso relativamente aos prémios brutos emitidos. Desta forma a VICTORIA possui uma estrutura de custos perfeitamente identificada a qual é tida em conta no *pricing* e provisionamento dos produtos.

Risco catastrófico

O risco catastrófico está associado a eventos extremos, ou seja, eventos de baixa frequência e grande severidade.

Tendo em conta a natureza dos contratos de seguro do Ramo Vida, a principal fonte de exposição a este risco advêm de aumentos abruptos na mortalidade. Através da celebração de tratados de resseguro, a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. limita a sua exposição a este risco.

Em 2016, das análises de sensibilidade efetuadas (taxa de juro, despesas, mortalidade, longevidade e descontinuidade) à carteira em vigor, mantém-se como expetável, sendo o risco de taxa de juro como o mais sensível.

Nos Ramos Não Vida os sinistros catastróficos caracterizam-se pela sua baixa frequência e grande severidade.
Em Portugal, este risco pode advir essencialmente dos fenómenos de natureza sísmica, sendo o resseguro uma das principais formas de mitigação da exposição a este risco. A VICTORIA tem um grau de exposição significativo a este risco no ramo Incêndio e Outros Danos, mitigando-o através da transferência de parte do mesmo para resseguro.

Medidas para mitigação do Risco Especifico de Seguros

A mitigação dos riscos biométricos no Ramo Vida é efetuada através de uma adequada tarifação e da aplicação de uma cuidadosa e rigorosa política de subscrição. O acompanhamento anual dos desvios ocorridos entre os montantes efetivamente pagos em caso de morte ou em caso de vida para seguros de rendas e os valores esperados, permite efetuar uma revisão regular das tabelas de mortalidade usadas no cálculo dos prémios e das provisões.

A mitigação dos riscos de taxa de juro é efetuada através realização, para todos os produtos, de um Teste de Adequação do Passivo (Loss Adqueacy Test - LAT), com pressupostos revistos anualmente em função da evolução das carteiras (nomeadamente taxa de resgates, taxa de anulações, imputação despesas gerais por carteira) e das condições do mercado financeiro. A curva de taxas de juro usada é ajustada à composição dos títulos da carteira global. A VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco de mortalidade através da celebração de tratados de proteção de retenção.

A mitigação dos riscos de prémios e de provisões nos Ramos Não Vida é efetuada através da aplicação de critérios de seleção e políticas de subscrição periodicamente revistos com base nas observações históricas de perdas por linha de negócio e ajustados pelos resultados decorrentes de estimativas da frequência e severidade dos sinistros. A VICTORIA-Seguros, S.A. utiliza também o resseguro como forma de mitigação do risco.

Risco de Investimento

O grupo VICTORIA em Portugal está completamente integrado no grupo SMA, sendo a gestão de investimentos efetuada através de mandatos celebrados com a empresa SMA Gestion, pertencente também ao grupo SMA. Em 2014 a linha orientadora da estratégia de investimentos foi mantida, continuando a dar prioridade à seleção de ativos com valor, em alternativa a uma simples seleção de classes de ativos, e implementada consistentemente através de uma agregação de oportunidades de valor, restringida pelas características técnicas e legais das carteiras de investimento, e alicerçada numa elevada solidez financeira. A gestão foi acompanhada de forma regular pelo Comité de Gestão Ativo Passivo, constituído por representantes das áreas financeira, atuarial, técnica e de risco. Foram também definidos processos locais de monitorização do risco de crédito e do risco de taxa de juro para acompanhamento do efeito na cobertura da margem de solvência.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) por tipo de ativos:

2016	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.131.093	
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
Subtotal	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.131.093**	**-**
Estrangeiras					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					

2016	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas					
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
Subtotal					
Total	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.131.093**	**-**
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		13.275.701	12.979.526	12.851.144	144.455
De outros emissores		1.001.222	1.000.731	1.121.170	39.365
Subtotal		**14.276.923**	**13.980.257**	**13.972.314**	**183.820**
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.583.602	-
Outros					
Subtotal	**683.800**		**2.485.953**	**2.583.602**	**-**
Total	**683.800**	**14.276.923**	**16.466.210**	**16.555.916**	**183.820**
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		43.120.000	44.796.098	49.360.174	908.486
De outros emissores públicos		45.310.000	45.812.202	47.196.280	170.447
De outros emissores		125.870.000	126.199.628	129.484.180	843.794
Subtotal		**214.300.000**	**216.807.928**	**226.040.634**	**1.922.727**
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	52.394		41.480.769	41.645.198	
Outros					

2016	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Subtotal	**52.394**	**-**	**41.480.769**	**41.645.198**	**-**
Total	**52.394**	**214.300.000**	**258.288.697**	**267.685.832**	**1.922.727**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					
Empréstimos concedidos				511.949	-
Depósitos a Prazo				282.574	-
Total				**794.523**	**-**
TOTAL GERAL	**1.336.194**	**228.576.923**	**277.754.907**	**288.167.364**	**2.106.547**

(Un: Euros)

2015	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO NÃO INCLUIDAS NA CONSOLIDAÇÃO E ASSOCIADAS					
Nacionais					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas	600.000		3.000.000	3.279.587	
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					
Subtotal	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.279.587**	**-**
Estrangeiras					
Partes de capital em empresas do grupo					
Obrigações de empresas do grupo					
Outros títulos de empresas do grupo					
Partes de capital em empresas associadas					
Obrigações de empresas associadas					
Outros títulos de empresas associadas					

2015	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Subtotal					
Total	**600.000**	**-**	**3.000.000**	**3.279.587**	**-**
OUTROS TÍTULOS					
Nacionais					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		4.705.701	4.630.352	4.734.767	35.030
De outros emissores		1.001.222	1.000.865	1.142.680	39.356
Subtotal		**5.706.923**	**5.631.217**	**5.877.447**	**74.386**
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	683.800		2.485.953	2.535.530	-
Outros					
Subtotal	**683.800**		**2.485.953**	**2.535.530**	**-**
Total	**683.800**	**5.706.923**	**8.117.170**	**8.412.977**	**74.386**
Estrangeiros					
Títulos de rendimento fixo					
De dívida pública		55.540.000	58.319.130	63.099.789	1.196.230
De outros emissores públicos		51.900.000	52.562.076	53.940.055	192.505
De outros emissores		123.670.000	124.267.488	126.842.837	884.563
Subtotal		**231.110.000**	**235.148.694**	**243.882.681**	**2.273.298**
Títulos de rendimento variável					
Acções					
Títulos de participação					
Unidades de participação em fundos de investimento	53.907		37.008.983	37.081.354	
Outros					
Subtotal	**53.907**	**-**	**37.008.983**	**37.081.354**	**-**
Total	**53.907**	**231.110.000**	**272.157.677**	**280.964.035**	**2.273.298**
EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER					

2015	Quantidade	Montante do valor nominal	Valor total de aquisição	Valor de balanço	
				Total	Juros Acruados
Empréstimos concedidos				596.754	-
Depósitos a Prazo				1.687.574	4
Total				**2.284.328**	**4**
TOTAL GERAL	**1.337.707**	**236.816.923**	**283.274.847**	**294.940.927**	**2.347.688**

O Risco de Investimento é composto pelos seguintes riscos:

Risco de mercado

O Risco de Mercado é composto pelo risco de variação de preços no mercado de capitais, risco de taxa de juro, risco imobiliário e risco cambial. Estes riscos resultam da instabilidade dos mercados financeiros, provocada por variações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio, no valor do imobiliário ou nos preços das ações.

Tendo em conta a natureza do negócio Vida, onde grande parte dos contratos são de médio e longo prazo, o risco de mismatching assume especial relevo, assumindo neste ponto a VICTORIA-Seguros de Vida, S.A. uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos à representação das responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor.

(Un.: milhares Euros)

Carteira	Ativos	Provisões	Cobertura
Produtos Vida	209.072	181.297	115,3%
Uls	29.467	29.467	100,0%
Livres	560	n.a	
TOTAL	**239.099**	**210.764**	**113,4%**

Em dezembro de 2016, a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 113,4% (2015: 113,3%).

Tendo em conta a natureza do negócio Não Vida, onde grande parte dos contratos são de curto e médio prazo, o risco

de mismatching assume especial importância neste período temporal. A VICTORIA-Seguros, S.A. procura uma posição de muito rigor no sentido de que os ativos afetos às responsabilidades estejam o mais próximo possível destas, quer em termos de maturidade quer em termos de valor. Em dezembro de 2016 a taxa de cobertura ativo versus passivo era de 128% (2015: 126,6%).

Risco de crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transações financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, cosseguradoras e resseguradoras.

Valores Mobiliários

O risco de crédito na VICTORIA é essencialmente relevante no que concerne às suas transações financeiras com emitentes de valores mobiliários, ou seja, à exposição dos ativos financeiros a obrigações e por outro lado às suas transações financeiras com resseguradoras. Em ambos os casos, a exposição aos riscos referidos é gerida tendo em conta a situação creditícia dos emitentes. A política seguida pela VICTORIA neste contexto baseia-se em critérios de *ratings* de elevada qualidade.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) de acordo com os ratings:

(Un: Euros)

Rating Médio	2016	%	2015	%
AAA	40.569.210	14,0%	42.958.366	14,5%
AA	64.282.999	22,1%	97.185.575	32,7%
A	77.437.219	26,7%	57.927.903	19,5%
BBB	31.777.578	10,9%	32.322.320	10,9%
BB	15.560.701	5,4%	5.267.481	1,8%
B	1.443	0,0%	1.399.503	0,5%
CC	-	0,0%	1.695	0,0%

Rating Médio	2016	%	2015	%
NR	37.375.049	12,9%	44.462.979	15,0%
Instrumentos Representativos de Capital	23.269.712	8,0%	15.762.793	5,3%
Total	**290.273.911**	**100%**	**297.288.615**	**100%**

Em 2016, as taxas de rentabilidade da Dívida Soberana euro registaram nova descida, tendo em muitos caso avançado para valores ainda mais negativos, atingindo novos mínimos. A ação do Banco Central Euro foi decisiva para suportar a tendência de descida de yields e manter debelada a ainda não resolvida Crise da Dívida Soberana Europeia. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se bastante conservador, embora a gestão tenha privilegiado em alguns casos a exposição a emitentes com maior potencial de retorno, apesar do menor perfil de risco. Assim e de forma global o perfil de risco da carteira manteve-se conservador, traduzindo-se num elevada qualidade de crédito: No final do exercício 37,8% da carteira possui notação de crédito igual ou superior a AA (2015: 47,4%). A exposição total à Dívida Pública dos países europeus periféricos era de 20,9 milhões de euros (2015: 24,0) o que corresponde a 6,9% da carteira de investimentos, com a seguinte distribuição geográfica: Itália: 2,7%; Espanha: 1,6% e Portugal: 2,6%.

Para apuramento do justo valor dos ativos mobiliários, adotaram-se os seguintes critérios:

- Os ativos cotados, são valorizados aos preços praticados nos mercados em que se encontrem admitidos à negociação, reportados ao momento de referência, de acordo com o seguinte:

i) Encontrando-se admitidos à negociação em mais do que um mercado regulamentado, o valor a considerar reflete os preços praticados no mercado que apresente maior quantidade, frequência e regularidade de transações, sendo o critério adotado o do preço de fecho ou preço de referência divulgado, pela entidade gestora do mercado em que os valores se encontrem admitidos à negociação no próprio dia da valorização ou, caso este não exista, o preço correspondente à última cotação verificada no momento da valorização;

ii) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, mas que os

preços praticados nesse mercado não sejam considerados representativos, ou inexistentes, ou no caso de ativos não cotados, os mesmos são valorizados considerando as ofertas de compra firmes ou, na impossibilidade da sua obtenção, o valor médio das ofertas de compra (bid offer) difundidos através do sistema de informação Bloomberg.

- Na impossibilidade de aplicação do referido anteriormente, os ativos são valorizados pelo valor atualizado dos cash flows futuros considerando uma taxa de juro de mercado que reflita uma maturidade aproximada à do ativo a valorizar e o risco do emitente (justo valor);

- As Unidades de Participação em Fundos de Investimento são valorizadas ao último valor conhecido e divulgado no momento da valorização;

- Os depósitos e instrumentos representativos de divida de curto prazo são valorizados com base no reconhecimento diário do juro inerente a cada operação;

Resseguradoras

O acompanhamento do risco de crédito das resseguradoras é efetuado mensalmente, tendo em conta a variação dos ratings, prémios cedidos e respetivos saldos.

Em 2016, manteve-se a preocupação de privilegiar relações com resseguradores financeiramente sólidos e a proceder a uma adequada dispersão dos riscos.

Mediadores

No âmbito do risco de crédito proveniente de mediadores, o mesmo mantém um acompanhamento continuo por parte da VICTORIA, apostando no rigor na seleção destes. No ano de 2016, em linha com o que já se tinha registado nos anos anteriores, manteve-se a tendência de decréscimo do número de mediadores com poderes de cobrança.

Com uma periodicidade mensal, são também elaborados indicadores de risco em função da evolução dos saldos das contas correntes e rácios de endividamento.

O acompanhamento dos saldos consolidados, devedores e planos de pagamento como tentativa de recuperar a dívida são acompanhados pela Direção Financeira, a qual de forma a mitigar o impacto a nível de resultados constitui uma provisão, com os seguintes critérios:

- 100% dos saldos devedores que entraram na área de Contencioso, para acionar a respetiva ação legal para recuperar o valor da dívida;
- 90% do valor planos em incumprimento, mas que ainda não estão numa via litigiosa;

- 45% dos planos de pagamento em vigor e que estão a ser cumpridos
- 30% para o montante dos restantes saldos em dívida;

Por outro lado, de forma a mitigar o risco, quando se regista um incumprimento na prestação de contas por parte dos mediadores é-lhes inibido o poder de cobrança.

Tomadores de Seguro

Relativamente ao risco de crédito inerente aos Tomadores de Seguro, este é acompanhado através da análise de indicadores de prémios pendentes e prémios brutos emitidos, apurados trimestralmente.

Risco de spread e Risco de liquidez

A incerteza face ao momento de ocorrência e ao montante dos fluxos de saída de caixa relacionados com a atividade seguradora pode afetar a capacidade da empresa de seguros para fazer face às suas responsabilidades, podendo implicar custos adicionais na alienação de investimentos ou outros ativos.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimentos (incluindo empréstimos e contas a receber) tendo em consideração as diferentes maturidades dos ativos financeiros:

(Un: Euros)

Maturidades	2016	%	2015	%
< 1 ano	13.878.417	4,8%	32.470.232	10,9%
1 a 2 anos	54.347.833	18,7%	25.864.357	8,7%
3 a 5 anos	106.915.342	36,8%	123.805.806	41,6%
6 a 10 anos	68.091.591	23,5%	74.587.497	25,1%
> 10 anos	11.820.145	4,1%	8.955.311	3,0%
Instrumentos Representativos de Capital	35.220.583	12,1%	31.605.412	10,6%

Total Geral	**290.273.911**	**100%**	**297.288.615**	**100%**

Para a carteira de Vida, a gestão deste risco assenta em duas vertentes: análise ALM (Asset Liability Management) e definição da política de investimentos. De acordo com os *cash-flows* operacionais estimados para 2017, a companhia deverá fazer face a saídas líquidas superiores a 27 milhões de euros. Os ativos financeiros existentes no final de 2016, quer através de amortizações de títulos e quer através do pagamento de juros, deverão gerar um fluxo de caixa superior a 15,9 milhões de euros. Desta forma, existe um desvio negativo de cerca de 11,9 milhões de euros.

Análise ALM para Cash-Flows em 2017	
Cash-flows do Ativo	**15.981.341**
Amortizações	12.127.000
Juros	3.854.341
Cash-flows do Passivo	**(27.867.720)**
Prémios (negócio existente)	15.606.110
Reembolsos	(37.384.151)
Outros CF negativos	(6.089.680)
Mismatch Cash-flow ativo/passivo	**(11.886.379)**

Este exercício e tal como no ano transato a gestão de tesouraria foi efetuada com a preocupação de minimizar o saldos em instituições bancárias sem afetar o bom funcionamento das atividades operacionais. Desta forma o montante aplicado em Depósitos à Ordem e a Prazo manteve-se com uma ordem de grandeza de 5 milhões de euros, tendo mais precisamente subido de 5,0 para 5,4 milhões de euros (1,8% do total dos ativos).

A manutenção da tendência de descida dos yields para valores negativos ou próximos de 0 relativamente ao mercado de dívida soberana levou a que mantivesse uma exposição criteriosa nessa classe de ativos, embora continue a ser um ativo chave para gestão prudente e avisada face às necessidades futuras de liquidez. O investimento em títulos de Dívida Pública desceu para 52,4 milhões de euros (2015: 60,0), representando 17,3% dos ativos de investimento.

Destaca-se ainda que cerca de 58% destes títulos correspondem a países de menor risco (Alemanha, Holanda, Áustria, Finlândia e França). É ainda de referir que aproximadamente 60% da carteira de investimentos, possui notação de rating investment grade (2014: 64%). Face ao ano anterior a exposição a unidade de participação de fundos de investimento cresceu 4,6 milhões de euros e passou a representar 14,6% da carteira, ou seja 44,2 milhões de euros (2015: Mio 39,6). A exposição a unidades de participação é composta quase na totalidade por fundos de mercado monetário.Simultaneamente e atendendo a que a entidade gestora assume como filosofia de investimento, uma estratégia ALM não dinâmica, e que se consubstancia como referido anteriormente na seleção de ativos individuais numa lógica de agregação de valor, é fundamental a análise do desvio tático entre ativos e responsabilidades assumido. Relativamente às carteiras de contratos de Seguro, concluiu-se que as responsabilidades se encontram cobertas num horizonte temporal de 10 anos.

Medidas para mitigação do Risco de Investimento

A mitigação do risco de investimento é efetuada através de uma correta política de investimentos. A utilização e análise de indicadores de alerta pré-definidos, permite à VICTORIA antecipar possíveis situações de risco e como tal agir de forma rápida e eficiente no desenvolvimento e implementação de medidas de mitigação do risco detetado.

Os indicadores referidos são monitorizados diariamente ao nível da Companhias.
Estão implementados os seguintes indicadores:

- *"Net loss limit"*: este indicador monitoriza o resultado de investimentos através de níveis de tolerância calculados com base nos objetivos de rendimento previamente estabelecidos. Por definição, este indicador não tem leitura na data de fecho do exercício. Trata-se de um indicador dinâmico que tem por função avaliar ao longo do tempo o desempenho da carteira de investimentos durante o período correspondente ao exercício.

- *"Risk-based capital"*: este indicador permite identificar se a estratégia de alocação dos ativos implementada está de acordo com a solidez financeira da empresa. Desta forma, torna-se possível adequar atempadamente a estratégia de investimentos, em função do comportamento dos mercados financeiros, bem como, dos resultados técnicos do exercício em curso.

Margem de Solvência

A 1 de janeiro de 2016 entrou em vigor o novo regime de solvência (Solvência II), aprovado pela Diretiva 2009/138/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro.

Nesse contexto, foi publicada a Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, que transpõe para o Direito interno aquela Diretiva introduzindo alterações muito significativas ao regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora (RJASR), procedendo, igualmente, a algumas alterações, quer ao regime do contrato de seguro, quer ao regime dos fundos de pensões, entre outros.

O regime de solvência II encontra-se estruturado em três pilares.

- Pilar I (requisitos quantitativos)

O regime de solvência II definiu critérios para a avaliação económica do ativo e do passivo da empresa de seguros, para assim determinar os fundos próprios elegíveis para efeitos de requisitos de capital.

O novo regime define agora dois níveis de solvência: o Requisito de Capital Mínimo (MCR) e o Requisito de Capital de Solvência (SCR). O MCR estabelece o primeiro nível de alerta, correspondendo ao montante de fundos próprios que deve ser sempre preservado, sob pena de colocar em risco o cumprimento das responsabilidades da seguradora. O SCR é calculado tendo em conta todos os riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta, designadamente os riscos de mercado, de crédito, específicos de seguros e operacionais. O SCR pretende garantir a existência de fundos elegíveis em montante suficiente para absorver perdas significativas decorrentes dos riscos a que uma empresa de seguros pode estar exposta.

Nos termos do previsto no RJASR, caso a empresa de seguros verifique que o SCR ou o MCR deixou de ser cumprido ou que existe o risco de incumprimento nos três meses subsequentes, mesmo que circunstancial ou temporariamente, informa de imediato a ASF. No caso de incumprimento do SCR, deve submeter a esta Autoridade um plano de recuperação no prazo de dois meses e tomar as medidas necessárias para assegurar, no prazo de seis meses, o restabelecimento de um nível de fundos próprios elegíveis que dê cobertura ao SCR ou a redução do seu perfil de risco. No caso de incumprimento do MCR ou da verificação do risco de incumprimentos, deve ser remetido à ASF, no prazo de um mês, um plano de financiamento a curto prazo com vista a evitar o incumprimento ou ao restabelecimento dos fundos

próprios de base elegíveis, pelo menos para o nível do MCR, ou com vista à redução do seu perfil de risco.

- Pilar II (requisitos qualitativos e supervisão)

O regime de solvência II definiu requisitos qualitativos relacionados com a existência e manutenção sistemas de governação eficazes e de sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, incluindo sistemas que garantam a idoneidade e qualificação das pessoas que dirigem a empresa, a fiscalizam e são responsáveis por funções-chave (gestão de risco, auditoria interna, compliance e função atuarial).

Um dos principais requisitos deste pilar é a realização da autoavaliação do risco e da solvência (ORSA). Através deste exercício, a empresa deve efetuar uma avaliação prospetiva sobre a suficiência do capital disponível para atingir os seus objetivos de negócio tendo em conta o seu perfil de risco, bem como sobre a adequação do capital regulatório e efetuar a análise de solvência perante cenários de stresse. No âmbito do regime de solvência II é elaborado e remetido um relatório do ORSA para o supervisor, pelo menos, anualmente.

- Pilar III (reporte prudencial e divulgações públicas)

O pilar III estabelece os novos requisitos de divulgação de informação pública e de envio ao supervisor. Neste âmbito, a empresa de seguros reportou à ASF de forma extraordinária a informação de abertura de Solvência II (1/1/2016) e, subsequentemente efetuou e passa a realizar reportes trimestrais e um especifico anual durante o exercício. Adicionalmente, passa a ser publicado de forma anualizada, no segundo trimestre de 2017, o “Relatório sobre a solvência e a situação financeira” da empresa de seguros, o qual será certificado pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Atuário Responsável da empresa de seguros.

Durante o atual contexto regulamentar, com o desfasamento temporal existente entre a divulgação destas demonstrações financeiras e a informação prudencial incluída no “Relatório sobre a solvência e situação financeira” (a reportar e certificar no 2º trimestre de 2017), importa referir que:

- Para o negócio de Vida, a VICTORIA – Seguros de Vida, S.A. evidencia o cumprimento do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo considerando os dados preliminares reportados à ASF relativos ao reporte especifico anual de 2016, tendo em consideração a aplicação da dedução transitória às provisões técnicas nos termos da

aprovação concedida por aquela autoridade. Neste âmbito, e em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar os valores do último exercício certificado, sendo o mesmo referente a 01.01.2016 (Reporte de Abertura):

	01.01.2016
SCR	19.718.222
Rácio de Cobertura SCR	177,7%
MCR	8.873.200
Rácio de Cobertura MCR	394,9%
Fundos Próprios	35.040.040

(em euros)

- para o negócio de Não Vida, a VICTORIA – Seguros, S.A. evidencia o cumprimento do requisito de capital de solvência e do requisito de capital mínimo considerando os dados preliminares reportados à ASF relativos ao reporte especifico anual de 2016.Neste âmbito, e em linha com o exposto acima, considera-se pertinente apresentar os valores do último exercício certificado, sendo o mesmo referente a 01.01.2016 (Reporte de Abertura):

	01-01-2016
SCR	15.222.741
Rácio de Cobertura SCR	284,7%
MCR	5.156.645
Rácio de Cobertura MCR	840,4%
Fundos Próprios	43.338.672

(em euros)

Risco operacional

O risco operacional corresponde ao risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos.

Em 2016, a VICTORIA manteve a metodologia de desenvolvimento de análise deste risco e na melhoria e implementação de um adequado Sistema de Controlo Interno. Destacam-se se seguintes atividades na gestão e mitigação deste risco:

- Manteve-se o desenvolvimento da gestão do risco operacional e respetivos controlos alinhados com a metodologia do grupo;
- Continuidade da atualização da documentação dos processos mais significativos, com a identificação dos donos, objetivos, principais atividades, riscos e respetivos controlos;
- Nomeação dos gestores de controlo interno e permanente (GeCIP's) por processo, de forma a garantir em conjunto com a área de organização e controlo a identificação e atualização contínua dos respetivos riscos e controlos, bem como a definição de planos de ação;
- Implementação da nova ferramenta para registo de incidentes (eFront), em alinhamento com a solução já usada pelas restantes empresas do grupo SMA, permitindo a tomada de medidas corretivas e a identificação/desenvolvimento de novos controlos;
- Ações de formação sobre os novos processos de trabalho e na ferramenta (efront), aos GeCIP's e outros utilizadores chave (declarantes de incidentes), tendo sido aproveitado as mesmas para a sensibilização sobre o novo regime de solvência e os respetivos impactos nos procedimentos futuros da companhia;
- Continuidade do modelo de gestão Anti-Fraude, acompanhado pelo Comité Anti-Fraude, sendo operacionalmente executado pela área de Organização e Controlo, e pelas equipas multidisciplinares dedicadas à investigação de Fraude;
- Implementação de novos procedimentos de trabalho e controlos em sistema de suporte à prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo.

Risco de Conformidade

No âmbito da conformidade pretende-se assegurar as condições necessárias à observância e cumprimento de todos os imperativos de natureza jurídico-legal com impacto no desenvolvimento da atividade. Esta função integrada no Departamento de Gestão de Riscos visa mitigar o risco de perdas financeiras ou reputacionais em consequência do incumprimento da legislação em vigor.
Neste contexto destacam-se as seguintes atividades realizadas em 2016:

- Verificação diária dos sítios institucionais;

- Divulgação aos departamentos de matérias legais diretamente às áreas ou através de "Comunicação VICTORIA";
- Análise do clausulado de novos produtos no âmbito da conformidade legal e regras da companhia;
- Controlo mensal das atividades da entidade de supervisão relativamente a inspeções, informações, autos de contraordenação, questionários e quaisquer ações implementadas, bem como o respetivo acompanhamento e resposta por parte da VICTORIA;
- Controlo diário das respostas a reportes legalmente exigidos por entidades externas, com o objetivo de mitigar possíveis incumprimentos de prazos de resposta e respetivas consequências;
- Controlo mensal do cumprimento e implementação de normas, leis ou regulamentos com impacto na atividade, bem como da jurisprudência mais relevante;
- Elaboração do relatório anual das atividades desenvolvidas, bem como do plano do próximo ano;
- Reforço da monitorização com a implementação de um questionário trimestral dirigido aos GeCIP (Gestores de Controlo Interno Permanente).

V – NOTAS AO BALANÇO

NOTA 1 – Caixa e equivalentes e depósitos à ordem

O saldo apresentado nesta rubrica, tem a seguinte decomposição:

(Un: Euros)

	2016	2015
Caixa e equivalentes	35.415	7.020
Depósitos à ordem	7.113.613	5.798.203
	7.149.028	**5.805.223**

O valor existente em Caixa destina-se a fazer face a pequenas despesas administrativas efetuadas diretamente pelas Delegações. Os saldos credores existentes em Depósitos à Ordem, encontram-se refletidos em Outros Credores por Outras Operações, no montante de 636.630 Euros (2015: 701.473 Euros). A existência destes saldos deve-se ao facto do Grupo ter como principal meio de pagamento o cheque e ao desfasamento do desconto.

NOTA 2 – Terrenos e Edifícios

De acordo com as políticas contabilísticas mencionadas no Ponto III, os terrenos e edifícios classificados como de uso próprio encontram-se valorizados através do modelo de revalorização. As taxas de amortização são determinadas pelo nº de anos de vida útil atribuída a cada imóvel, em função das avaliações efetuadas. Os terrenos e edifícios classificados como de rendimento encontram-se valorizados através do modelo de justo valor.

(Un: Euros)

Edifício	Exercício da última avaliação	Valor aquisição	Valor de balanço	Variação do justo valor	Vida útil
De uso próprio					
R. Dr. Carlos França 30, Loja -Torres Vedras	2016	269.410	215.000	(38.191)	81
Av. Dr. Lourenço Peixinho 246 - Aveiro	2016	288.999	360.000	73.265	71
Av. Alberto Sampaio 60 – Viseu	2016	389.122	296.000	7.754	81
Av. D João II 46 A e B - Setúbal	2016	331.976	312.240	15.517	81
Av. Bernardo Santareno, 37B - Santarém	2016	362.297	327.000	(45.463)	91
Av. Comb. Grande Guerra 71- Leiria	2016	357.333	261.000	(55.455)	77
Av. Bons Amigos,67 A – Cacém	2016	268.008	203.340	(35.963)	74
Av. Brasil 6 – Oeiras	2016	166.737	180.320	10.471	76
		2.433.882	**2.154.900**	**(68.065)**	
De rendimento					
Av. da Liberdade 200 – Lisboa	2015	25.769.867	26.185.350	1.182.968	97
R. Gonçalo Cristóvão 13,1ºDto - Porto	2016	152.931	130.590	(87.273)	63
Rua Camilo Castelo Branco, 46 - Lisboa	2016	14.904.239	17.457.545	2.553.306	50
		40.827.037	**43.773.485**	**3.649.001**	
Total		**43.260.919**	**45.928.385**	**3.580.936**	

O movimento verificado nesta rubrica é analisado como segue:

(Un: Euros)

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições / transf.	Reavaliações	Alienações / transf.	Depreciações	Saldo final
	Valor bruto	Deprec. acum.					(valor líquido)
Uso próprio							
Terrenos	684.583	-	-	(34.433)	19.588	-	**630.562**
Edifícios	1.661.997	21.031	-	15.406	111.002	21.032	**1.524.338**
subtotal	**2.346.580**	**21.031**	**-**	**(19.027)**	**130.590**	**21.032**	**2.154.900**
Rendimento							

Terrenos e edifícios	Saldo inicial		Aquisições / transf.	Reavaliações	Alienações / transf.	Depreciações	Saldo final
	Valor bruto	Deprec. acum.					(valor líquido)
Terrenos	11.542.154	-	19.588	-	-	-	**11.561.742**
Edifícios	32.100.741	-	111.002	-	-	-	**32.211.743**
subtotal	**43.642.895**	**-**	**130.590**	**-**	**-**	**-**	**43.773.485**
Total	**45.989.475**	**21.031**	**130.590**	**(19.027)**	**130.590**	**21.032**	**45.928.385**

Para determinação do justo valor dos imóveis, foram utilizadas avaliações efetuadas por entidades independentes e devidamente credenciadas para o efeito.
Relativamente ao imóvel sito na Av. da Liberdade, a avaliação realizada no corrente ano, determinou um montante de Euros 28.850.000, valor que a companhia entendeu ser prudente não considerar contabilisticamente, uma vez tratar-se, em nossa opinião, de um movimento que deverá ser revertido num horizonte temporal próximo, mantendo-se assim como justo valor o montante registado em 2015 (Euros 26.185.350).

Para a tomada de tal decisão, contribuíram dois fatores:

- A ligeira subida nos níveis de inflação europeia, fazem com que neste momento se "façam ouvir" algumas vozes no mercado, anunciando para breve, o fim da política expansionista do BCE;
- O mercado imobiliário apresenta menor liquidez que o mercado de divida, determinando desta forma a existência de um lag temporal no processo de ajustamento dos dois mercados.

Por esta razão, é expectável que os níveis das yields do imobiliário venham a subir, confirmando a evolução registada nos mercados de divida no último semestre de 2016.
Anualmente são efetuados testes de imparidade.

NOTA 3 - Investimentos em filiais, associadas e empreendimento conjuntos

A 21 de dezembro de 2013 foi efetuada a compra de 40% do capital da empresa Future Healthcare International, SGPS, S.A., no montante de Euros 3.000.000.
A aquisição desta sociedade visa dotar a VICTORIA – Seguros, S.A. de melhores condições para a gestão da carteira de Saúde, permitindo atribuir aos segurados uma melhoria na qualidade dos serviços disponíveis através da rede médica e de cuidados de saúde própria.

Por aplicação do método de equivalência patrimonial, verifica-se uma desvalorização no montante de 148.494 Euros (2015: 279.587 Euros).

Do investimento realizado em subsidiárias, resulta o reconhecimento dos interesses minoritários refletidos nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e podem ser analisados como segue:

	% Grupo		% Minoritário	
	2016	2015	2016	2015
SELICOMI PORTUGAL, Lda	82%	82%	18%	18%
Capital Próprio	2.308	2.039	503	447
Resultado Liquído	433	2.037	95	447

NOTA 4 – Ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas

Os investimentos classificados ao justo valor através de ganhos e perdas, são analisados como se segue:

(Un.: Euros)

	2016			2015		
	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço	Custo de aquisição amortizado	Valias não realizadas	Valor de balanço
Instrumentos de capital e Unidades de Participação	8.171.240	(113.980)	8.057.260	5.455.122	(155.263)	5.299.859
Títulos de Dívida	20.483.585	(88.357)	20.395.228	24.423.304	198.592	24.621.896
Dívida Pública	1.621.394	106.760	1.728.154	1.313.494	(46.325)	1.267.169
De Outros Emissores Públicos	5.564.672	(18.497)	5.546.175	6.821.284	2.952	6.824.236
De Outros Emissores	13.214.666	(176.620)	13.038.046	16.198.597	241.965	16.440.562
Juros a receber	82.853		82.853	89.929		89.929

Total	**28.654.825**	**(202.337)**	**28.452.488**	**29.878.426**	**43.329**	**29.921.755**

Em 31 de dezembro de 2016 os ativos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas encontram-se valorizados ao justo valor de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por 'providers'.

De acordo com o IFRS 7, os ativos financeiros detidos para venda podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – Cotações (não ajustadas) em mercado ativo para ativos ou passivos idênticos

Nível 2 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor é direta ou indiretamente observável

Nível 3 – Técnicas de avaliação para as quais os inputs de importância significativa para a mensuração do justo valor não é observável

No decurso do ano, não se verificaram transferências entre os vários níveis.

Sectores	2016					2015				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,3%	1.213.514	1.213.514			3,7%	1.098.875	1.098.875		
Bens Consumo, Não Cíclicas	8,1%	2.293.622	2.293.622			7,2%	2.165.548	2.165.548		
Industrial e Matérias Primas	2,1%	601.006	601.006			2,3%	699.910	699.910		
Comunicações e Tecnologia	3,8%	1.095.080	1.095.080			2,9%	877.312	877.312		
Utilities	4,1%	1.160.389	1.160.389			4,2%	1.242.611	1.242.611		
Energia	7,6%	2.165.129	2.165.129			8,0%	2.386.241	2.386.241		
Serviços	0,4%	106.633	106.633			0,3%	102.348	102.348		
Financeiro	15,7%	4.469.398	4.469.398			26,9%	8.039.269	8.039.269		
Dívida Soberana	25,6%	7.290.458	7.290.458			26,8%	8.009.782	8.009.782		
Fundo Acções	2,2%	636.527		636.527		1,3%	375.828		375.828	
Fundo Imobiliário	6,5%	1.837.387		1.837.387		6,0%	1.803.200		1.803.200	
Fundo Commodities	0,1%	34.325		34.325		0,1%	18.552		18.552	
Fundo Obrigações	19,5%	5.549.020		5.549.020		10,4%	3.102.279		3.102.279	
Total Geral	100%	28.452.488	20.395.229	8.057.259	-	100%	29.921.755	24.621.896	5.299.859	-

NOTA 5 – Ativos disponíveis para venda

A carteira de ativos disponíveis para venda apresenta a seguinte composição:

(Un: Euros)

	2016				2015			
	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de Balanço	Custo de aquisição amortizado	Imparidade	Reservas de justo valor	Valor de Balanço
Instrumentos de capital e Unid Participação	36.351.611	(313.563)	133.492	36.171.540	34.841.307	(636.312)	112.030	34.317.025
Títulos de Dívida	203.841.211	-	8.924.495	212.765.706	215.587.725	-	8.771.700	224.359.425
Dívida Pública	47.137.095		4.481.996	51.619.091	58.635.345		4.824.615	63.459.960
De Outros Em. Públicos	40.323.969		1.326.136	41.650.105	45.781.346		1.334.473	47.115.819
De Outros Emissores	114.450.941		3.116.363	117.567.304	108.932.343		2.612.612	111.544.955
Juros a receber	1.929.206		-	1.929.206	2.238.691		-	2.238.691
Total	**240.192.822**	**(313.563)**	**9.057.987**	**248.937.246**	**250.429.032**	**(636.312)**	**8.883.730**	**258.676.450**

Dos quais:

Sectores	2016					2015				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens Consumo, Cíclicas	4,8%	11.944.176	11.944.176	-	-	2,2%	5.595.390	5.595.390	-	-
Bens Consumo, Não Cíclicas	5,6%	13.944.019	13.944.019	-	-	4,5%	11.595.110	11.595.110	-	-
Industrial e Matérias Primas	4,9%	12.137.718	12.137.718	-	-	5,2%	13.364.322	13.364.322	-	-
Comunicações e Tecnologia	3,7%	9.199.720	9.199.720	-	-	2,7%	6.960.735	6.960.735	-	-
Utilities	1,9%	4.676.678	4.676.678	-	-	1,8%	4.565.337	4.565.337	-	-
Energia	3,2%	7.973.981	7.973.981	-	-	2,0%	5.291.682	5.291.682	-	-
Financeiro	22,4%	55.768.432	55.768.432	-	-	24,0%	62.155.089	62.155.089	-	-

Sectores	2016					2015				
	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	%	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Serviços	0,5%	1.172.961	1.172.961	-	-	0,4%	1.125.823	1.125.823	-	-
Dívida Soberana	38,5%	95.948.021	95.948.021	-	-	44,0%	113.705.936	113.705.936	-	-
Fundo Imobiliário	0,5%	1.263.456	-	1.263.456	-	0,6%	1.433.691	-	1.433.691	-
Fundo Obrigações	14,0%	34.908.084	-	34.908.084	-	12,7%	32.883.335	-	32.883.335	-
Total Geral	100%	248.937.246	212.765.706	36.171.540		100%	258.676.450	224.359.424	34.317.026	

NOTA 6 – Empréstimos e contas a receber

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Outros Depósitos – Depósitos a Prazo	282.574	1.687.574
Juros a receber	-	4
Empréstimos concedidos	511.949	596.754
Empréstimos sobre apólices	497.138	579.682
Outros empréstimos	14.811	17.072
Juros a receber	-	-
Total	**794.523**	**2.284.332**

A rubrica de Empréstimos e contas a receber, pela natureza de curto prazo para os Depósitos a prazo e pelo caracter dos empréstimos sobre apólice, considera-se valorizada ao justo valor.

NOTA 7 – Investimentos a deter até à maturidade

A categoria de investimentos a deter até à maturidade, é composta do seguinte modo:

	2016		2015	
	Justo Valor	**Valor de Balanço**	**Justo Valor**	**Valor de Balanço**
Títulos de Dívida	8.577.125	8.958.561	3.265.769	3.126.491
Dívida Pública	8.482.637	8.864.073	3.246.705	3.107.427
De Outros Emissores Públicos	-	-	-	-
De Outros Emissores	-	-	-	-
Acréscimos de Juros	94.488	94.488	19.064	19.064
Total	**8.577.125**	**8.958.561**	**3.265.769**	**3.126.491**

No decurso de 2016, verificou-se um reforço deste tipo de investimento, cujas datas de vencimento são 2025 e 2026.

Por forma a assegurar os requisitos que possibilitam a classificação dos títulos nesta categoria de investimentos, a VICTORIA efetuou testes de liquidez à restante carteira de ativos, tendo-se verificado que a companhia detém meios mais que suficientes para financiar os passivos estimados até ao final de 2024, pelo que não se estima qualquer necessidade de realização destes ativos.

NOTA 8 – Afetação dos Investimentos

A 31 de dezembro de 2016 os investimentos, encontram-se afetos da seguinte forma:

(Un: Euros)

	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	10.128	2.497.398	194.775	1.995.884	969.272	1.481.571	7.149.028
Terrenos e Edificios		644.660	26.497.590			18.786.135	45.928.385
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos						3.131.093	3.131.093

	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados			-	-	28.452.488	-	28.452.488
Instrumentos de Capital e Unid Participação					8.057.260	-	8.057.260
Títulos de Dívida					20.395.228	-	20.395.228
Activos disponiveis para venda	34.899.289	49.770.223	109.576.156	54.490.570	-	201.008	248.937.246
Instrumentos de Capital e Unid Participação	5.829.837	6.120.804	8.447.761	15.773.138		-	36.171.540
Títulos de Dívida	29.069.452	43.649.419	101.128.395	38.717.432		201.008	212.765.706
Investimentos a deter até à maturidade	3.308.075		3.716.624	1.933.862			8.958.561
Títulos de Dívida	3.308.075		3.716.624	1.933.862			8.958.561
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	451.677	-	45.461	297.385	794.523
Depósitos a Prazo						282.574	282.574
Empréstimos concedidos	-		451.677		45.461	14.811	511.949
TOTAL	**38.217.492**	**52.912.281**	**140.436.822**	**58.420.316**	**29.467.221**	**23.897.192**	**343.351.324**

Para o ano transato, a afetação dos investimentos é a seguinte:

(Un: Euros)

	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Caixa e equivalentes	9.565	398.910	107.570	3.450.369	1.567.990	270.819	5.805.223

	Seguros Acidentes Trabalho	Outros Seguros	Seguros de Vida com Participação Resultados	Seguros de Vida sem Participação nos Resultados	Seguros de Vida classificados com contrato de investimento	Não Afetos	Total
Terrenos e Edificios		636.173	26.480.226			18.852.044	45.968.443
Investimentos em filiais, associadas e emp conjuntos						3.279.587	3.279.587
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados			-	-	29.921.755	-	29.921.755
Instrumentos de Capital e Unid Participação					5.299.859	-	5.299.859
Títulos de Dívida					24.621.896	-	24.621.896
Activos disponiveis para venda	35.270.113	52.141.579	125.543.208	45.079.695	-	641.855	258.676.450
Instrumentos de Capital e Unid Participação	7.363.354	6.942.914	15.294.964	4.675.192		40.601	34.317.025
Títulos de Dívida	27.906.759	45.198.665	110.248.244	40.404.503		601.254	224.359.425
Investimentos a deter até à maturidade	496.268		1.637.686	992.537			3.126.491
Títulos de Dívida	496.268		1.637.686	992.537			3.126.491
Empréstimos concedidos e contas a receber	-	-	523.325	-	606.361	1.154.646	2.284.332
Depósitos a Prazo					550.004	1.137.574	1.687.578
Empréstimos concedidos	-		523.325		56.357	17.072	596.754
TOTAL	**35.775.946**	**53.176.662**	**154.292.015**	**49.522.601**	**32.096.106**	**24.198.951**	**349.062.281**

NOTA 9 – Outros ativos tangíveis e inventários

Os Outros ativos tangíveis são analisados como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Depreciações		Saldo Final
	Valor Bruto	Deprec. acum	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Valor líquido
EQUIPAMENTO									
Equipamento administrativo	2.660.127	(2.629.143)	2.494	-	-	(5.089)	(19.354)	5.089	14.124
Máquinas e ferramentas	341.337	(337.765)	-	-	-	(1.485)	(1.911)	1.485	1.661
Equipamento informático	2.618.784	(2.416.535)	119.591	-	-	-	(187.022)	-	134.818
Instalações interiores	796.255	(669.920)	22.139	-	-	(6.356)	(42.987)	6.356	105.487
Outro Equipamento	2.185.764	(2.179.432)	-	-	-	-	(6.332)	-	-
Sub-Total	8.602.267	(8.232.795)	144.224	-	-	(12.930)	(257.606)	12.930	256.090
PATRIMÓNIO ARTÍSTICO	54.853	-	-	-	-	-	-	-	54.853
TOTAL	8.657.120	(8.232.795)	144.224	-	-	(12.930)	(257.606)	12.930	310.943

Os bens de Inventário correspondem a material de consumo administrativo e material de divulgação dos produtos comercializados.

NOTA 10 – Outros ativos intangíveis

As variações ocorridas nos outros ativos intangíveis é analisada como segue:

(Un: Euros)

OUTROS ATIVOS INTANGÍVEIS	Saldo Inicial		Aumentos		Transferências e abates	Alienações	Amortizações do exercício		Saldo Final
	Valor Bruto	Amortizações	Aquisições	Reavaliações			Reforço	Regularizações	Valor líquido
Despesas de Desenvolvimento	169.388	(169.388)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Aplicações Informáticas	21.231.574	(18.753.421)	196.085	-	2.891.830	-	(745.966)	-	4.820.102
Ativos intangíveis em curso	3.008.667	-	1.700.608	-	(2.891.830)	-	-	-	1.817.445
Outros	1.068.396	(1.068.396)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	25.478.025	(19.991.205)	1.896.693	-	-	-	(745.966)	-	6.637.547

NOTA 11 – Outros devedores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como se segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Operações de seguro direto	9.649.480	9.204.910
Tomadores de Seguros	7.230.395	7.571.439
Mediadores de Seguros	3.919.371	3.595.928
Co-Seguradores	30.739	73.289
Outros Devedores	3.037.823	2.570.659
Imparidade	(4.568.848)	(4.606.405)
Operações de resseguro	571.152	716.603
Resseguradores e Ressegurados	580.251	756.936
Imparidade	(9.099)	(40.333)
Outras operações	1.474.126	1.332.687
Outros Devedores	1.628.379	1.463.431
Imparidade	(154.253)	(130.744)
TOTAL	**11.694.758**	**11.254.200**

Na rubrica Tomadores de Seguros o risco de não cobrança está corrigido pelo ajustamento apurado no montante de Euros 1.395.168 (2015: Euros 1.186.933). Em cumprimento da Norma N.º16/2006-R, o coeficiente aplicado (Prémios de Contratos Anulados por falta de pagamento / Prémios Brutos Emitidos - por Ramo) traduz a realidade de 2016, uma vez que não se verificou nos testes efetuados, diferenças significativas em relação aos anos anteriores. Relativamente à rubrica de

Mediadores, para além dos saldos de conta corrente, encontram-se também reconhecidos os montantes relativos a acordos de pagamento, anteriormente reconhecido em Outras Operações, sobre os quais foi registado um ajustamento no montante de 2.858.704 Euros (2015: 2.924.570).
Os montantes de Outros Devedores respeita a processos de sinistros de concomitantes no montante de Euros 3.037.823 (2015: Euros 2.570.659) que ainda se encontram pendentes de regularização

NOTA 12 – Ativos e Passivos por Benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo

Esta rubrica destina-se a reconhecer as responsabilidades do Grupo em matéria de obrigações com benefícios dos empregados.

Em 23 de dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Coletivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida – Plano Individual de Reforma. Relativamente à alteração do plano e atendendo a que o valor das responsabilidades pelos serviços passados, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no ativo, se encontrava integralmente financiado, foi convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respetivo plano individual de reforma. No decurso de 2012, e após comunicação da alteração do plano ao ISP, foi liquidada a responsabilidade, tendo sido apurado os valores devidos e efetuada a comunicação aos colaboradores.

Em 2015, por acórdão do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) foi considerado não caducado o anterior CCT para a Atividade Seguradora, denominado como CCT 95. Desta decisão resulta, a aplicação do anterior CCT para os colaboradores sindicalizados no SINAPSA. Deste modo, a VICTORIA suspendeu a partir de agosto de 2015 inclusive, e para este universo de colaboradores, as contribuições para o plano de contribuição definida, não tendo ainda procedido a qualquer eventual recálculo das responsabilidades para o plano de benefício definido. Nesta situação encontra-se apenas 1 colaborador.
A VICTORIA encontra-se a aguardar parecer da ASF relativamente ao procedimento a adotar.

Adicionalmente, e entre os outros benefícios de longo prazo, a Companhia atribui prémios de antiguidade aos 15, 25 e 40 anos – Jubileus.

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015 são como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Benefícios de pós emprego	1.852.985	1.762.253
Outros benefícios de longo prazo	(438.224)	(417.622)
	1.414.761	1.344.631

O impacto no resultado do exercício do reconhecimento destas responsabilidades é analisado na Nota 32.

As **Obrigações com benefícios dos empregados** estão constituídas através dos Planos abaixo descritos.

Plano de Contribuição Definida

Com a alteração do CCT, o plano de contribuição definida existente, foi objeto de revisão tendo em vista a uniformização de benefícios e procedimentos.
Desta forma, o plano de contribuição definida passou a integrar as anteriores modalidades, em que:

- Para os colaboradores no ativo admitidos na atividade seguradora após 22 de junho de 1995 e participantes do Fundo de Pensões em vigor até 31.03.2012, o valor constituído na sua conta individual foi afeto ao respetivo plano individual de reforma.
- Para os colaboradores dos Associados na situação de ativos, admitidos na atividade seguradora até 22 de junho de 1995, o valor das responsabilidades por serviços passados financiado pelo Plano de Benefício Definido, foi convertido para um Plano Individual de Reforma, à data de 31.12.2011 de acordo com o método e pressupostos utilizados na avaliação atuarial de 28 de fevereiro de 2012 e aditamento de 08 de junho de 2012.

Os ativos/(responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015, são como segue:

	2016	2015
	Pensões	Pensões
Responsabilidades por benefícios	1.101.726	1.021.263
Justo valor dos ativos do fundo	1.096.260	1.021.263
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	(5.466)	-

No decurso da alteração do plano, foi decidido que o excesso de financiamento deveria permanecer no benefício definido, tendo-se procedido à sua reafectação.
A contribuição do ano, de acordo com o estipulado no CCT foi de € 133.235.

Plano de Benefício Definido

Com a alteração do CCT, o plano de benefício definido passou a garantir:

- Pagamento de pensões a todos os beneficiários que, á data da alteração do plano, se encontravam a receber uma pensão paga pelo fundo;
- Atualização de pensões atribuídas a colaboradores que passaram à situação de reforma por velhice ou invalidez no âmbito do plano de benefício definido anterior.

A população abrangida pelo plano de benefício definido tem as seguintes características:

	Número	Pensão Anual	Pensão média anual	Idade média
Beneficiários	10	11.668€	1.092€	72

Os ativos/ (responsabilidades) líquidos reconhecidos em balanço nos exercícios de 2016 e 2015, são como segue:

Un.: Euros

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Responsabilidade por benefícios	256.091	1.528.593	1.784.684	259.061	1.503.266	1.762.327
Justo valor dos ativos do fundo	2.128.707	1.006.726	3.135.433	2.111.609	995.349	3.106.958
Ativos/ (responsabilidades) líquidas em balanço	**1.872.616**	**(521.867)**	**1.350.749**	**1.852.548**	**(507.917)**	**1.344.631**

O valor presente da obrigação de benefícios definidos é o seguinte:

Un.: Euros

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Valor atual da responsabilidade em 01 de janeiro	259.061	1.503.266	1.762.327	288.775	1.520.927	1.809.702
Custo do serviço corrente	-	13.197	13.197	-	12.819	12.819
Custo de juros	5.785	33.568	39.353	5.195	27.365	32.560
(Ganhos) e perdas atuariais	2.913	32.980	35.893	(23.241)	29.770	6.529
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de saídas antecipadas	-	-	-	-	(32.234)	(32.234)
Benefícios pagos	(11.668)	(54.418)	(66.086)	(11.668)	(55.381)	(67.049)
Redução por alteração CCT	-	-	-	-	-	-
Valor atual da responsabilidade em 31 de dezembro	**256.091**	**1.528.593**	**1.784.684**	**259.061**	**1.503.266**	**1.762.327**

Adicionalmente, a VICTORIA transferiu parte das suas responsabilidades com pensões de reforma através da aquisição de apólices de seguro de vida junto da VICTORIA – Seguros de Vida, SA, MetLife (anteriormente ALICO) e GNB Seguros de Vida (anteriormente BES-Vida). A responsabilidade ascende a Euros 1.486.556 (2015: Euros 1.555.141).

A variação dos ativos do plano de benefício definido em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é analisada como se segue:

(Un.: Euros)

	2016			2015		
	Fundo	Outros	Total	Fundo	Outros	Total
Ativos do plano em 1 de janeiro	2.111.609	995.349	3.106.958	2.115.108	873.215	2.988.323
Retorno esperado dos ativos	(9.291)	(11.426)	(20.717)	(3.701)	(10.025)	(13.726)
Ganhos e (perdas) atuariais	38.057	19.988	58.045	11.870	15.153	27.023
Contribuições do empregador	-	57.233	57.233	-	172.387	172.387
Benefícios pagos	(11.668)	(54.418)	(66.086)	(11.668)	(55.381)	(67049)
Redução por alteração CCT	-	-	-	-	-	-
Ativos do plano em 31 de dezembro	**2.128.707**	**1.006.726**	**3.135.433**	**2.111.609**	**995.349**	**3.106.958**

Os outros ativos são relativos a adesões ao Fundo de Pensões Aberto Multireforma.

Os montantes reconhecidos como custo dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são como segue:

(Un: Euros)

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Custo do serviço corrente	-	13.196	13.196	-	8.926	8.926
Custo de juros	5.785	33.568	39.353	5.196	24.686	29.882
Retorno esperado dos ativos	9.291	11.427	20.718	3.701	10.025	13.726
Benefícios passados não reconhecidos	-	-	-	-	-	-
Redução de benefícios por via de	-	-	-	-	-	-

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
saídas antecipadas						
Ganhos e perdas atuariais	-	(1.921)	(1.921)	-	(8.817)	(8.817)
Total do custo do ano	**15.076**	**56.270**	**71.346**	**8.897**	**34.820**	**43.717**

O justo valor dos ativos que constituem o plano em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

(Un: Euros)

	2016		2015	
Fundos de Investimento Imobiliários	1,41%	45.340	1,42%	44.496
Fundos de Investimento em Ações	10,37%	334.208	6,31%	197.681
Fundos de Investimento em Obrigações	36,36%	1.171.986	20,18%	632.089
Obrigações de Taxa Variável	18,59%	599.305	28,57%	894.928
Obrigações de Taxa Fixa	31,71%	1.022.147	40,40%	1.265.542
Mercado Monetário	1,56%	50.382	3,13%	98.136
TOTAL	**100,00%**	**3.223.368**	**100,00%**	**3.132.872**

O retorno real dos ativos do Fundo de Pensões da Victoria foi de Euros 28.765.

Os ganhos e perdas atuariais em 2016 e 2015 reconhecidos em reservas, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Desvios atuariais reconhecidos em reservas em 1 de janeiro	(3.589)	(208.504)	(212.093)	(38.700)	(185.070)	(223.770)

	2016			2015		
	Pensões	Outros	Total	Pensões	Outros	Total
Ganhos e perdas atuariais das responsabilidades	(2.913)	(34.900)	(37.813)	23.241	(38.587)	(15.346)
Ganhos e (perdas) atuariais do fundo	38.057	19.988	58.045	11.870	15.153	27.023
Redução por Alteração Plano - CCT	-	-	-	-	-	-
Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de dezembro	**31.555**	**(223.416)**	**(191.861)**	**(3.589)**	**(208.504)**	**(212.093)**

Adicionalmente conforme referido acima, os desvios associados a benefícios de longo prazo foram reconhecidos por contrapartida de resultados, de acordo com o IAS 19.

A redução por alteração do CCT diz respeito à reclassificação dos desvios reconhecidos em reservas por contrapartida de resultados transitados.

Para efeitos da determinação do valor atual das responsabilidades foram utilizados os seguintes pressupostos e hipóteses de cálculo:

	2016	2015
Tábuas de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Número de pagamentos das pensões por ano	14	14
Taxa de desconto anual	1.58%	2,23%
Taxa anual de crescimento das pensões	1%	1%

O regime de atualização das pensões rege-se pelo disposto na Cláusula 52ª do CCT.

A evolução das responsabilidades e dos ativos do plano nos últimos 5 anos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015	2014	2013	2012
Responsabilidades por benefícios	1.784.684	1.762.327	1.809.702	1.612.785	1.710.155
Justo valor dos ativos do fundo	3.135.433	3.106.958	2.988.323	2.964.600	3.044.470
Ativos/(responsabilidades) líquidas em balanço	**1.350.749**	**1.344.631**	**1.178.621**	**1.351.815**	**1.334.315**

NOTA 13 – Ativos e Passivos por impostos

A rubrica de Ativos e Passivos por impostos é composta por impostos e taxas correntes, que corresponde ao valor a pagar ou recuperar de impostos, e por imposto diferido, que corresponde ao valor do imposto sobre o rendimento a pagar em períodos futuros proveniente de diferenças temporárias tributáveis.

O montante dos impostos diferidos é o seguinte:

(Un: Euros)

	Ativos		Passivos		Líquido	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Investimentos Financeiros	238	51.044	378.221	221.744	(377.983)	(170.700)
Benefícios a empregados	98.600	93.966	-	-	98.600	93.966
Provisões	813.890	902.921	-	-	813.890	902.921
Imóveis	48.799	71.853	494.475	537.393	(445.676)	(465.540)
Outros Passivos	163.054	180.629	-	-	163.054	180.629
Prejuízos Fiscais	365.343	276.549	-	-	365.343	276.549
Impostos Diferidos Activos / (passivos)	**1.489.926**	**1.576.962**	**872.696**	**759.137**	**617.229**	**817.825**

O movimento do imposto diferido foi reconhecido como segue:

(Un: Euros)

	2016			2015		
	Reconhecido nos resultados	**Reconhecido nas reservas**	**Total**	**Reconhecido nos resultados**	**Reconhecido nas reservas**	**Total**
Investimentos Financeiros	-	(207.283)	(207.283)	(43.472)	370.353	326.882
Benefícios a empregados	4.635	-	4.635	(4.578)		(4.578)
Provisões	(89.031)	-	(89.031)	26.691		26.691
Imóveis	27.249	(7.385)	19.864	(510.289)	(696)	(510.985)
Outros Passivos	(17.575)	-	(17.575)	(23.640)		(23.640)
Prejuízos Fiscais	88.794	-	88.794	24.297		24.297
Impostos Diferidos Ativos / (passivos)	**14.072**	**(214.667)**	**(200.596)**	**(530.990)**	**369.657**	**(161.333)**

Na sequência da aquisição da VICTORIA pelo Grupo SMABTP, foi apresentado em 2011 um requerimento a solicitar autorização para a utilização dos prejuízos fiscais para efeitos de reporte subsequente, não havendo até à data qualquer entendimento, razão pela qual se entendeu, por prudência, proceder à anulação do IDA da VICTORIA – Seguros, S.A.

O montante dos prejuízos fiscais existentes e suscetíveis de dedução é de 7.581.089 Euros (em 2015: 18.443.363 Euros), e tem a seguinte validade:

(Un: Euros)

Exercício	Data limite	Resultado Fiscal
2012	2017	(448.335)
2013	2018	(5.989.620)
2015	2027	(1.143.134)

Total	(7.581.089)

O imposto sobre o rendimento reportado nos resultados de 2016 e 2015 é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2016	2015
Imposto corrente	(494.031)	(791.610)
Imposto diferido	72.113	(124.138)
Total do imposto reconhecido em reservas	**(421.918)**	**(915.748)**

O imposto sobre o rendimento reportado nas reservas é analisado como segue:

(Un.: Euros)

	2016	2015	Variação
Imposto Corrente	**(1.923.710)**	**(2.080.928)**	**157.218**
Investimentos Financeiro	(1.865.338)	(2.024.125)	158.786
Imóveis	(58.372)	(56.803)	(1.569)
Imposto Diferido	**(398.806)**	**(184.139)**	**(214.667)**
Investimentos Financeiro	(378.221)	(170.938)	(207.283)
Terrenos e edifícios	(20.585)	(13.201)	(7.384)
Total imposto reconhecido reservas	**(2.322.517)**	**(2.265.067)**	**(57.450)**

A reconciliação da taxa efetiva de impostos é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
RESULTADO ANTES IMPOSTO	1.495.531	4.077.842
Taxa Imposto	22,50%	22,50%
Imposto Calculado com base taxa imp	(336.494)	(917.514)
Imposto Diferido Ativo - utilização/recuperação	-	
Imposto Diferido não reconhecido anteriormente	58.041	166.141
Outros proveitos e custos excluídos tributação	2.720	14.940
Benefícios fiscais e Rendimento Art.º46	-	10.613
Imposto Autonomo (Trib. Autonoma+Derrama)	(146.184)	(189.927)
Imposto do Exercício (Corrente+Diferido)	(421.918)	(915.748)

NOTA 14 – Provisões Técnicas

As provisões técnicas à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço 2016	Valor do balanço 2015
Provisões técnicas de seguro direto	**259.186.170**	**3.831.981**	**255.354.189**	**261.257.010**
Provisão matemática	164.570.272	1.542.955	163.027.317	167.922.796
Provisão para prémios não adquiridos	20.031.308	2.289.026	17.742.282	16.923.632
Provisão para sinistros	58.536.345	-	58.536.345	59.810.268
Provisão participação resultados	4.427.351	-	4.427.351	4.797.150
Provisão para compromissos taxa	5.175.848	-	5.175.848	5.175.848
Provisão para desvios de sinistralidade	5.093.173	-	5.093.173	4.917.255

Rubricas	Montante calculado	Custos de aquisição diferidos	Valor do balanço 2016	Valor do balanço 2015
Outras provisões técnicas	1.351.873	-	1.351.873	1.710.061
Provisões técnicas de resseguro cedido	**14.841.542**		**14.841.542**	**14.420.326**
Provisão para prémios não adquiridos	5.789.058	-	5.789.058	5.389.967
Provisão matemática	-	-	-	-
Provisão para sinistros	9.052.484	-	9.052.484	9.030.359
Provisão participação resultados	-	-	-	-

O montante de custos de aquisição diferidos respeita a comissões de mediação.

Provisão Matemática

A provisão matemática por modalidade é analisada do seguinte modo:

(Un.: Euros)

Provisão Matemática	2016	2015
Seguros de Vida		
Contratos c/ Part Resultados		
Carteira Antiga	8.535	14.269
Carteira Nova		
Individual	75.573.165	81.982.254
Produtos financeiros Individuais	15.938.539	16.153.720
Rendas Individual	255.053	270.086
Rendas Grupo	5.043.969	5.792.689
Grupo Tradicionais	3.785.516	3.978.522
Produtos financeiros Grupo	38.002.121	34.912.596
Contratos s/ Part Resultados		
Carteira Antiga	146	183
Rendas Individual	2.379.653	2.243.577

Provisão Matemática	2016	2015
Rendas Grupo	18.413.969	18.954.868
Risco		
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.626.651	3.620.032
TOTAL	**163.027.317**	**167.922.796**

De acordo com a política contabilística do Grupo, anualmente é efetuado, para todos os produtos, o Teste de Adequação do Passivo (*Loss Adequacy Test - LAT*). O valor apurado para garantia de resgate encontra-se reconhecido na Provisão Matemática no montante de Euros 3.626.651 (2015: Euros 3.620.032) e em Provisão para Compromisso de Taxa como abaixo se descreve:

	2016	2015
Seguros de Vida	2.147.714	2.147.714
Seguro ligados a Fundos de Investimento	3.028.134	3.028.134
TOTAL	**5.175.848**	**5.175.848**

Este teste é efetuado com os cash-flows (prémios, custos com sinistros e despesas) utilizados na avaliação das provisões técnicas a valores económicos e descontados com a curva de taxas de juro ajustadas à composição dos títulos da carteira global de ativos. Em resultado do teste efetuado a 2016, verificou-se que os níveis de provisionamento são superiores aos necessários, no entanto, e face à sensibilidade desta provisão à evolução das taxas de juro, prudentemente, optou-se pela manutenção dos valores anteriormente registados.

Os pressupostos atuariais para cálculo da Provisão Matemática do Ramo Vida previstos nas apólices, são os seguintes:

Seguro Individual

Modalidade		Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Seguros de Renda				
	Rendas Certas-Amortizações	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
		GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
		DAV94 MR	2%	Provisão Matemática
			1%	Provisão Matemática
			0,25%	Provisão Matemática
		H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
		M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
		HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital				
	Prazo Fixo	n.a.	4%	Provisão Matemática
	Mistos	AF	3,5%	Provisão Matemática
		PM 60/64	4%	Provisão Matemática
		GKM 80	2,75%	Provisão Matemática
		GKM 80	2%	Provisão Matemática

Modalidade		Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
	Temporários	PM 46/49	3,5%	Provisão Matemática
		PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
	Investimento Seguro		Min. 0%; Máx. 1,25%	Provisão Matemática
	Investimento Programado		0,75%	Provisão Matemática
	Confiança PPR		0,75%	Provisão Matemática
	PPR Novo Valor		3,5%	Provisão Matemática
	Valor Mais PPR		3,5%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
	Garantia Valor PPR/E		0,05%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
	Garantia Rendimento		0,05%	Passivo Financeiro e Provisão Matemática
	Invest		4%	Passivo Financeiro
	PPR Valorização		4%	Passivo Financeiro
	PPR/E Ações Maximização	n.a.	n.a	Passivo Financeiro
	BlueCrow Capital	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

Seguro Grupo

Modalidade		Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
Seguros de Renda				
	Rendas Vitalícias Imediatas	110% DAV94 MR	3%	Provisão Matemática
		GRF 80	2,5%	Provisão Matemática
		DAV94 MR	2%	Provisão Matemática

Modalidade		Tábua de Mortalidade	Taxa Garantida	Tipo Provisão (matemática, passivo financeiro, prémios não adquiridos)
			1%	Provisão Matemática
			0,25%	Provisão Matemática
		H20102012_PT – Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Homens)	2%	Provisão Matemática
		M20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Mulheres)	2%	Provisão Matemática
		HM20102012_PT - Tábua Completa de Mortalidade para Portugal 2010-2012 (Ambos os sexos)	2%	Provisão Matemática
Seguros de Capital				
	Capital Diferido sem contrasseguro	PF 60/64	4%	Provisão Matemática
	Misto	PM 60/64	4%	Provisão Matemática
	Temporário Anual Renovável			Provisão para Prémios não adquiridos
	Capital Diferido com contrasseguro	TV 73/77	4%	Passivo Financeiro
		GKF 80	Min. 0%; Máx. 2%	Provisão Matemática
	Lifeplan Investment	n.a.	n.a	Passivo Financeiro

Provisão para Sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos sinistros ocorridos e ainda não pagos, à data do balanço, e inclui uma provisão estimada no montante de 2.547.328 Euros (2015: 2.370.976 Euros) relativa a sinistros ocorridos antes de 31 de dezembro de 2015 e ainda não reportados (IBNR). Adicionalmente, a provisão para sinistros inclui uma estimativa no montante de 1.654.890 Euros (2015: 1.767.699 Euros), de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

O desenvolvimento da provisão para sinistros relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus ajustamentos (correções) é analisado como segue:

(Un: Euros)

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31-12-2015 (1)	Custos com sinistros[1] Montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros[1] em 31-12-2016 (3)	Reajustamentos a provisões de exercícios anteriores (3)+(2)-(1)
Vida	7.470.555	1.539.054	4.744.108	(1.187.393)
Acidentes e doença	31.303.834	8.159.248	24.224.703	1.080.117
Incêndio e outros danos	4.485.120	2.589.359	1.598.860	(296.901)
Automóvel	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	10.275.832	3.198.497	6.701.908	(375.427)
- Outras coberturas	866.711	361.707	140.214	(364.790)
Marítimo, aéreo e transportes	3.833.246	2.265.937	1.057.213	(510.096)
Responsabilidade civil geral	1.038.437	143.670	1.069.696	174.929
Crédito e caução	531.277	403.518	207.881	80.122
Proteção jurídica	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-
Diversos	-	-	-	-
Total	59.805.012	18.660.990	39.744.583	(1.399.439)

(1) Sinistros ocorridos em 2015 e anos anteriores

O valor dos reajustamentos efetuados no exercício de 2016, relativos a exercícios anteriores, apresentado na nota acima, é explicado pela análise de todos os processos de sinistros em aberto através da conferência dos valores registados e do ano a que se reportam.

Relativamente à provisão para sinistros de Acidentes de Trabalho está incluído o montante de 18.873.404 (Euros 2015: 18.478.153) referente à provisão matemática para Acidentes de Trabalho.

Os pressupostos atuariais utilizados no cálculo do valor atual das pensões de Acidentes de Trabalho são analisados, como segue:

Pensões remíveis:

- Tábua de mortalidade TD 88/90
- Taxa de desconto 5,25%
- Encargos de gestão -

Pensões em pagamento:

- Tábua de mortalidade TV 88/90
- Taxa de desconto 3%
- Encargos de gestão 2%

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo Vida

A Provisão para Participação nos Resultados é proveniente de duas vias:

- Participação nos Resultados a Atribuir; que corresponde à parte estimada do tomador do seguro, no valor líquido positivo nos ajustamentos de justo valor dos investimentos afetos a seguros de vida com participação nos resultados, e de acordo com as respetivas modalidades;
- Participação nos Resultados Atribuída; corresponde aos montantes atribuídos aos tomadores de seguros na forma de participação nos resultados, de acordo com modalidades constantes do plano de participação nos resultados.

O montante da Participação nos Resultados a Atribuir decorrente dos ajustamentos de justo valor dos investimentos ascende a 431.182 Euros (2015: 471.860 Euros). A percentagem a atribuir por modalidade é determinada com base nos valores de participação financeira atribuída nos últimos 3 anos (de 2014 a 2016).

Para o exercício de 2016, a Participação nos Resultados a Atribuir para os produtos com participação nos resultados foi determinada da seguinte forma:

(Un.: Euros)

Participação nos Resultados a Atribuir	Reserva Reavaliação por ajustamento Justo Valor	% a Atribuir	Saldo final
Carteira Antiga	496	0%	-
Carteira Nova			
Individual	5.365.027	8%	429.202
Rendas Individual	27.736	0%	-
Rendas Individual (novas bases técnicas)	4.905	0%	-
PPR Confiança	-	0%	-
Rendas Grupo	314.802	0%	-
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	318.897	0%	-
Grupo Tradicionais	220.054	0%	1.980
VICTORIA Vantagem Investimento	1.391.104	0%	-
Total	**7.643.021**		**431.182**

No que respeita à Participação nos Resultados Atribuída, a movimentação no exercício de 2016, é a seguinte:

(Un.: Euros)

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento benefícios	
Carteira Antiga	43.313	185	1.905	-	41.593
Carteira Nova					
Individual	1.074.968	119.703	414.692	25.456	754.523
Rendas Individual	51.367	-	-	-	51.367

Participação nos resultados atribuída	Saldo inicial	Atribuída	Distribuída		Saldo final
			Pagamentos	Aumento benefícios	
Rendas Individual (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Rendas Grupo	209.471	-	-	-	209.471
Rendas Grupo (novas bases técnicas)	-	-	-	-	-
Grupo Tradicionais	2.922.702	1.982.564	2.047.999	-	2.857.267
VICTORIA Vantagem Investimento	22.873	73.296	2.734	14.889	78.546
Total	**4.324.694**	**2.175.748**	**2.467.330**	**40.345**	**3.992.767**

Provisão para Participação nos Resultados do Ramo não Vida

O Grupo possui planos de participação nos resultados na modalidade de Doença. Estes planos são muito variados e não têm um esquema único. Em comum, preveem a possibilidade de devolver uma percentagem, definida contratualmente, dos resultados técnicos dos contratos, como atribuição Participação nos Resultados.

Outras Provisões Técnicas

Provisões para riscos em Curso

No apuramento dos prémios tipo 'II' não foram deduzidos os prémios que estatisticamente correspondem a contratos que não serão renovados por falta de pagamento do prémio.

NOTA 15 – Passivos Financeiros de Contratos de investimento

Os contratos classificados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento correspondem a contratos de seguro e operações em que o risco de investimento é suportado pelo tomador se seguro. No entanto, e pelo facto de, em termos contratuais existir uma taxa mínima garantida, assumem para as Companhias um risco de investimento.
Os movimentos ocorridos são os seguintes:

(Un.: Euros)

	Com risco investimento	Sem risco investimento	Total
Valor inicial	31.687.250	408.856	32.096.106
Entradas no período (deduzidas de encargos de subscrição)	1.354.034	10.558	1.364.592
Montantes pagos	4.995.926	21.109	5.017.035
Rendimento (gastos)	1.474.863	11.342	1.486.205
Encargos de Gestão	402.294	9.753	412.047
Passivos adquiridos (deduzidos) para outras empresas	(44.691)	(5.909)	(50.600)
Valor final	29.073.236	393.985	29.467.221

Os passivos financeiros destes produtos correspondem ao valor total das unidades de participação, avaliada de acordo com os ativos financeiros que os compõem, conforme Nota 13.

NOTA 16 – Outros credores por operações de seguros e outras operações

O saldo desta conta é analisado como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Operações de seguro direto	6.866.830	5.796.004
Tomadores de Seguros	5.407.928	4.952.056
Mediadores de Seguros	1.153.449	546.942
Co-Seguradores	305.453	297.006
Operações de resseguro		
Resseguradores	1.875.563	1.436.212
Outras Operações	2.193.220	2.212.456
TOTAL	**10.935.613**	**9.444.672**

Em 31 de dezembro de 2016, a rubrica Tomadores de Seguros inclui o montante de Euros 3.121.928 (2015: Euros 3.151.904) relativo aos reembolsos de produtos financeiros maturados e ainda não reclamados pelos clientes A rubrica de Outros Credores, engloba entre outros, os montantes de saldos credores das contas de Depósitos à Ordem, conforme mencionado na Nota 1.

NOTA 17 – Acréscimos e Diferimentos

A rubrica destina-se ao reconhecimento, no exercício a que respeitam, de gastos e rendimentos, pelo que é analisada da seguinte forma:

Acréscimos e diferimentos no Ativo

(Un: Euros)

	2016	2015
Rendas e Alugueres	78.235	77.832
Outros acréscimos e diferimentos	387.798	419.789
Total	**466.033**	**497.621**

Acréscimos e diferimentos no Passivo

(Un: Euros)

	2016	2015
Férias e subsídio de férias	1.263.783	1.187.617
Outros encargos com pessoal	182.736	187.933
Incentivos Comerciais	1.433.133	1.109.579
Rendas e alugueres	260.533	257.156
Outros acréscimos e diferimentos	2.291.972	1.472.724
Total	**5.432.157**	**4.215.009**

NOTA 18 – Capital Próprio

A VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.., no seguimento da deliberação na Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2012, procedeu ao aumento de capital da sociedade de Euros 34.500.000 através da emissão de 3.400.000 novas ações com o valor unitário de Euros 5, perfazendo um total de Euros 17.000.000, com um ágio da emissão total de Euros 14.008.000.
Este aumento de capital foi subscrito e realizado integralmente pelas Sociedades Société Mutuelle d'Assurance du Bâtiment et des Travaux Publics, e a Société Mutuelle d'Assurance sur la Vie du Bâtiment et des Travaux Publics, bem como pela Sociedade IMPERIO Assurances et Capitalisation, S.A..

Na sequência desta operação a VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A.. passou a ter um capital social de Euros 54.500.000, representado por 10.900.000 ações, de valor nominal de Euros 5 cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação portuguesa, a VICTORIA tem de constituir uma reserva legal de pelo menos 5% sobre o resultado líquido anual, até que este atinja um valor mínimo de 20% do Capital social.

Reservas de justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos investimentos disponíveis para venda, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na nota III. A sua movimentação é analisada como segue:

(Un: Euros)

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Justo Valor de Ativos Financeiros	8.883.730	646.716	(472.459)	9.057.987
Instrumentos de capital e Unid Participação	112.030	66.095	(44.633)	133.492
Títulos de Dívida	8.771.700	580.621	(427.826)	8.924.495
Dívida Pública	4.824.615	(69.359)	(273.260)	4.481.996
De Outros Emissores Públicos	1.334.473	124.435	(132.772)	1.326.136

	Saldo inicial	Valorizações / Desvalorizações	Diminuições por Venda	Saldo final
De Outros Emissores	2.612.612	525.545	(21.794)	3.116.363
Terrenos e Edificios	315.020	40.400	-	355.420
Total	9.198.750	687.116	(472.459)	9.413.407
Provisão part. resultados atribuir ("Shadow")	(471.861)	40.677	-	(431.182)
Total	**8.726.889**	**727.793**	**(472.459)**	**8.982.225**

NOTA 19 – Transações entre partes relacionadas

A VICTORIA tem como entidades relacionadas, as empresas do Grupo SMABTP entidade à qual pertence desde 29 de dezembro de 2011.

A análise das transações com entidades relacionadas, é analisada como segue:

(Un: Euros)

GANHOS E PERDAS	SMABTP	ASEFA	SMAVieBTP
Prémios Adquiridos de Resseguro Aceite	-	-	-
Prémios Adquiridos de Resseguro Cedido	27.506.314	20.824	-
Rendimentos Empréstimos Concedidos	-	-	-
Total dos Proveitos	27.506.314	20.824	-
Custos e gastos de exploração - comissões Resseguro	9.958.848	6.553	-
Custos com sinistros	16.448.835	135.389	-
Outros Gastos Gerais e Administrativos	-	7.855	203.134
Total dos Custos	26.407.683	149.797	203.134
Líquido Proveitos/ (Custos) 2016	1.098.631	(128.973)	(203.134)

GANHOS E PERDAS	SMABTP	ASEFA	SMAVieBTP
Líquido Proveitos/ (Custos) 2015	2.103.484	19.926	(210.434)
BALANÇO	SMABTP	ASEFA	SMAVieBTP
Ativo			
Empréstimos e contas a receber	-	-	-
Provisões Técnicas de Resseguro Cedido	-	-	-
Outros Devedores por operações de seguro	-	127.510	-
Outros Devedores por outras operações	-	-	-
Total do Ativo	-	127.510	-
Passivo			
Depósitos recebidos de resseguradores	49.337	-	-
Outros Credores por operações de seguro	571.212	-	-
Outros Credores por outras operações	-	-	-
Total do Passivo	620.549	-	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2016	(620.549)	127.510	-
Liquido Ativo / (Passivo) 2015	102.252	11.297	-

As transações efetuadas com a SMABTP e ASEFA respeitam exclusivamente a operações de resseguro.

No que se refere à entidade SMAVieBTP, esta desenvolve a atividade de *front office* da atividade de investimentos de ativos financeiros de acordo com mandatos de gestão específicos por carteira de investimentos.

NOTA 20 – Elementos extra patrimoniais

Compromissos com locação operacional

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo com contratos de manutenção e aluguer operacional, encontram-se refletidos do seguinte modo:

(Un: Euros)

Compromissos financeiros	Valor
2017	286.543
2018	279.070
2019	191.115
2020	40.748
Total	**797.476**

Compromissos por garantias prestadas

As garantias prestadas à data de 31 de dezembro de 2016 e 2015, são analisadas como segue:

(Un: Euros)

Natureza da Garantia	2016	2015
Avales, fianças e outras garantias de crédito		
Hospital S. José	1.903	1.903
Município de Figueira de Castelo Rodrigo	14.245	14.999
Direção Geral Contribuições e Impostos	282.574	282.574
Câmara Municipal do Porto	-	-
TOTAL	**298.722**	**299.476**

Fundos de Pensões

O valor dos ativos dos Fundos de Pensões geridos pela companhia era de Euros 29.740.814 (2015: Euros

28.096.260), dos quais Euros 2.108.853 (2015: Euros 2.341.001) têm taxa garantida.

VI– NOTAS À CONTA DE GANHOS E PERDAS

NOTA 21 – Prémios de Contratos de seguro

Relativamente ao Seguro de Vida, os prémios brutos emitidos são como segue:

(Un.: Euros)

Prémios brutos emitidos de seguro direto	2016	2015
Relativos a contratos individuais	20.616.620	22.681.170
Relativos a contratos de grupo	14.096.491	17.565.661
	34.713.111	**40.246.831**
Periódicos	19.610.824	19.216.735
Não Periódicos	15.102.287	21.030.096
	34.713.111	**40.246.831**
De contratos sem participação nos resultados	4.539.309	4.041.918
De contratos com participação nos resultados	30.173.802	36.204.913
	34.713.111	**40.246.831**
Saldo de resseguro	**(700.557)**	**(525.017)**

Relativamente aos contratos de seguros do Ramo Não Vida a informação de prémios, sinistros e custos de exploração, correspondente aos anos de 2016 e 2015 pode ser analisada do seguinte modo:

(Un: Euros)

2016	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	40.846.889	40.498.939	28.416.980	10.965.374	(1.902.781)
Incêndio e outros danos	15.163.017	15.260.319	6.511.906	3.950.845	(4.066.224)

2016	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	9.518.714	9.224.644	6.384.025	2.286.601	(780.924)
- Outras coberturas	4.004.041	3.889.464	2.609.939	1.112.214	(86.992)
Marítimo, aéreo e transportes	5.641.253	5.399.217	3.176.287	1.942.276	(133.352)
Responsabilidade civil geral	2.286.678	2.276.047	644.435	951.903	(417.855)
Crédito e caução	90.661	107.163	95.461	13.815	58.470
Protecção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	7.346	7.990	21.565	9.104	(504)
Sub-total	77.558.599	76.663.783	47.860.598	21.232.132	(7.330.162)
Resseguro aceite	18.143	48.631	(403)	18.273	(28.086)
Total	**77.576.742**	**76.712.414**	**47.860.195**	**21.250.405**	**(7.358.248)**

(Un: Euros)

2015	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Seguro direto					
Acidentes e doença	38.525.846	37.928.445	28.928.961	9.941.018	(1.515.236)
Incêndio e outros danos	15.541.614	15.556.747	6.226.302	4.018.849	(4.260.531)
Automóvel	-	-	-	-	-
- Responsabilidade civil	8.704.886	8.749.320	6.584.723	2.165.392	(1.179.180)
- Outras coberturas	3.734.556	3.693.871	2.292.014	924.039	(71.982)
Marítimo, aéreo e transportes	5.320.369	5.204.828	3.127.068	1.828.019	93.439
Responsabilidade civil geral	2.160.750	1.946.972	674.720	920.253	(494.540)
Crédito e caução	123.650	134.250	190.453	3.938	(134.390)

2015	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Saldo de resseguro
Proteção jurídica	-	-	-	-	-
Assistência	-	-	-	-	-
Diversos	9.342	9.077	567	12.247	713
Sub-total	74.121.013	73.223.510	48.024.809	19.813.755	(7.561.707)
Resseguro aceite	227.961	160.794	13.364	49.933	(123.577)
Total	**74.348.974**	**73.384.304**	**48.038.173**	**19.863.688**	**(7.685.284)**

NOTA 22 – Comissões recebidas de contratos de seguro considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimentos e contratos de prestação de serviços

As comissões recebidas relativamente aos contratos de investimento, é analisada da seguinte forma:

(Un.: Euros)

	2016	2015
Encargos de subscrição	11.305	12.546
Comissão de gestão	411.563	445.862
	422.868	**458.408**

Desde finais de 2011, não existem contratos que cumpram com a definição de contratos considerados para efeitos contabilísticos como contratos de prestação de serviços.

NOTA 23 – Custos com sinistros

Os custos com sinistros relativos aos anos findos em 2016 e 2015 são analisados como segue:

2016	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros	Custos com sinistros
	Prestações	Custos gestão de sinistros imputados		
	(1)	(2)	(3)	(4)=(1)+(2)+(3)
Ramo Vida	31.195.757	1.084.076	258.536	32.538.369
Ramos Não Vida				
Acidentes e doença	28.315.056	780.519	(678.595)	28.416.980
Incêndio e outros danos	6.064.710	851.460	(404.264)	6.511.906
Automóvel				
- Responsabilidade civil	5.918.200	902.442	(436.617)	6.384.025
- Outras coberturas	2.264.409	132.635	212.895	2.609.939
Marítimo, aéreo e transportes	3.580.456	362.278	(766.447)	3.176.287
Responsabilidade civil geral	209.463	50.650	384.321	644.434
Crédito e caução	401.636	1.883	(308.057)	95.462
Proteção jurídica	-	-	-	
Assistência	-	-	-	
Diversos	-	21.565	-	21.565
Total	46.753.930	3.103.432	(1.996.764)	47.860.598
Resseguro aceite	-	2.456	(2.859)	(403)
Total geral	**77.949.687**	**4.189.964**	**(1.741.087)**	**80.398.564**

(Un: Euros)

2015	Montantes pagos		Variação da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
	Prestações (1)	Custos de gestão de sinistros imputados (2)		
Ramo Vida	35.290.386	1.018.968	628.859	36.938.213
Ramo Não Vida				
Acidentes e doença	26.456.111	710.605	1.762.245	28.928.961
Incêndio e outros danos	6.091.893	853.321	(718.912)	6.226.302
Automóvel				
- Responsabilidade civil	5.770.446	886.730	(72.453)	6.584.723
- Outras coberturas	2.290.044	151.816	(149.846)	2.292.014
Marítimo, aéreo e transportes	2.654.090	267.834	205.144	3.127.068
Responsabilidade civil geral	190.350	41.572	442.798	674.720
Crédito e caução	-	1.923	188.530	190.453
Proteção jurídica	-	-	-	
Assistência	-	-	-	
Diversos	-	567	-	567
Sub-total	43.452.934	2.914.369	1.657.506	48.024.809
Resseguro aceite	-	8.108	5.256	13.364
Total	78.743.320	3.941.445	2.291.621	84.976.386

NOTA 24 – Rendimentos / réditos de investimentos

Os rendimentos de investimentos são analisados como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Terrenos e edifícios	1.979.972	2.149.779
Ativos financeiros detidos para negociação		
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	222.686	239.752
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	13.033	4.240
Títulos de Dívida	209.653	235.512
Ativos disponíveis para venda	3.565.637	3.899.533
Instrumentos de Capital e Unid. Participação	18.406	18.923
Títulos de Dívida	3.547.231	3.880.610
Empréstimos concedidos e contas a receber	14.581	11.684
Depósitos	374	1.797
Empréstimos concedidos	14.207	9.887
Investimentos a deter até à maturidade	195.677	50.927
Títulos de Dívida	195.677	50.927
Total	**5.978.553**	**6.351.675**

Não existem rendimentos de investimentos, proveniente de dividendos.

NOTA 25 – Gastos Financeiros

Os valores registados nesta conta resultam da afetação dos custos por natureza a imputar, conforme pode ser analisado na Nota 32.

NOTA 26 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por reservas

O saldo registado nesta rubrica refere-se a valias realizadas por alienação dos investimentos e é analisada como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Ativos disponíveis para venda	378.016	1.157.310
Instrumentos de Capital e Unidade de Participação	12.008	107.826
Títulos de Dívida	366.008	1.049.484
Sub-total	378.016	1.157.310
Terrenos e edifícios	(59.426)	3.492.774
Total	**318.590**	**4.650.084**

NOTA 27 – Ganhos e perdas em investimentos ao justo valor por via de ganhos e perdas

O saldo registado nesta conta é como segue:

(Un.: Euros)

	2016		2015	
	Valias realizadas	Ajustamento justo valor	Valias realizadas	Ajustamento justo valor
Ativos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
Ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor por resultados	(29.847)	202.337	(8.604)	(43.328)
Instrumentos de Capital e Unid Participação	(15.971)	113.980	(496)	155.263
Títulos de Dívida	(13.876)	88.357	(8.108)	(198.591)
TOTAL	**(29.847)**	**202.337**	**(8.604)**	**(43.328)**

No que respeita aos passivos financeiros, a movimentação é a seguinte:

(Un: Euros)

	2016	2015
Gastos em passivos	(2.812.782)	(1.824.724)
Ganhos em passivos	1.326.577	174.855
TOTAL Ganho / (Gasto)	**(1.486.205)**	**(1.649.869)**

Esta rubrica corresponde às variações verificadas nos ativos financeiros afetos a esta modalidade e que se encontram registadas em rubricas de Ganhos e Perdas, de acordo com a sua natureza.

A imparidade reconhecida respeita a ativos classificados como Instrumentos de capital e unidades de participação, maioritariamente em Fundos Imobiliários. O decréscimo verificado é resultado da venda dos referidos ativos.

NOTA 28 – Perdas de Imparidades

Os valores registados nesta rubrica podem ser analisados na Nota 5.

NOTA 29 – Outros rendimentos/gastos técnicos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015		2016	2015
Outros gastos técnicos			Outros rendimentos técnicos		
Por gestão Co-Seguro	-	-	Por gestão Co-Seguro	738	1.942
Por gestão Fundos de Pensões	153.269	177.930	Por gestão Fundos de Pensões	181.821	184.921
Por outros	19	-	Por outros	19.669	29.365
Sub-total	153.288	177.930	Sub-total	202.228	216.228
Total	**48.940**	**38.298**			

NOTA 30 – Outras Provisões (variação)

As outras provisões destinam-se a fazer face a outros riscos da atividade, nomeadamente pelo facto da companhia proceder à anulação de cheques que não se encontram descontados há mais de 2 anos. Inclui ainda uma provisão para fazer face a responsabilidades assumidas enquanto entidade gestora de Fundos de Pensões.

Da análise do ano, resultam os seguintes movimentos:

(Un: Euros)

Rubricas	Saldo inicial	Aumento	Redução	Utilização	Saldo final
Outras Provisões	704.952	-	213.653	522	490.777

NOTA 31 – Outros rendimentos/gastos

O saldo é como segue:

(Un: Euros)

	2016	2015		2016	2015
Gastos e perdas não correntes			Rendimentos e ganhos não correntes		
Donativos	1.345	12.148	Restituição impostos	-	145.540
Multas e penalidades	3.996	6.135	Outros rendimentos e ganhos	147.897	351.800
Quotizações diversas	2.718	-		-	
Outros gastos e perdas	62.164	283.543		-	
Gastos e perdas financeiras	-		Rendimentos e ganhos financeiros	-	
Juros suportados	136	965	Juros obtidos	44.687	89.613
Outros gastos e perdas	43.049	61.516	Outros rendimentos e ganhos	99.480	56.075
Ajustamentos	-		Ajustamentos	-	
De recibos por cobrar	208.237	487.276	De recibos por cobrar	-	183.343

	2016	2015		2016	2015
De créditos de cobrança duvidosa	24.429	15.899	De créditos de cobrança duv.	37.959	
Perdas em ativos tangíveis	-	387	Outros	682.856	508.796
Sub-total	346.074	867.869	**Sub-total**	1.012.879	1.335.167
TOTAL	**666.805**	**467.298**			

NOTA 32 – Gastos diversos por função

Os gastos diversos por natureza são analisados como se segue:

(Un: Euros)

	2016	2015
Despesas com Pessoal	12.546.227	11.486.152
Fornecimento e Serviços Externos	7.847.817	7.105.157
Impostos e Taxas	661.528	519.081
Amortizações do Exercício	1.010.815	1.442.696
Juros Suportados	18	286
Comissões	306.441	313.535
Total	**22.372.846**	**20.866.907**

A rubrica Fornecimento e Serviços Externos inclui os honorários faturados pelos Revisores Oficiais de Contas e têm a seguinte distribuição (valores sem IVA):

Serviços de Revisão Legal de Contas no montante de 116.200 Euros

Serviços de certificação dos elementos de informação de abertura para efeitos de solvência II, no montante de 15.000 Euros

A análise por função, dos contratos de seguros e de investimentos, são analisados da seguinte forma:

(Un: Euros)

	2016			2015		
	Ramo Vida		Ramos Não Vida	Ramo Vida		Ramos Não Vida
	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro	Contratos Seguro	Contratos Investimento	Contratos Seguro
Custos com sinistros	1.070.589	-	3.105.887	1.018.968	-	2.922.477
Custos de exploração	6.220.244	158.466	10.142.005	5.496.466	297.281	9.905.703
Custos de aquisição	2.904.398	19.487	4.548.935	2.470.608	133.625	4.430.250
Custos administrativos	3.315.846	138.979	5.593.070	3.025.858	163.656	5.475.453
Custos com investimentos	697.053	160.689	212.650	717.905	38.828	208.165
Custos Gestão Fundos de Pensões	287.902	-	-	261.114	-	
Sub-total	8.275.788	319.155	13.460.542	**7.494.453**	**336.109**	**13.036.345**
Total imputado			22.055.485			20.866.907

NOTA 33 – Gastos com o pessoal

Número médio de trabalhadores

A distribuição das categorias foi efetuada de acordo com a repartição existente no Balanço Social (Dec. Lei 9/92 de 22/01) e Anexo I do C.C.T. da Atividade Seguradora. Durante o exercício o Grupo teve, além de 1 membro do Conselho de Administração, ao seu serviço em média 276 empregados, com a seguinte estrutura por qualificação de funções:

(Un: Euros)

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2016	Nº Médio de Empregados 2015
Quadros superiores	36	36
Quadros médios	25	26
Profissionais altamente qualificados	70	68
Profissionais qualificados	144	139
Profissionais semi – qualificados	1	-

Qualificação de Funções	Nº Médio de Empregados 2016	Nº Médio de Empregados 2015
Estagiários e aprendizes	-	-
Total	**276**	**269**

Montante das despesas com o pessoal

Os gastos com o pessoal referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são analisados como segue:

(Un: Euros)

Rubricas	2016	2015
Remunerações		
dos órgãos sociais	130.249	50.057
do pessoal	9.633.115	8.836.910
Encargos sobre remunerações	2.130.467	2.002.260
Benefícios pós-emprego	-	-
Planos de contribuição definida	123.719	127.400
Planos de benefício definido	15.076	9.569
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	56.270	34.148
Benefícios de cessação de emprego	26.247	40.716
Seguros obrigatórios	205.527	218.092
Gastos de ação social	79.440	68.907
Outros gastos com pessoal	146.117	98.093
Total de custos com pessoal	**12.546.227**	**11.486.152**

Os órgãos das Companhias responsáveis pelo planeamento, direção e controlo, são constituídos tendo por base a estrutura da companhia no grupo, o que significa que a gestão e/ou direção efetiva é independente do vínculo contratual. A distribuição das responsabilidades está representada de acordo com o organigrama institucional, e é composta pelas seguintes Direções:

- Comercial

- Gestão Risco e Controlo Interno
- Financeiro
- Técnico
- Operações
- Informática

e sendo uma organização transversal ao grupo, a composição é a seguinte:

Órgãos	Nº elementos	Valor Total Remuneração	
		Victoria Vida	Victoria Seguros
Conselho Executivo	2	231.479	270.917
Diretores	9	470.192	413.543
Responsáveis	19	341.585	772.865
Total	**30**	**1.043.256**	**1.457.325**

No que respeita a benefícios de pós-emprego dos órgãos acima referidos, seguem o estipulado no CCT da Atividade Seguradora.

II) EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ENCERRAMENTO

Até à data da elaboração deste relatório, não existem acontecimentos que possam alterar a informação nele contida.

Adicionalmente, também não se perspetivam por parte do conselho de Administração, alterações de políticas que possam alterar de forma significativa o desenrolar da atividade normal da empresa.

VIII) JUSTO VALOR DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos pela VICTORIA são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Ativos financeiros disponíveis para venda, ativos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas e ativos de negociação

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é normalmente baseado em valores de mercado se disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor é estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados.

Devedores e credores por operações de seguro direto, de resseguro e outras operações, Empréstimos e outros passivos financeiros

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

IX) ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS

I. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

II. Novas normas e interpretações aplicáveis ao exercício

Em resultado do endosso por parte da União Europeia (UE), ocorreram as seguintes emissões, revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2016.

a) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE com efeitos nas

políticas contabilísticas e divulgações adotadas pela Sociedade:

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 22-09-2016 Data de publicação: 23-09-2016

IAS 27: Método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas

O objetivo destas alterações é permitir a opção de usar o método da equivalência patrimonial na mensuração de subsidiárias e associadas em contas separadas. As opções de mensuração da IAS 27 para reconhecer investimentos em subsidiárias, joint-ventures a associadas passam a ser: (i) custo, (ii) em conformidade com o IFRS 9 (ou IAS 39) ou (iii) método da equivalência patrimonial, devendo ser aplicada a mesma contabilização para cada categoria de investimentos.

Consequentemente foi também efetuada uma alteração na IFRS 1 - Adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro com vista a permitir a quem adote as IFRS pela primeira vez e use a equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas possa também usufruir da isenção relativas a combinações de negócios passadas na mensuração inicial do investimento.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 18-12-2015 Data de publicação: 23-12-2015

IAS 1 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 1

Estas alterações clarificam, em vez de alterar significativamente, os requisitos atuais da IAS 1. As alterações à IFRS resumem-se, por temas, da seguinte forma:

Materialidade

A decisão sobre a agregação de informação nas demonstrações financeiras e nas notas é matéria que requer julgamento tendo em conta todos os factos e circunstâncias. Na compreensão das demonstrações financeiras: (i) esta não pode ser reduzida por obscurecimento de informações materiais com informações irrelevantes ou através da agregação de itens materiais que têm diferentes naturezas ou funções, (ii) a divulgação de informações imaterial não é proibida, a menos que a informação material seja obscurecida e (iii) é mais provável que a desagregação de informação adicione transparência do que o contrário. As orientações sobre a materialidade são aplicáveis mesmo quando uma IFRS exige uma divulgação específica ou descreve requisitos mínimos de divulgação. Deve também ser avaliado se, para além das divulgações específicas, devem ser incluídas divulgações adicionais para tornar as demonstrações financeiras compreensíveis.

Informação a ser apresentada nas demonstrações financeiras

As exigências de apresentação para os itens em cada linha da demonstração da posição financeira e da demonstração de resultados podem ser cumpridas desagregando, nestas peças financeiras, as rubricas incluídas em cada item de cada linha. Quando forem usados subtotais, estes: (i) devem conter apenas reconhecidos e mensurados de acordo com as IFRS, (ii) devem ser apresentados e rotulado de tal forma que o subtotal seja compreensível, (iii) devem ser consistentes de um período para o outro, (iv) não devem ser exibidos com mais destaque do que os totais e subtotais exigidos pelas IFRS. Na demonstração dos resultados e na demonstração do resultado integral os subtotais adicionais devem ser reconciliados com os subtotais exigidos identificando cada linha excluída. Na demonstração do rendimento integral a quota-parte dos itens relacionados com associadas e joint ventures deve ser apresentada de forma a poderem ser

identificados os itens que serão, ou não, subsequentemente reclassificados para resultados do exercício.

Estrutura das Notas

As entidades têm flexibilidade para ordenarem as notas da forma que entenderem mas ao decidir em sobre a sistematização devem ter-se em conta a compreensibilidade e comparabilidade das demonstrações financeiras. Exemplos de ordenação das notas: (i) dar destaque às atividades mais relevantes para a compreensão do desempenho financeiro da entidade e da posição financeira (ex.: grupos de atividades operacionais específicas), (ii) agregar informação sobre itens que sejam mensurados da mesma forma, (iii) ordem da demonstração do resultado integral ou (iv) ordem da demonstração da posição financeira.

Divulgações

IAS 1 já não se refere a um "resumo" das políticas contabilísticas e foram removidas as orientações e os exemplos potencialmente inúteis para a identificação de uma política contabilística significativa (embora se mantenha a descrição: políticas que os utilizadores das demonstrações financeiras esperariam que fossem divulgadas tendo em conta a entidade e a natureza das suas operações).Os julgamentos significativos feitos na aplicação das políticas contabilísticas (exceto os que envolvem estimativas) devem ser divulgados juntamente com as respetivas políticas significativas ou outras notas.

As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. As entidades não necessitam de divulgar a informação exigida pelos parágrafos 28 a 30 da IAS 8 em relação a estas emendas.

Data de endosso:	18-12-2015	Data de publicação:	19-12-2015

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações

Elimina alguns requisitos de divulgações em demonstrações financeiras intercalares.

Adicionalmente, clarifica que quando uma entidade transfere um ativo financeiro pode reter o direito à prestação de um serviço em relação ao ativo financeiro mediante uma determinada quantia pré-determinada, por exemplo um

contrato de manutenção, e que, nestas circunstâncias, para efeitos de determinar quais as divulgações a efetuar, deve ser analisado o envolvimento continuado que resulta de tal contrato.

Não é necessário aplicar as alterações para qualquer período apresentado que comece antes do período anual no qual as alterações são aplicadas pela primeira vez. Esta isenção é aplicável também a entidades que apliquem as IFRS pela primeira vez.

A aplicação deve ser retrospetiva.

IAS 19 – Benefícios de Empregados

Esta melhoria clarifica que a taxa de desconto deve ser determinada tendo em conta obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda (ex.: Eurozone) e não nos mercados onde as obrigações foram emitidas. Quando não há mercado ativo para obrigações de alta qualidade existentes num mercado regional que partilhe a mesma moeda podem ser usadas obrigações emitidas pelo Governo.

Esta melhoria aplica-se desde o início do primeiro período de comparação apresentado nas- primeiras demonstrações financeiras às quais a entidade aplique a emenda. Qualquer ajustamento inicial resultante da aplicação da emenda deve ser reconhecido nos resultados retidos no início desse período.

IAS 16 e à IAS 38: Clarificação sobre os métodos de cálculo de depreciação e amortização permitidos

As alterações esclarecem que o princípio incluído nas normas é o de que os rendimentos refletem um padrão de benefícios económicos que são gerados a partir da exploração de um negócio (do qual o ativo faz parte) e, portanto, não refletem os benefícios económicos que são consumidos através do uso do ativo. Assim, a proporção de rendimentos gerados em relação aos rendimentos totais previstos gerar não pode ser usada para depreciar os bens do ativo imobilizado só podendo ser utilizada, em circunstâncias muito limitadas, para amortizar ativos intangíveis.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 2-12-2015 Data de publicação: 3-12-2015

b) Revisões, alterações e melhorias nas normas e interpretações endossadas pela UE sem efeitos nas demonstrações financeiras da Sociedade:

IFRS 10, IFRS 12 e à IAS 28: Entidades de investimento: Aplicação da exceção de consolidação

As alterações à IFRS 10 clarificam que uma entidade de investimento não necessita preparar demonstrações financeiras consolidadas se e só se a sua mãe for também uma entidade de investimento que prepare demonstrações financeiras nas quais as subsidiárias sejam mensuradas ao justo valor.

Adicionalmente, clarifica-se que apenas uma subsidiária de uma entidade de investimento que não seja ela própria uma entidade de investimentos, fornecendo serviços de apoio à entidade de investimento, é consolidada – todas as restantes subsidiárias são mensuradas ao justo valor.

As alterações à IAS 28 clarificam que uma entidade que não seja uma entidade de investimento e que aplique o método de equivalência patrimonial na valorização de associadas ou joint ventures que sejam entidades de investimento pode manter a valorização ao justo valor destas entidades nas suas subsidiárias.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 22-09-2016 Data de publicação: 23-09-2016

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2012-2014, o IASB introduziu melhorias em quatro normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e Operações descontinuadas

Esta melhoria clarifica que a alteração de ativos não correntes detidos para distribuição a detentores de capital para ativos não correntes detidos para venda e vice-versa não determinam a alteração do plano devendo ser consideradas como uma continuação do plano original do ativo, e, portanto, não há interrupção dos requisitos exigidos pela IFRS 5.

A aplicação deve ser prospetiva.

IAS 34 – Relato Financeiro Intercalar

As divulgações relativas a eventos e transações significativas passam a poder ser efetuadas, indistintamente, diretamente nas demonstrações financeiras intercalares ou por referência cruzada para outros documentos de prestação de contas (ex.: Relatório de gestão ou relatório de risco). No entanto, considera-se que as demonstrações financeiras de intercalares estão incompletas se os respetivos utilizadores não tiverem acesso, nos mesmos termos e ao mesmo tempo, à informação incluída por referência cruzada.

A aplicação deve ser retrospetiva.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

IFRS 11: Contabilização da aquisição de participações em operações conjuntas

As emendas exigem que uma entidade que adquira uma participação numa operação conjunta em que a atividade dessa operação constitua um negócio, aplique, na proporção da sua quota-parte, todos os princípios sobre combinações de negócios constantes da IFRS 3 – Combinações de Negócios e outras IFRS que não conflituem com a IFRS 11 e faça as correspondentes divulgações exigidas por tais normas relativamente a combinações de negócios.

As emendas também se aplicam se na formação da operação conjunta a entidade tiver contribuído com um negócio.

No caso de uma aquisição de uma participação adicional numa operação conjunta em que a atividade da operação conjunta constitua um negócio, a participação anteriormente detida não deve ser remensurada se o operador mantiver o controlo conjunto.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016.

Data de endosso: 24-11-2015 Data de publicação: 25-11-2015

IAS 16 e à IAS 41: Plantas que geram produto agrícola

As alterações à IAS 16 – Ativos fixos tangíveis e IAS 41 - Agricultura alteram o âmbito da IAS 16 para nela incluir ativos biológicos que satisfaçam a definição de plantas que geram produto agrícola (por exemplo, árvores de fruto). Em resultado das alterações, as plantas que geram produto agrícola passam a estar sujeitas a todos os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 16, incluindo a escolha entre o modelo de custo e o modelo de revalorização e os subsídios do governo relativos a estas plantas passam a ser

contabilizados de acordo com a IAS 20 e não de acordo com a IAS 41. A produção agrícola que cresce em plantas que geram produto agrícola (por exemplo, a fruta que cresce numa árvore) permanecerá no âmbito do IAS 41.

As alterações são aplicáveis retrospetivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. Alternativamente a entidade pode optar por mensurar as plantas que geram produto agrícola ao seu justo valor no início do período comparativo mais recente apresentado.

Data de endosso: 23-11-2015 Data de publicação: 24-11-2015

III. Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2017 ou posteriores e que a Sociedade não adotou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros

O resumo desta norma por temas é o seguinte:

Classificação e mensuração de ativos financeiros

- Todos os ativos financeiros são mensurados ao justo valor na data do reconhecimento inicial, ajustado pelos custos de transação no caso de os instrumentos não serem contabilizadas pelo valor justo através de resultado (FVTPL). No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS - 15 rendimentos de contratos com os clientes.
- Os instrumentos de dívida são posteriormente mensurados com base nos seus fluxos de caixa contratuais e no modelo de negócio no qual tais instrumentos são detidos. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são apenas os pagamentos do principal e dos juros sobre o capital em dívida e é detido dentro de um modelo de negócio com o objetivo de deter os ativos para recolher fluxos de caixa contratuais, então o instrumento é contabilizado pelo custo amortizado. Se um instrumento de dívida tem fluxos de caixa contratuais que são exclusivamente os pagamentos do capital e dos juros

sobre o capital em dívida e é detido num modelo de negócios cujo objetivo é recolher fluxos de caixa contratuais e de venda de ativos financeiros, então o instrumento é medido pelo justo valor através do resultado integral (FVTOCI) com subsequente reclassificação para resultados.

- Todos os outros instrumentos de dívida são subsequentemente contabilizados pelo FVTPL. Além disso, existe uma opção que permite que os ativos financeiros no reconhecimento inicial possam ser designados como FVTPL se isso eliminar ou reduzir significativamente descompensação contabilística significativa nos resultados do exercício.
- Os instrumentos de capital são geralmente mensurados ao FVTPL. No entanto, as entidades têm uma opção irrevogável, numa base de instrumento-a- instrumento, de apresentar as variações de justo valor dos instrumentos não-comerciais na demonstração do rendimento integral (sem subsequente reclassificação para resultados do exercício).

Classificação e mensuração dos passivos financeiros

- Para os passivos financeiros designados como FVTPL usando a opção do justo valor, a quantia da alteração no valor justo desses passivos financeiros que seja atribuível a alterações no risco de crédito devem ser apresentada na demonstração do resultado integral. O resto da alteração no justo valor deve ser apresentado no resultado, a não ser que a apresentação da alteração de justo valor relativamente ao risco de crédito do passivo na demonstração do resultado integral vá criar ou ampliar uma descompensação contabilística nos resultados do exercício.
- Todas os restantes requisitos de classificação e mensuração de passivos financeiros da IAS 39 foram transportados para IFRS 9, incluindo as regras de separação de derivados embutidos e os critérios para usar a opção do justo valor.

Imparidade

- Os requisitos de imparidade são baseados num modelo de perda esperada de crédito (PEC), que substitui o modelo de perda incorrida da IAS 39.
- O modelo de PEC aplica-se: (i) aos instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado ou ao justo valor

através de rendimento integral, (ii) à maioria dos compromissos de empréstimos, (iii) aos contratos de garantia financeira, (iv) aos ativos contratuais no âmbito da IFRS 15 e (v) às contas a receber de locações no âmbito da IAS 17 - Locações.

- Geralmente, as entidades são obrigadas a reconhecer as PEC relativas a 12 meses ou a toda a vida, dependendo se houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial (ou de quando o compromisso ou garantia foi celebrado). Para contas a receber de clientes sem uma componente de financiamento significativa, e dependendo da escolha da política contabilística de uma entidade para outros créditos de clientes e contas a receber de locações pode aplicar-se uma abordagem simplificada na qual as PEC de toda a vida são sempre reconhecidas.
- A mensuração das PEC deve refletir a probabilidade ponderada do resultado, o efeito do valor temporal do dinheiro, e ser baseada em informação razoável e suportável que esteja disponível sem custo ou esforço excessivo.

Contabilidade de cobertura

- Os testes de eficácia de cobertura devem ser prospetivos e podem ser qualitativos, dependendo da complexidade da cobertura, sem o teste dos 80% - 125%.
- Uma componente de risco de um instrumento financeiro ou não financeiro pode ser designada como o item coberto se a componente de risco for identificável separadamente e mensurável de forma confiável.
- O valor temporal de uma opção, o elemento forward de um contrato forward e qualquer spread base de moeda estrangeira podem ser excluídos da designação como instrumentos de cobertura e serem contabilizado como custos da cobertura.
- Conjuntos mais alargados de itens podem ser designados como itens cobertos, incluindo designações por camadas e algumas posições líquidas.

A norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação varia consoante os requisitos da norma sendo parcialmente retrospetiva e parcialmente prospetiva.

Data de endosso: 22-11-2016 Data de publicação: 29-11-2016

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

Esta norma aplica-se a todos os rendimentos provenientes de contratos com clientes substituindo as seguintes normas e interpretações existentes: IAS 11 - Contratos de Construção, IAS 18 – Rendimentos, IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes, IFRIC 15 - Acordos para a construção de imóveis, IFRIC 18 - Transferências de ativos de clientes e SIC 31 - Receitas - Operações de permuta envolvendo serviços de publicidade). A norma aplica-se a todos os réditos de contratos com clientes exceto se o contrato estiver no âmbito da IAS 17 (ou IFRS 16 – Locações quando for aplicada).

Também fornece um modelo para o reconhecimento e mensuração de vendas de alguns ativos não financeiros, incluindo alienações de bens, equipamentos e ativos intangíveis.

Esta norma realça os princípios que uma entidade deve aplicar quando efetua a mensuração e o reconhecimento do rédito. O princípio base é de que uma entidade deve reconhecer o rédito por um montante que reflita a consideração que ela espera ter direito em troca dos bens e serviços prometidos ao abrigo do contrato.

Os princípios desta norma devem ser aplicados em cinco passos: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

A norma requere que uma entidade aplique o julgamento profissional na aplicação de cada um dos passos do modelo, tendo em consideração todos os factos relevantes e circunstâncias.

Esta norma também especifica como contabilizar os gastos incrementais na obtenção de um contrato e os gastos diretamente relacionados com o cumprimento de um contrato.

A norma deve ser aplicada em exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

Data de endosso: 22-09-2016 Data de publicação: 29-10-2016

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade, cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas, continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

IFRS 16 Locações

O âmbito da IFRS 16 inclui as locações de todos os ativos, com algumas exceções. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, que transfere o direito de uso de um bem (o ativo subjacente) por um período de tempo em troca de um valor.

A IFRS 16 requere que os locatários contabilizem todos as locações com base num modelo único de reconhecimento no balanço (*on-balance model*) de forma similar como o tratamento que a IAS 17 dá às locações financeiras. A norma reconhece duas exceções a este modelo: (1) locações de baixo valor (por exemplo, computadores pessoais) e locações de curto prazo (i.e., com um período de locação inferior a 12 meses). Na data de início da locação, o locatário vai

reconhecer a responsabilidade relacionada com os pagamentos da locação (i.e. o passivo da locação) e o ativo que representa o direito a usar o ativo subjacente durante o período da locação (i.e. o direito de uso – "*right-of-use*" ou ROU).

Os locatários terão de reconhecer separadamente o custo do juro sobre o passivo da locação e a depreciação do ROU.

Os locatários deverão ainda de remensurar o passivo da locação mediante a ocorrência de certos eventos (como sejam a mudança do período do leasing, uma alteração nos pagamentos futuros que resultem de uma alteração do índice de referência ou da taxa usada para determinar esses pagamentos). O locatário irá reconhecer montante da remensuração do passivo da locação como um ajustamento no ROU.

A contabilização por parte do locatário permanece substancialmente inalterada face ao tratamento atual da IAS 17. O locador continua a classificar todas as locações usando os mesmos princípios da IAS 17 e distinguindo entre dois tipos de locações: as operacionais e as financeiras.

A norma deve ser aplicada para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2019. A aplicação antecipada é permitida desde que seja igualmente aplicada a IFRS 15. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

IFRS 10 e IAS 28: Venda ou entrega de ativos por um investidor à sua associada ou empreendimento conjunto

As emendas procuram resolver o conflito entre a IFRS 10 e a IAS 28 quando estamos perante a perda de controlo de uma subsidiária que é vendida ou transferida para associada ou empreendimento conjunto.

As alterações à IAS 28 introduzem critérios diferentes de reconhecimento relativamente aos efeitos das transações de venda ou entregas de ativos por um investidor (incluindo as suas subsidiárias consolidadas) à sua associada ou empreendimento conjunto consoante as transações envolvam, ou não, ativos que constituam um negócio tal como definido na IFRS 3 – Combinações de Negócios. Quando as transações constituírem uma combinação de negócio nos termos requeridos, o ganho ou perda deve ser reconhecido, na totalidade, na demonstração de resultados do exercício do investidor. Porém, se o ativo transferido não constituir um negócio, o ganho ou perda deve continuar a ser reconhecido

apenas na extensão que diga respeito aos restantes investidores (não relacionados).

Em dezembro de 2015 o IASB decidiu diferir a data de aplicação desta emenda até que sejam finalizadas quaisquer emendas que resultem do projeto de pesquiza sobre o método da equivalência patrimonial. A aplicação antecipada desta emenda continua a ser permitida.

IAS 12 Reconhecimento de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas – alterações à IAS 12

O IASB emitiu alterações à IAS 12 para clarificar a contabilização de impostos diferidos ativos sobre perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados ao justo valor.

As alterações clarificam que uma entidade deve considerar se as regras fiscais do país restringem as fontes de proveitos tributáveis contra as quais podem ser efetuadas deduções quando da reversão de uma diferença temporária dedutível. Adicionalmente, as alterações proporcionam orientações sobre como uma entidade deve determinar os seus proveitos tributáveis futuros e explicar as circunstâncias em que esses proveitos tributáveis podem incluir a recuperação de certos ativos por um valor superior ao seu valor contabilístico.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. No entanto, na aplicação inicial destas alterações, a alteração no capital próprio inicial do período comparativo mais antigo apresentado pode ser reconhecida nos resultados transitados iniciais do período comparativo mais recente apresentado (ou em outra componente do capital próprio, conforme apropriado), sem alocar essa alteração entre os resultados transitados iniciais e outras componentes de capital próprio. As entidades que apliquem esta opção devem divulgar esse facto. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

IAS 7 Iniciativa de divulgação: alterações à IAS 7

As alterações à IAS 7 são parte do projeto de Iniciativas de divulgação do IASB e vem auxiliar os utilizadores das demonstrações financeiras a entenderem melhor as alterações à dívida da entidade. As alterações requerem que uma entidade divulgue as alterações nas suas responsabilidades relacionadas com atividades de financiamento, incluindo as alterações que surgem nos fluxos de caixa e de fluxos não-caixa (tais como ganhos e perdas cambiais não realizados).

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017. É permitida a

aplicação antecipada. As entidades não necessitam de divulgar a informação comparativa.

Clarificações à IFRS 15:

Em abril de 2016, o IASB emitiu emendas à IFRS 15 para endereçar diversos assuntos relacionados com a implementação da norma. São as seguintes as emendas introduzidas:

- Clarificar quando é que um produto ou serviço prometido é distinto no âmbito do contrato
- Clarificar como se deve aplicar o guia de aplicação do tema principal versus agente, incluindo a unidade de medida para a avaliação, como aplicar o princípio do controlo numa transação de um serviço e como restruturar os indicadores
- Clarificar quando é que as atividades de uma entidade afetam significativamente a propriedade intelectual (IP) à qual o cliente tem direito, e que é um dos fatores na determinação se a entidade reconhece o rédito de uma licença ao longo do tempo ou num momento do tempo
- Clarificar o âmbito das exceções para royalties baseados nas vendas (*sales-based*) e baseados na utilização (*usage-based*) relacionados com licenças de IP (o constrangimento no royalty) quando não existem outros bens ou serviços prometidos no contrato
- Adicionar duas oportunidades práticas nos requisitos de transição da IFRS 15: (a) contratos completos na *full retrospective approach*; e (b) modificações de contratos na transição.

Estas clarificações devem ser aplicadas em simultâneo com a aplicação da IFRS 15, para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospetiva, podendo as entidades escolher se querem aplicar a *full retrospective approach*" ou a "*modified retrospective approach*".

IFRS 2 Classificação e mensuração de transações de pagamento com base em ações – Alterações à IFRS 2

O IASB emitiu alterações à IFRS 2 em relação à classificação e mensuração de transações de pagamentos com base em ações. Estas alterações tratam de três áreas essenciais:

Vesting conditions

- Os seus efeitos na mensuração de transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro. As

alterações clarificam que a metodologia usada para contabilizar *vesting conditions* quando se mensuram transações de pagamento com base em ações liquidadas com instrumentos de capital também se aplica às transações de pagamento com base em ações liquidadas em dinheiro.

Classificação de transações de pagamento com base em ações com opção de liquidação pelo valor líquido, para cumprimento de obrigações de retenções na fonte

- Esta alteração adiciona uma exceção para tratar a situação estrita em que um acordo de liquidação pelo valor líquido está desenhado para cumprir com uma obrigação fiscal da Empresa, ou outro tipo de regulamentação, no que respeita a retenções na fonte ao empregado para cumprir com uma obrigação fiscal deste, relacionada com o pagamento com base em ações.
- Este valor é depois transferido, normalmente em dinheiro, para as autoridades fiscais por conta do empregado. Para cumprir com esta obrigação, os termos do acordo de pagamento com base em ações podem permitir ou requerer que a entidade retenha um determinado número de instrumentos de capital equivalente ao valor monetário da obrigação fiscal do empregado, do total de instrumentos de capital que de outra forma seriam emitidos para o empregado aquando do exercício (*vesting*) do pagamento com base em ações (conhecida como opção de *net share settlement*).
- Quando uma transação cumpre com este critério, ela não é dividida em duas componentes, mas sim classificada como um todo como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, caso assim tivessem sido classificada se não existisse a opção de *net share settlement*.

Contabilização de uma alteração dos termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações que altere a sua classificação de liquidada em dinheiro para liquidada com instrumentos de capital próprio

- A alteração clarifica que se os termos e condições de uma transação de pagamento com base em ações liquidada em dinheiro são modificados, tendo como resultado que ela passa a ser uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital, a transação passa a ser contabilizada como uma transação de pagamento com base em ações liquidada com instrumentos de capital desde a data dessa modificação.
- Qualquer diferença (seja um débito ou um crédito) entre o valor contabilístico do passivo desreconhecido e o valor

reconhecido em capital na data da modificação é reconhecido imediatamente em resultados do ano.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Na data de adoção, as Empresas devem de aplicar as alterações sem alterar os comparativos. Mas a aplicação retrospetiva é permitida se for aplicada às três alterações e outro critério for cumprido. É permitida a aplicação antecipada.

Aplicação da IFRS 9 com a IFRS 4 – Alterações à IFRS 4

As alterações vêm dar tratamento a algumas das questões levantadas com a implementação da IFRS 9 antes da implementação da nova norma sobre contratos de seguros que o IASB irá emitir para substituir a IFRS 4.

Isenção temporária da IFRS 9

- A opção de isenção temporária da IFRS 9 está disponível para entidades cuja atividade esteja predominantemente relacionada com seguros.
- Esta isenção temporária permite que essas entidades continuem a aplicar a IAS 39 enquanto diferem a aplicação da IFRS 9 para no máximo até 1 de janeiro de 2021.
- Esta predominância deve ser avaliada no inicio do período do reporte anual que precede a data de 1 de abril de 2016 e antes da IFRS 9 ser implementada. Adicionalmente, esta avaliação da predominância só pode ser revista em situações raras.
- As Empresas que apliquem esta isenção temporária terão de efetuar divulgações adicionais.
- A abordagem da sobreposição
- Esta abordagem é uma opção para as entidades que adotem a IFRS 9 e emitam contratos de seguro, de ajustar os seus ganhos ou perdas para ativos financeiros elegíveis; efetivamente tal resulta na aplicação da IAS 39 a estes ativos financeiros elegíveis.
- Os ajustamentos eliminam a volatilidade contabilística que possa surgir na aplicação a IFRS 9 sem a nova norma dos contratos de seguros.
- De acordo com esta abordagem, uma entidade pode reclassificar montantes de ganhos ou perdas para outros itens de resultado integral (OCI) para ativos financeiros designados.
- Uma entidade tem de apresentar uma linha separada para os impactos deste ajustamento de sobreposição na demonstração dos resultados, assim como na demonstração do resultado integral.

A isenção temporária é aplicável pela primeira vez para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018. Uma entidade pode optar pela abordagem de sobreposição quando aplica pela primeira vez a IFRS 9 e aplicar essa abordagem retrospetivamente para ativos financeiros designados na data de transição para a IFRS 9. A entidade deve alterar os comparativos por forma a refletir a abordagem da sobreposição se, e apenas se, alterar os comparativos quando aplica a IFRS 9.

IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento da consideração

Esta interpretação vem clarificar que na determinação da taxa de câmbio à vista a ser usada no reconhecimento inicial de um ativo, do gasto ou do rendimento (ou de parte) associados ao desreconhecimento de ativos ou passivos não monetários relacionados com um adiantamento da consideração, a data da transação é a data na qual a entidade reconhece inicialmente o ativo ou passivo não monetário relacionado com um adiantamento da consideração.

Se há múltiplos pagamentos ou recebimentos de um adiantamento da consideração, a entidade deve determinar a data da transação para cada pagamento ou recebimento.

Uma Empresa pode aplicar esta interpretação numa base de aplicação retrospetiva total. Alternativamente pode aplicar esta interpretação prospectivamente a todos os ativos, gastos e rendimentos que estejam no seu âmbito que são inicialmente reconhecidos em ou após:

(i) O início do período de reporte no qual a entidade aplica pela primeira vez a interpretação; ou
(ii) O início do período de reporte apresentado como período comparativo nas demonstrações financeiras do exercício em que a entidade aplica pela primeira vez a interpretação.

A adoção antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Transferências de propriedades de investimento (alterações à IAS 40)

As alterações vêm clarificar quando é que uma entidade deve transferir uma propriedade, incluindo propriedades em construção ou desenvolvimento para, ou para fora de, propriedades de investimento.

As alterações determinam que a alteração do uso ocorre quando a propriedade cumpre, ou deixa de cumprir, a

definição de propriedade de investimento e existe evidência da alteração do uso.

Uma simples alteração da intenção do órgão de gestão para o uso da propriedade não é evidência de alteração do uso.

As alterações são aplicáveis para os exercícios anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2018.

Uma entidade deve aplicar as alterações prospectivamente às alterações de uso que ocorram em ou após o início do período anual em que a entidade aplica pela primeira vez estas alterações. As entidades devem reavaliar a classificação das propriedades detidas nessa data e, se aplicável, reclassificar a propriedade para refletir as condições que existiam a essa data.

A aplicação retrospetiva só é permitida se possível aplicá-la sem que a mesma seja afetada por acontecimentos que ocorreram posteriormente à data da sua aplicação.

A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2014-2016, o IASB introduziu cinco melhorias em três normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IFRS 1 Adoção pela primeira vez das IFRS

Esta melhoria veio eliminar a isenção de curto prazo prevista para os adotantes pela primeira vez nos parágrafos E3-E7 da IFRS 1, porque já serviu o seu propósito (que estavam relacionados com isenções de algumas divulgações de instrumentos financeiros previstas na IFRS 7, isenções ao nível de benefícios de empregados e isenções ao nível das entidades de investimento).

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2018.

IAS 28 Clarificação de que a mensuração de participadas ao justo valor através de resultados é uma escolha que se faz investimento a investimento

A melhoria veio clarificar que:

- Uma Empresa que é uma Empresa de capital de risco, ou outra entidade qualificável, pode escolher, no reconhecimento inicial e investimento a investimento,

mensurar os seus investimentos em associadas e/ou joint ventures ao justo valor através de resultados.

- Se uma Empresa que não é ela própria uma entidade de investimento detém um interesse numa associada ou joint venture que é uma entidade de investimento, a Empresa pode, na aplicação do método da equivalência patrimonial, optar por manter o justo valor que essas participadas aplicam na mensuração das suas subsidiárias. Esta opção é tomada separadamente para cada investimento na data mais tarde entre (a) o reconhecimento inicialmente do investimento nessa participada; (b) essa participada tornar-se uma entidade de investimento; e (c) essa participada passar a ser uma Empresa-mãe.

Estas melhorias devem ser aplicadas retrospetivamente e são efetivas a partir de 1 de janeiro de 2018. É permitida a adoção antecipada desde que devidamente divulgada.

IFRS 12 Divulgações de interesses em outras entidades

Esta melhoria veio clarificar que os requisitos de divulgação da IFRS 12, para além dos previstos nos parágrafos B10 a B16, são aplicáveis aos interesses de uma entidade em subsidiárias, joint ventures ou associadas (ou parte do seu interesse em joint ventures ou associadas) que sejam classificadas (ou que estejam incluídas num grupo para venda que esta classificado) como detidas para venda.

Esta melhoria é efetiva para períodos que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2017 e deve ser aplicada retrospetivamente.

Da aplicação destas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da Sociedade.

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2 - OUTROS TÍTULOS									
	2.1 - Nacionais									
	2.1.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.1.1.1 - De dívida pública									
PTOTENOE0018	O. T. JUNHO TF 08/18		100.000	98,19		98.189	106	106.375	2.426	4,450%
PTOTEYOE0007	O.T. ABR TF 05/21		200.000	99,55		199.102	108	216.160	5.485	3,850%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - AFS		110.000	98,77		108.649	95	104.357	650	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		180.000	97,92		176.258	93	167.337	2.311	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		2.650.000	98,77		2.617.460	99	2.617.460	15.655	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		3.050.000	97,65		2.978.212	98	2.978.212	39.159	2,875%
PTOTEKOE0011	**O.T. JAN TF 15/25 - AFS**		**1.090.000**	**98,59**		**1.074.631**	**95**	**1.034.083**	**6.439**	**2,875%**
PTOTETOE0012	**O.T. JUL TF 16/26 - AFS**		**570.000**	**96,25**		**548.625**	**93**	**529.900**	**7.318**	**2,875%**
PTOTELOE0010	**O.T. OUT TF 07/17**		**27.000**	**103,44**		**27.929**	**104**	**27.971**	**244**	**4,350%**
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO PERP		28.701	56,02		16.077		25.257	571	4,000%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - AFS		1.910.000	97,70		1.865.992		1.775.631	24.523	2,875%
PTOTEKOE0011	O.T. JAN TF 15/25 - HTM		500.000	98,77		493.861		493.860	2.954	2,875%
PTOTETOE0012	O.T. JUL TF 16/26 - HTM		2.860.000	97,01		2.774.541		2.774.541	36.720	2,875%
	sub-total		13.275.701			12.979.526		12.851.144	144.455	
	2.1.1.2 - De outros emissores									

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	públicos									
	sub-total		-			-		-		
	2.1.1.3 - De outros emissores									
913910001401	C.N.B./CAMAC S.1 90/95		175			-	-	-	-	
913910001402	C.N.B./CAMAC S.2 90/97		125			-	-	-	-	
PTCG2YOE0001	CAIXA GERAL DEPOSITOS TF 10/20		1.000.000	100,07		1.000.731	112	1.121.170	39.365	4,250%
913910003401	CONST.CAMPO ALEGRE 91/96		75			-	-	-	-	
913012876001	COPINAQUE 90/95		249			-	-	-	-	
913910003301	FABRIFER 91/96		100			-	-	-	-	
913012886001	SOMEC 92/97		150			-	-	-	-	
913012886002	SOMEC 94/99		349			-	-	-	-	
	sub-total		1.001.222			1.000.731		1.121.170	39.365	
	sub-total		14.276.923			13.980.257		13.972.314	183.820	
	2.1.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.1.2.1 - Acções									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total	-				-		-		
	2.1.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	683.800			4	2.485.953	4	2.583.602		
	sub-total	683.800				2.485.953		2.583.602		
	2.1.2.4 - Outros									
	sub-total	-	-			-		-	-	
	sub-total	683.800	-			2.485.953		2.583.602	-	
	total	683.800	14.276.923			16.466.210		16.555.916	183.820	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.2 - Estrangeiros									
	2.2.1 - Títulos de rendimento fixo									
	2.2.1.1 - De dívida pública									
ES00000120J8	BONOS Y OBLIG TF 06/17		1.500.000	99,96		1.499.434	100	1.504.650	52.172	3,800%
ES00000121A5	BONOS Y OBLIG TF 08/18		3.000.000	100,45		3.013.514	107	3.207.450	51.896	4,100%
IT0003644769	BTPS TF 02/20		300.000	101,97		305.909	113	339.990	5.622	4,500%
DE0001135416	BUNDESREP DEUTSCH TF 10/20		1.000.000	98,97		989.663	111	1.110.060	7.274	2,250%
DE0001135424	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 10/21		300.000	100,91		302.726	113	338.580	7.418	2,500%
DE0001134922	BUNDESREPUB DEUTSCH TF 94/24		800.000	122,58		980.654	146	1.164.144	49.454	6,250%
IT0004164775	BUONI POLIENNALI TF 06/17		300.000	100,06		300.166	100	301.050	4.997	4,000%
IT0004009673	BUONI POLIENNALI TF 06/21		200.000	98,07		196.133	115	229.310	3.123	3,750%
IT0004273493	BUONI POLIENNALI TF 07/18		5.000.000	101,01		5.050.656	105	5.253.750	93.699	4,500%
IT0004361041	BUONI POLIENNALI TF 08/18		200.000	101,29		202.585	107	214.750	3.748	4,500%
IT0004594930	BUONI POLIENNALI TF 10/20		1.500.000	100,52		1.507.812	114	1.707.600	19.890	4,000%
FI0001006066	FINNISH GOVT TF 06/17		600.000	102,00		611.996	103	619.332	6.816	3,875%
FI4000020961	FINNISH GOVT TF 11/21		900.000	104,16		937.448	117	1.054.512	22.438	3,500%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		600.000	95,77		574.598	96	575.064	148	0,250%
FR0010192997	FRANCE O.A.T. TF 05/21		2.300.000	100,81		2.318.698	118	2.710.435	59.075	3,750%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		1.000.000	101,04		1.010.363	106	1.062.020	27.397	4,000%
FR0010854182	FRANCE O.A.T. TF 10/20		600.000	100,66		603.951	113	680.574	14.384	3,500%
FR0000571085	FRANCE O.A.T. TF 92/23		500.000	129,23		646.155	154	768.515	29.110	8,500%
FR0010466938	FRANCE OAT TF 06/23		2.100.000	114,69		2.408.429	128	2.697.744	16.383	4,250%
FR0011883966	FRANCE OAT TF 13/30		370.000	105,39		389.956	119	441.088	5.575	2,500%
GRR000000010	HELLENIC REP 12/42 cup 0		630.000	0,00		8	0	1.443	-	
DE000NRW1006	LAND NORDRHEIN TF 07/22		500.000	106,59		532.970	124	618.150	14.743	4,375%
NL0000102275	NETHERLANDS GOVT TF 06/23		5.100.000	105,90		5.400.715	125	6.354.192	183.412	3,750%
NL0009348242	NETHERLANDS GOVT TF 10/20		300.000	101,87		305.598	115	344.547	4.862	3,500%
NL0009712470	NETHERLANDS GOVT TF 11/21		300.000	102,00		306.015	117	352.077	4.514	3,250%
XS0282701514	POLAND GOVERNMENT		1.000.000	99,56		995.640	120	1.200.000	42.787	4,500%

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	BOND TF 07/22									
AT0000386115	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/20		400.000	100,02		400.076	116	462.624	7.223	3,900%
AT0000A001X2	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 05/21		2.300.000	99,61		2.290.994	118	2.721.682	23.599	3,500%
AT0000A0N9A0	REPUBLIC OF AUSTRIA TF 11/22		4.500.000	111,55		5.019.648	121	5.439.870	114.750	3,650%
FR0013200813	**FRANCE O.A. TF 15/26**		**20.000**	**95,60**		**19.120**	**96**	**19.169**	**5**	**0,250%**
FR0011883966	**FRANCE OAT TF 13/30**		**50.000**	**106,18**		**53.090**	**119**	**59.606**	**753**	**2,500%**
NL0009348242	**NETHERLANDS GOVT TF 10/20**		**50.000**	**102,12**		**51.060**	**115**	**57.424**	**810**	**3,500%**
DE0001135408	BUNDESREP DEUTSCHLAND TF 10/20		400.000	108,89		435.576	113	452.688	5.918	3,000%
FI4000010848	FINNISH GOVT TF 10/20		200.000	109,08		218.165	113	226.282	4.808	3,375%
FR0013200813	FRANCE O.A. TF 15/26		600.000	95,77		574.598	96	575.064	148	0,250%
FR0011427848	FRANCE O.A.T. I/L TF 07/24		1.700.000	108,21		1.839.533	112	1.906.107	1.892	0,250%
FR0010850032	FRANCE O.A.T. I/L TF 09/19		600.000	111,81		670.875	116	695.706	3.637	1,300%
FR0011008705	FRANCE O.A.T. I/L TF 10/27		1.300.000	132,82		1.726.631	137	1.786.723	11.266	1,850%
FR0010604983	FRANCE O.A.T. TF 08/18		100.000	104,94		104.940	106	106.202	2.740	4,000%
	sub-total		43.120.000			44.796.098		49.360.174	908.486	
	2.2.1.2 - De outros emissores públicos									
FR0010198036	CAISSE AMORT DET CADES TF 05/20		2.500.000	101,75		2.543.668	116	2.895.000	17.209	3,750%
FR0010767566	CAISSE AMORT DET CADES TF 09/20		900.000	102,09		918.823	116	1.040.715	26.199	4,250%
FR0010347989	CAISSE AMORT DET CADES TF 10/21		300.000	104,43		313.301	122	366.255	2.409	4,375%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		1.110.000	99,31		1.102.317	115	1.280.441	24.562	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		400.000	99,61		398.448	108	433.204	2.082	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,97		499.862	101	502.945	-	
XS1107266782	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/22		600.000	99,98		599.867	100	601.776	-	
DE0001240265	GEMEINSAME BUND TF 07/17		300.000	100,29		300.881	101	303.870	9.152	4,250%
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		1.700.000	99,97		1.699.501	101	1.708.568	-	

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
DE000A11QEH5	LAND BERLIN 14/20		1.200.000	99,85		1.198.164	102	1.218.348	-	
DE0001590677	LAND NIEDERSACHSEN TF 08/18		200.000	101,03		202.059	105	210.726	7.153	4,250%
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		2.400.000	99,95		2.398.721	101	2.417.232	-	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		1.600.000	99,95		1.599.191	101	1.614.736	86	0,114%
XS0255800285	RESEAU FERRE DE FRANCE TF 06/22		2.500.000	109,65		2.741.287	123	3.081.550	63.527	4,375%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		1.400.000	99,97		1.399.648	103	1.436.106	191	0,409%
XS0484565709	**B.E.I. 10/18**		**1.200.000**	**99,40**		**1.192.800**	**101**	**1.206.012**	**-**	
ES0224261034	**CORES TF 14/24**		**100.000**	**99,52**		**99.520**	**108**	**108.301**	**521**	**2,500%**
XS1089831249	**DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20**		**600.000**	**100,00**		**600.000**	**101**	**603.534**	**-**	
DE000A1REZ17	**LAND BERLIN 12/18**		**1.400.000**	**99,89**		**1.398.474**	**101**	**1.407.056**	**-**	
DE000A11QEH5	**LAND BERLIN 14/20**		**500.000**	**99,94**		**499.680**	**102**	**507.645**	**-**	
DE000NRW0E76	**LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18**		**1.000.000**	**99,86**		**998.600**	**101**	**1.007.180**	**-**	
FR0011374834	**REGION OF ILE DE FRANCE 12/18**		**700.000**	**99,88**		**699.160**	**101**	**706.447**	**38**	**0,114%**
XS0484565709	B.E.I. 10/18		3.000.000	100,13		3.003.819	101	3.015.030	-	
XS0767839185	B.E.I. 12/19		5.000.000	101,03		5.051.713	101	5.056.750	738	0,069%
FR0011521319	CAISSE AMORT DET CADES TF 13/24		700.000	111,06		777.420	115	807.485	15.489	2,375%
ES0224261034	CORES TF 14/24		100.000	99,61		99.612	108	108.301	521	2,500%
XS1089831249	DEUTSCHE BAHN FINANCE NV 14/20		500.000	99,97		499.862	101	502.945	-	
DE000A1REZ17	LAND BERLIN 12/18		3.000.000	99,97		2.999.118	101	3.015.120	-	
DE000NRW0E76	LAND NORDRHEIN-WESTFALEN 12/18		3.900.000	100,32		3.912.561	101	3.928.002	-	
FR0011374834	REGION OF ILE DE FRANCE 12/18		3.000.000	99,95		2.998.484	101	3.027.630	161	0,114%
FR0011376805	VILLE DE PARIS 12/22		3.000.000	102,19		3.065.641	103	3.077.370	409	0,409%
	sub-total		45.310.000			45.812.202		47.196.280	170.447	
	2.2.1.3 - De outros emissores									

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		600.000	99,98		599.898	100	601.068	-	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		300.000	99,74		299.228	101	302.025	136	0,375%
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,71		99.712	103	103.297	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		1.000.000	99,90		998.977	101	1.009.570	2.753	0,500%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		400.000	99,99		399.957	100	399.684	49	0,232%
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		900.000	99,62		896.609	96	863.415	22.038	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		300.000	99,97		299.918	88	264.000	7.983	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		300.000	99,46		298.367	115	345.090	8.439	2,950%
ES0413900087	BANCO SANTANDER TF 05/20		1.600.000	100,02		1.600.283	113	1.804.400	46.992	4,000%
XS0304459026	BANK OF SCOTLAND PLC TF 07/22		200.000	99,74		199.478	124	248.480	5.362	4,750%
XS0323856210	BARCLAYS BANK PLC 07/19		15.000.000	100,02		15.003.049	107	16.061.700	162.917	4,250%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		400.000	99,77		399.071	101	404.064	641	0,500%
XS1363560548	BMW FINANCE NV 16/19		900.000	99,99		899.945	101	907.299	636	0,339%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		500.000	99,90		499.513	101	504.290	136	0,238%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		700.000	99,82		698.718	105	737.884	8.546	2,875%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		300.000	100,00		299.998	102	304.923	331	1,117%
FR0013106614	BPCE SA 16/18		800.000	99,98		799.802	100	801.440	-	
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		100.000	99,77		99.775	101	100.849	582	1,200%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		200.000	99,93		199.861	109	218.124	5.891	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,24		198.472	100	199.092	788	1,250%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		400.000	99,95		399.809	100	400.716	23	0,188%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		300.000	99,99		299.967	107	319.785	7.982	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		900.000	99,89		899.020	101	905.400	632	0,408%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		500.000	99,91		499.555	101	504.615	1.952	0,750%
FR0000474652	CIE FINANCEMENT TF 03/18		2.000.000	101,78		2.035.501	106	2.129.000	56.466	4,500%
FR0010422618	CIE FINANCEMENT TF 07/17		3.300.000	99,65		3.288.321	104	3.418.239	24.987	4,125%
FR0010758599	CIE FINANCEMENT TF 09/21		300.000	103,20		309.591	121	363.990	8.815	4,875%

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		100.000	99,97		99.968	100	100.150	67	0,686%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		300.000	99,95		299.862	104	312.396	5.690	3,250%
XS1121919333	CREDIT SUISSE LONDON 14/19		300.000	99,83		299.488	100	301.230	88	0,139%
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		2.400.000	99,99		2.399.869	100	2.411.592	1.200	0,225%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		200.000	99,99		199.972	100	200.230	9	0,021%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		1.100.000	100,00		1.099.995	99	1.086.767	1.239	0,709%
FR0010539734	DEXIA AGENCY TF 07/17		4.500.000	100,47		4.521.188	104	4.684.500	26.630	4,500%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		400.000	99,72		398.896	108	433.164	6.115	2,250%
XS1180451657	ENI SPA TF 15/26		100.000	99,39		99.387	102	102.221	1.365	1,500%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		450.000	99,78		448.991	102	457.799	2.974	1,250%
BE0002218841	FLUXYS BELGIUM TF 14/29		300.000	99,40		298.200	108	322.929	768	2,750%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		300.000	100,00		299.998	102	307.290	1.561	0,688%
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		400.000	99,42		397.694	104	417.028	2.305	2,125%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		400.000	99,78		399.108	104	415.944	473	1,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		200.000	99,99		199.988	100	200.192	41	0,187%
FR0013062684	HSBC FRANCE 15/19		1.000.000	99,98		999.806	101	1.008.820	210	0,236%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	101,98		713.840	103	721.945	810	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		1.000.000	99,13		991.302	104	1.042.300	1.514	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	99,53		199.065	122	243.242	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		200.000	99,91		199.822	114	227.818	906	2,625%
DE0002760980	KFW TF 07/21		300.000	101,51		304.520	117	352.200	5.178	3,500%
DE000A0L1CY5	KFW TF 09/19		300.000	100,76		302.268	109	327.540	10.958	3,875%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		300.000	99,07		297.219	96	286.875	581	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		2.100.000	99,96		2.099.142	102	2.152.038	35.384	3,000%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		1.950.000	99,75		1.945.106	101	1.971.469	-	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		800.000	99,82		798.532	100	799.920	-	
XS1284577043	MERCK FIN SERVICES GMBH		100.000	99,98		99.977	100	100.053	-	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	15/17									
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,70		299.113	105	316.176	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,97		299.919	104	312.582	2.007	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.100.000	99,64		1.096.000	97	1.061.687	14.390	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		200.000	99,59		199.183	104	208.196	3.365	2,125%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		400.000	99,97		399.900	100	400.376	49	0,059%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	101,00		302.992	101	303.900	618	1,750%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		200.000	98,97		197.947	109	217.460	935	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,94		199.887	100	200.796	-	
XS1345314956	RABOBANK NEDERLAND 16/18		1.900.000	99,99		1.899.790	100	1.903.895	-	
FR0013136330	RCI BANQUE 03/2019		500.000	100,00		499.976	101	506.965	114	0,684%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		400.000	99,42		397.696	115	461.436	3.466	2,875%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		400.000	98,67		394.683	95	380.740	493	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		300.000	99,22		297.662	107	322.437	4.469	1,875%
FR0012146751	SANOFI 14/18		1.000.000	99,97		999.662	100	1.001.730	-	
FR0012969012	SANOFI 15/19		300.000	99,99		299.958	100	300.525	-	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		900.000	100,08		900.730	100	899.703	255	0,464%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		500.000	99,98		499.921	100	501.130	-	
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	99,98		199.958	100	200.366	-	
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,53		597.206	106	635.196	2.811	1,500%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,85		199.700	106	211.740	469	2,375%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		400.000	99,99		399.965	100	401.384	15	0,084%
FR0010855155	SOC GENERALE SCF TF 02/22		800.000	115,10		920.830	121	966.720	28.852	4,125%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		1.000.000	99,98		999.849	101	1.010.420	975	0,399%
BE6282455565	SOLVAY SA 15/17		200.000	99,99		199.979	100	200.946	84	0,506%

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,96		399.827	100	400.276	-	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		1.500.000	99,98		1.499.761	100	1.501.380	-	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		300.000	99,48		298.439	118	353.475	992	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		300.000	100,22		300.652	94	281.667	6.649	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		400.000	99,99		399.958	96	384.664	3.175	3,369%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		700.000	99,98		699.875	112	786.807	28.559	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		1.000.000	99,95		999.474	100	1.002.150	-	
XS1145750037	URENCO FINANCE NV TF 14/24		300.000	99,57		298.717	107	322.179	566	2,375%
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		600.000	99,99		599.957	101	607.824	382	0,637%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		300.000	100,03		300.087	100	300.198	33	0,157%
XS1136406268	**3M COMPANY 14/18**		**500.000**	**100,00**		**500.000**	**100**	**500.890**	**-**	
XS1520897163	**ABBVIE INC TF 16/19**		**100.000**	**99,73**		**99.732**	**101**	**100.675**	**45**	**0,375%**
FR0011947720	**ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24**		**500.000**	**100,00**		**500.000**	**88**	**440.000**	**13.305**	**4,625%**
FR0011694033	**AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24**		**500.000**	**99,26**		**496.295**	**115**	**575.150**	**14.065**	**2,950%**
XS1069282827	**BNP PARIBAS 14/19**		**700.000**	**99,85**		**698.957**	**101**	**706.006**	**190**	**0,238%**
FR0012872174	**BOLLORE SA 15/21**		**100.000**	**99,77**		**99.772**	**105**	**105.412**	**1.221**	**2,875%**
XS1206712868	**CARREFOUR BANQUE 15/20**		**400.000**	**100,00**		**400.000**	**100**	**400.716**	**23**	**0,188%**
FR0012057412	**CFCM NORD EUROPE 14/19**		**100.000**	**99,85**		**99.850**	**101**	**100.600**	**70**	**0,408%**
FR0011415348	**CREDIT DU NORD 13/18**		**170.000**	**99,95**		**169.915**	**100**	**170.255**	**113**	**0,686%**
FR0013173028	**CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26**		**200.000**	**99,97**		**199.932**	**104**	**208.264**	**3.793**	**3,250%**
DE000A169GZ7	**DAIMLER AG 16/19**		**700.000**	**100,00**		**700.000**	**100**	**703.381**	**350**	**0,225%**
FR0012432904	**DANONE SA 15/20**		**100.000**	**100,00**		**100.000**	**100**	**100.115**	**5**	**0,021%**
FR0013216884	**DANONE SA 16/18**		**200.000**	**100,00**		**200.000**	**100**	**200.388**	**-**	
FR0011637586	**ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21**		**500.000**	**99,56**		**497.805**	**108**	**541.455**	**7.644**	**2,250%**
XS1366026323	**HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18**		**100.000**	**100,00**		**100.000**	**100**	**100.096**	**20**	**0,187%**
FR0011645845	**HSBC FRANCE TF 13/18**		**100.000**	**103,45**		**103.450**	**103**	**103.135**	**116**	**1,625%**
BE0002448232	**INFRAX CVBA TF 13/23**		**500.000**	**99,36**		**496.810**	**122**	**608.105**	**3.185**	**3,750%**
XS0806470349	**LANDWIRTSCH RENTENBK**		**2.000.000**	**99,65**		**1.992.920**	**101**	**2.022.020**	**-**	

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	12/19									
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,76		199.520	100	199.980	-	
XS1284577043	MERCK FIN SERVICES GMBH 15/17		100.000	100,00		100.000	100	100.053	-	
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		200.000	99,97		199.934	104	208.388	1.338	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		400.000	99,46		397.848	97	386.068	5.233	2,500%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		200.000	99,95		199.900	100	200.796	-	
FR0012146751	SANOFI 14/18		900.000	100,00		900.000	100	901.557	-	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		100.000	100,09		100.091	100	99.967	28	0,464%
DE000A13SL18	SAP SE 14/18		300.000	100,00		300.000	100	300.678	-	
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		200.000	100,00		200.000	100	200.366	-	
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		100.000	100,00		100.000	101	101.042	98	0,399%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		300.000	100,00		300.000	100	300.207	-	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		600.000	100,00		600.000	100	600.552	-	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		500.000	99,33		496.655	118	589.125	1.654	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		600.000	100,00		600.000	94	563.334	13.297	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		100.000	100,00		100.000	96	96.166	794	3,369%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		200.000	100,00		200.000	100	200.430	-	
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		200.000	100,00		200.000	101	202.608	127	0,637%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		100.000	100,03		100.033	100	100.066	11	0,157%
XS1136406268	3M COMPANY 14/18		100.000	99,98		99.983	100	100.178	-	
XS1520897163	ABBVIE INC TF 16/19		350.000	99,74		349.099	101	352.363	158	0,375%
FR0012820835	AIR LIQUIDE FINANCE 15/18		500.000	99,98		499.922	100	499.500	-	
FR0012766889	AIR LIQUIDE FINANCE TF 15/25		100.000	99,71		99.712	103	103.297	723	1,250%
FR0013182821	AIR LIQUIDE FINANCE TF 16/22		300.000	99,90		299.693	101	302.871	826	0,500%
XS1108681625	ALFA LAVAL TREASURY INTE 14/19		200.000	99,99		199.978	100	199.842	24	0,232%

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
FR0011791391	AREVA S.A. TF 14/23		600.000	97,22		583.347	96	575.610	14.692	3,125%
FR0011947720	ASSURANCE CREDIT MUTUEL NORD VIE TF 14/24		200.000	99,97		199.945	88	176.000	5.322	4,625%
FR0011694033	AUTOROUTES SUD DE FRANCE TF 14/24		400.000	109,00		436.001	115	460.120	11.252	2,950%
XS0140907626	BANK AUSTRIA 01/21		300.000	100,96		302.876	87	260.490	5	0,164%
XS1105264821	BMW FINANCE NV TF 14/18		200.000	99,77		199.535	101	202.032	321	0,500%
XS1363560548	BMW FINANCE NV 16/19		1.000.000	99,99		999.939	101	1.008.110	706	0,339%
XS1069282827	BNP PARIBAS 14/19		1.500.000	100,37		1.505.510	101	1.512.870	407	0,238%
FR0012872174	BOLLORE SA 15/21		400.000	99,82		399.267	105	421.648	4.884	2,875%
XS1527126772	BP CAPITAL MARKETS PLC TF 16/24		700.000	100,00		699.996	102	711.487	771	1,117%
FR0012601342	BPCE SA 15/17		1.500.000	99,99		1.499.905	100	1.500.600	-	
FR0013106614	BPCE SA 16/18		1.000.000	99,98		999.753	100	1.001.800	-	
XS1441773550	BROWN-FORMAN CORP TF 16/26		200.000	99,77		199.549	101	201.698	1.164	1,200%
FR0011703776	BUREAU VERITAS TF 14/21		300.000	102,86		308.588	109	327.186	8.837	3,125%
FR0013201084	BUREAU VERITAS TF 16/23		200.000	99,24		198.472	100	199.092	788	1,250%
FR0012821924	CAP GEMINI SA 15/18		100.000	99,98		99.982	101	100.708	136	0,549%
XS1206712868	CARREFOUR BANQUE 15/20		300.000	99,95		299.857	100	300.537	17	0,188%
FR0011765825	CASINO GUICHARD PERRACHON TF 14/24		200.000	108,60		217.196	107	213.190	5.321	3,248%
FR0012057412	CFCM NORD EUROPE 14/19		1.000.000	99,89		998.911	101	1.006.000	703	0,408%
FR0013185444	CHRISTIAN DIOR SE TF 16/21		400.000	99,91		399.644	101	403.692	1.562	0,750%
FR0011415348	CREDIT DU NORD 13/18		1.500.000	99,97		1.499.514	100	1.502.250	1.000	0,686%
FR0013173028	CREDIT MUTUEL ARKEA TF 16/26		200.000	99,95		199.908	104	208.264	3.793	3,250%
DE000A169GZ7	DAIMLER AG 16/19		1.100.000	99,99		1.099.940	100	1.105.313	550	0,225%
FR0012432904	DANONE SA 15/20		300.000	99,99		299.958	100	300.345	14	0,021%
FR0013216918	DANONE SA TF 16/24		500.000	100,00		499.998	99	493.985	563	0,709%
FR0011637586	ELECTRICITE DE FRANCE TF 13/21		300.000	102,44		307.330	108	324.873	4.586	2,250%
XS1435295925	FCA CAPITAL IRELAND TF 16/21		250.000	99,78		249.440	102	254.332	1.652	1,250%
XS1117297942	GEBERIT INTERNATIONAL TF 15/21		500.000	100,00		499.997	102	512.150	2.601	0,688%

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
XS1113441080	GEMALTO NV TF 14/21		200.000	99,42		198.847	104	208.514	1.153	2,125%
FR0013066669	HAVAS SA TF 15/20		200.000	99,78		199.554	104	207.972	236	1,875%
XS1366026323	HONEYWELL INTERNATIONAL 16/18		300.000	99,99		299.983	100	300.288	61	0,187%
FR0011645845	HSBC FRANCE TF 13/18		700.000	101,98		713.840	103	721.945	810	1,625%
FR0013065372	ILIAD SA TF 15/22		500.000	99,13		495.651	104	521.150	757	2,125%
BE0002448232	INFRAX CVBA TF 13/23		200.000	118,31		236.626	122	243.242	1.274	3,750%
BE0002478536	INFRAX CVBA TF 14/29		100.000	99,91		99.911	114	113.909	453	2,625%
XS1485532896	KPN NV TF 16/25		500.000	99,07		495.365	96	478.125	967	0,625%
FR0013181898	LA BANQUE POSTALE TF 16/28		1.000.000	99,96		999.591	102	1.024.780	16.849	3,000%
XS0806470349	LANDWIRTSCH RENTENBK 12/19		3.000.000	100,44		3.013.176	101	3.033.030	-	
FR0012315133	LVMH MOET HENNESSY VUITT 14/19		200.000	99,82		199.633	100	199.980	-	
XS1284570626	MERCK FIN SERVICES GMBH TF 15/22		300.000	99,70		299.113	105	316.176	1.367	1,375%
XS1233732194	MICHELIN LUXEMBOURG SCS 15/22		300.000	99,97		299.919	104	312.582	2.007	1,125%
FR0011993120	NEOPOST SA TF 14/21		1.300.000	98,48		1.280.226	97	1.254.721	17.007	2,500%
FI4000148671	NESTE OIL OYJ TF 15/22		400.000	99,59		398.366	104	416.392	6.730	2,125%
XS1307993292	NV NEDERLANDSE GASUNIE 15/18		500.000	99,97		499.875	100	500.470	61	0,059%
XS1139287350	PIRELLI INTERNATIONAL TF 14/19		300.000	101,00		302.992	101	303.900	618	1,750%
BE0002237064	PROXIMUS SA TF 15/25		300.000	98,97		296.920	109	326.190	1.402	1,875%
XS1239520494	RABOBANK NEDERLAND 15/20		400.000	99,94		399.774	100	401.592	-	
XS1345314956	RABOBANK NEDERLAND 16/18		1.400.000	99,99		1.399.845	100	1.402.870	-	
FR0013136330	RCI BANQUE 03/2019		200.000	100,00		199.990	101	202.786	46	0,684%
FR0011565555	RTE EDF TRANSPORT S.A. TF 13/23		200.000	110,41		220.827	115	230.718	1.733	2,875%
FR0013214137	SAGESS TF 16/28		200.000	98,67		197.341	95	190.370	247	0,625%
FR0013053329	SANEF SA TF 15/26		200.000	99,22		198.441	107	214.958	2.979	1,875%
FR0012969012	SANOFI 15/19		800.000	99,99		799.888	100	801.400	-	
XS1484109175	SANTANDER CONSUMER FINANCE 16/19		1.200.000	100,08		1.200.974	100	1.199.604	340	0,464%

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
DE000A14KJE8	SAP SE 15/20		700.000	99,98		699.856	100	701.281	-	
FR0012939841	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 15/23		600.000	99,53		597.206	106	635.196	2.811	1,500%
FR0013201308	SCHNEIDER ELECTRIC SE TF 16/24		900.000	99,03		891.281	96	866.781	697	0,250%
FR0013059417	SEB SA TF 15/22		200.000	99,85		199.700	106	211.740	468	2,375%
XS1292468987	SHELL INTERNATIONAL FIN 15/19		500.000	99,99		499.956	100	501.730	19	0,084%
XS0914294979	SNAM SPA TF 13/21		1.000.000	109,06		1.090.624	112	1.122.740	31.076	3,375%
FR0013054020	SOCIETE DES AUTOROUTES 15/20		500.000	99,98		499.924	101	505.210	488	0,399%
XS1264495000	SOCIETE GENERALE 15/18		800.000	99,99		799.893	100	803.480	177	0,177%
BE6282455565	SOLVAY SA 15/17		200.000	99,99		199.979	100	200.946	84	0,506%
XS1190623907	STATOIL ASA 15/19		400.000	99,96		399.827	100	400.276	-	
XS1139316555	TOTAL CAPITAL INTL 14/20		400.000	99,98		399.936	100	400.368	-	
XS0994991411	TOTAL CAPITAL INTL S.A TF 13/25		200.000	108,19		216.383	118	235.650	662	2,875%
XS1195202822	TOTAL S.A. TF 15/49		200.000	100,22		200.435	94	187.778	4.432	2,625%
XS1501166869	TOTAL S.A. TF 16		600.000	99,99		599.937	96	576.996	4.763	3,369%
BE0002442177	UCB S.A. TF 13/21		300.000	107,24		321.707	112	337.203	12.240	4,125%
XS1241577060	UNILEVER NV 15/18		1.500.000	99,94		1.499.170	100	1.503.225	-	
XS1372838083	VODAFONE GROUP PLC 16/19		600.000	99,99		599.957	101	607.824	382	0,637%
XS1485660895	VOLVO TREASURY AB 16/19		600.000	100,03		600.174	100	600.396	65	0,157%
	sub-total		125.870.000			126.199.628		129.484.180	843.794	
	sub-total		214.300.000			216.807.928		226.040.634	1.922.727	
	2.2.2 - Títulos de rendimento variável									
	2.2.2.1 - Acções	-				-		-		
	2.2.2.2 - Títulos de participação									
	sub-total									

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	2.2.2.3 - Unidades de participação em fundos de investimento									
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	1.336			9.994	13.351.767	9.991	13.348.404		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	36			10.950	394.211	10.946	394.070		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	78			57.177	4.459.800	57.161	4.458.531		
FR0000291239	CPR CASH - P	211			22.549	4.757.833	22.542	4.756.438		
IE00B06YB680	PREFF PAN-EUROPEAN REAL ESTATE FUND	6.536			71	462.276	79	517.242		
LU0579997130	**BLACKROCK EUROPEAN EQUITY INC**	**1.600**			**14**	**22.544**	**18**	**29.232**		
LU0274210672	**DB X-TRACKERS MSCI USA TRN**	**904**			**36**	**32.984**	**56**	**50.416**		
US37950E4089	**GLOBAL X CHINA CONSUMER ETF**	**5.439**			**11**	**62.406**	**11**	**58.169**		
DE000A0H08J9	**ISHARES EUR600 IND GDS & SERV (DE)**	**727**			**44**	**31.747**	**47**	**34.024**		
DE000A0H08P6	**ISHARES EUROPE600 RETAIL DE**	**1.127**			**30**	**34.261**	**31**	**34.926**		
IE00B2QWCY14	**ISHARES S&P SMALLCAP 600**	**428**			**45**	**19.181**	**54**	**22.924**		
IE00B3ZW0K18	**ISHARES S&P500 MONTHLY EUR**	**97**			**47**	**4.515**	**51**	**4.991**		
FR0007056841	**LYXOR ETF DJ IND AVG-D EUR**	**82**			**163**	**13.401**	**188**	**15.391**		
FR0007063177	**LYXOR ETF NASDAQ 100**	**2.989**			**16**	**48.605**	**18**	**54.460**		
IE00BLNMPR11	**MERCER LOW VOLATILITY EQUITY FUND**	**1.033**			**109**	**112.642**	**117**	**120.787**		
IE00BGY64W57	**MGI PASSIVE GB EQUITY FUND**	**1.225**			**109**	**133.232**	**125**	**152.624**		
LU0106235459	**SCHRODER INTL EURO EQT-C ACC**	**1.506**			**24**	**35.766**	**39**	**58.583**		
FR0013067808	**BFT MONETAIRE-I2**	**321**			**9.996**	**3.208.585**	**9.991**	**3.207.214**		
LU0290355717	**DBX II IBX SOV EUROZONE**	**59**			**222**	**13.091**	**230**	**13.546**		
FR0010213355	**GROUPAMA ENTERPRISES - IC**	**129**			**2.287**	**295.065**	**2.288**	**295.195**		
IE00B66F4759	**ISHARES EURO HY CORP BND**	**491**			**107**	**52.652**	**107**	**52.321**		
US4642885135	**ISHARES IBOXX HIGH YIELD USD**	**467**			**79**	**36.986**	**83**	**38.596**		

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
IE00B9M6RS56	ISHARES JPM EM BOND EUR-H	621			104	64.777	99	61.491		
FR0010529743	LBPAM TRESORERIE - I	1			10.929	10.929	10.946	10.946		
IE00BBPLSL15	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 1	501			103	51.674	105	52.581		
IE00BBPLSM22	MERCER SHORT DURATION GB BD FUND 2	598			101	60.465	102	60.938		
IE00BYV6XK54	MGI - ABS RET FIX INCOME-M2	1.419			101	143.240	103	146.233		
IE00B86YYZ49	MGI FUND PLC	3.849			108	414.044	111	427.436		
US74348A5415	PROSHARES HY INT HEDG	594			58	34.507	65	38.831		
US74347B6074	PROSHARES IG HEDGED	1.484			66	97.983	73	108.080		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	675			129	87.264	135	91.044		
FR0010599399	BFT AUREUS-C (MUTUAFON MIXT)	6.336			109	689.729	109	689.737		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	8			10.776	86.207	10.853	86.822		
FR0000291239	CPR CASH - P	2			22.524	45.049	22.542	45.085		
FR0011060870	SLF SHORT TERM EURO	6			20.359	122.154	20.487	122.924		
US74347W3381	PROSHARES VIX MID-TERM FUT	849			40	34.266	40	34.325		
FR0013067808	BFT MONETAIRE-I2	64			9.994	639.615	9.991	639.444		
FR0010213355	GROUPAMA ENTERPRISES - IC	759			2.289	1.737.359	2.288	1.736.842		
LU0414045319	SCHRODER INT EURO CORP - XD	7.390			135	997.823	135	996.774		
FR0010337667	BNP PARIBAS CASH INVEST I	22			57.181	1.257.983	57.161	1.257.535		
FR0000293698	BTP TRESORERIE	133			10.853	1.443.398	10.853	1.443.413		
FR0000291239	CPR CASH - P	251			22.551	5.660.221	22.542	5.658.132		
FR0010554683	ECOFI MONETAIRE COURT TRM - I	10			10.994	109.938	10.992	109.918		
FR0010609115	LFP TRESORERIE - I	1			108.594	108.594	108.583	108.583		
	sub-total	52.394				41.480.769		41.645.198		
	2.2.2.4 - Outros									

INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nomina	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço			
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO						unitário	Total	Juros Acruados	Taxa de Juro
	sub-total		-			-		-		
	total	52.394	214.300.000			258.288.697		267.685.832	1.922.727	
	3 - TOTAL GERAL	736.194	228.576.923			274.754.907		284.241.748	2.106.547	

03
RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

www.victoria-seguros.pt

Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal

Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas de VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. ("Sociedade"), que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 381.789.888 euros e um total de capital próprio de 72.248.544 euros, incluindo um resultado líquido de 979.109 euros), a Demonstração Consolidada dos Resultados, a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração da Alterações nos Capitais Próprios Consolidada e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2016, o seu desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o setor segurador estabelecidos pela Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (a "ASF").

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Sociedade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente.

Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos de seguida as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

1. Determinação das Provisões para sinistros (Não Vida)

Conforme detalhado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras consolidadas, em 31 de dezembro de 2016 as Provisões para Sinistros decorrentes de contratos de seguros não vida ascendiam a 50.807 milhares de euros, representando 16% do Total do Passivo da Sociedade. Estas provisões são determinadas com recurso a metodologias e pressupostos atuariais e com base no histórico de sinistralidade da Sociedade por ramo. Representam o valor estimado das indeminizações a pagar por sinistros já ocorridos, incluindo sinistros ocorridos e não participados (IBNR), e os custos de gestão de sinistros a incorrer com a sua regularização futura.

Nestas provisões são incluídas as estimativas de provisões para sinistros de longo prazo do ramo de acidentes de trabalho, que requerem a fixação de pressupostos com recurso a julgamentos, designadamente ao nível da taxa de desconto, tábua de mortalidade e estimativa de despesas a incorrer (detalhe na Nota 14).

Em face da materialidade destas responsabilidades nas demonstrações financeiras e considerando que o processo para a sua determinação incorpora estimativas com base em pressupostos e técnicas atuariais aplicados à informação atualmente disponível, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser diferentes dos registados, considerámos a determinação das Provisões para sinistros (Não Vida) como matéria relevante de auditoria.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões para sinistros (Não Vida);
- Testes de revisão analítica sobre as rubricas das demonstrações financeiras relativas a Provisões para sinistros (Não Vida) para entendimento da sua evolução anual e dos principais fatores que originaram as variações mais significativas;
- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado, procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelo especialista externo contratado pelo órgão de gestão e atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades com sinistros (Não Vida), incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e com o padrão histórico de pagamentos por ramo, e tendo por referência as especificidades dos produtos da Sociedade, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador;
- Realização por parte dos nossos especialistas em atuariado de testes de recálculo das provisões para sinistros para o ramo Acidentes de Trabalho, tendo por base metodologias atuariais reconhecidas no sector segurador, por forma a aferir sobre a sua suficiência. Adicionalmente, para o referido ramo analisámos os pressupostos financeiros e demográficos utilizados nas estimativas das responsabilidades de longo prazo através da comparação com as práticas no sector segurador;
- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões para sinistros (Não Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

2. Determinação das Provisões matemáticas (Vida)

Como evidenciado na Nota 14 às Demonstrações Financeiras consolidadas, as Provisões matemáticas de seguros de capitalização com e sem participação nos resultados (Vida) ascendiam, em 31 de dezembro de 2016, a 163.027 milhares de euros (53% do Passivo total). A provisão matemática do ramo vida corresponde ao valor atuarial estimado das responsabilidades futuras da Sociedade relativamente às apólices em vigor. O cálculo desta provisão é efetuado com base em métodos atuariais e de capitalização enquadrados no normativo da ASF, utilizando as tábuas de mortalidade e taxas de juro técnico detalhadas na referida Nota 14.

A consideração destas matérias como relevantes para a auditoria teve por base a sua materialidade nas demonstrações financeiras e o risco dos rendimentos futuros das carteiras de ativos subjacentes a estas responsabilidades não serem suficientes para assegurar o cumprimento das taxas técnicas dos contratos.

A nossa abordagem ao risco de distorção material na determinação das Provisões matemáticas (Vida) incluiu uma resposta específica que se traduziu numa abordagem combinada de avaliação de controlos e procedimentos substantivos, designadamente os seguintes:

- Entendimento dos procedimentos de controlo interno da Sociedade e execução de procedimentos de auditoria específicos para avaliar a eficácia operacional dos controlos identificados como relevantes na determinação das Provisões matemáticas (Vida);

- Testes de revisão analítica, recálculos e análise das metodologias de projeção de *cash flows*, incluindo os pressupostos financeiros e demográficos subjacentes, com especial atenção sobre as responsabilidades dos produtos com taxas garantidas;

- Com o envolvimento dos nossos especialistas em atuariado procedemos à análise das metodologias e pressupostos utilizados pelos atuários da Sociedade para a determinação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguros do ramo vida incluindo a análise da consistência com os utilizados no ano anterior e tendo por referência as especificidades dos produtos, os requisitos regulamentares e as práticas no sector segurador.

- Verificação da plenitude e consistência das divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas sobre Provisões matemáticas (Vida) com os respetivos dados contabilísticos e técnicos, relatórios atuariais e requisitos das Normas Internacionais de Relato Financeiro.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector segurador estabelecidos pela ASF;
- elaboração do Relatório de Gestão, nos termos legais e regulamentares;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Sociedade e suas subsidiárias de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade e suas subsidiárias;

- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Sociedade e suas subsidiárias para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade ou as suas subsidiárias descontinuem as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o Relatório de Gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o Relatório de Gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Sociedade e suas subsidiárias, não identificámos incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores da Sociedade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2012 para completar o mandato compreendido entre 2011 e 2013. Fomos nomeados na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de março de 2014 para o mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras consolidadas. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.

- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização da Sociedade nesta data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Sociedade durante a realização da auditoria.
- Informamos que, para além da auditoria, prestámos à Sociedade e suas subsidiárias os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
    - Procedimentos previstos no Anexo I da Norma Regulamentar nº 5/2016-R, de 12 de Maio, da ASF, para emissão do Relatório de Conclusões Factuais nos termos do nº 1 do artigo 4º da mesma Norma (realizados para a Victoria – Sociedade de Seguros, S.A. e Victoria – Sociedade de Seguros de Vida, S.A.)

Lisboa, 29 de março de 2017

Ernst & Young Audit & Associados – SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
Representada por:

Ana Salcedal

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)
Registada na CMVM com o nº 20160841

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nos termos do artigo 420º, alínea g) do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal apresenta o seu Relatório de Atividade e Parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas Consolidadas da VICTORIA Internacional de Portugal, S.G.P.S. S.A. ("Companhia"), relativos ao exercício de 2016, bem como sobre a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO DE ACTIVIDADE

No âmbito das competências que lhe estão atribuídas como órgão de fiscalização da Companhia, o Conselho Fiscal procedeu, ao longo de 2016, ao acompanhamento da gestão e dos resultados da Companhia, em especial no que respeita:

- Ao cumprimento e controlo das políticas e estratégias definidas pelo Conselho de Administração;
- À observância das disposições legais, regulamentares e estatutárias;
- À adequação das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotados e ao processo de preparação da informação financeira;
- À eficácia dos sistemas de controlo interno, gestão de riscos e auditoria interna.

Por se tratar de uma Entidade de Interesse Público, nos termos do artigo 3º da Lei nº148/2015 de 9 de setembro, o Conselho Fiscal desenvolveu designadamente, no exercício em apreço, as seguintes ações:

- Analisou as normas internas vigentes e respetivas atualizações;
- Indagou sobre alterações na estrutura organizativa da Companhia, bem como o funcionamento das suas principais unidades orgânicas;
- Acompanhou o desenvolvimento das iniciativas e projetos relevantes para a atividade da Companhia, com especial incidência para o Comité de Gestão de Riscos, o Comité de Subscrição, o Comité de Gestão de Ativos e Passivos e o Comité Anti-Fraude;
- Analisou a informação obtida das principais áreas responsáveis pela preparação e divulgação da informação financeira e pela gestão e controlo de riscos,
- Promoveu reuniões, numa base trimestral, com o Conselho Executivo, nas quais foi apreciada a evolução dos principais indicadores financeiros e examinados temas relativos à situação económica e financeira e sistema de controlo interno da Companhia;
- Reuniu, quando necessário, com os representantes da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, inteirando-se das principais conclusões e recomendações por estes formuladas, no âmbito do desempenho das respetivas atribuições;
- Analisou os pedidos de aprovação prévia de serviços distintos de auditoria feitos pelo revisor oficial de contas e garantiu o cumprimento das regras de independência que devem pautar a prestação destes serviços;
- Analisou a confirmação de independência e o relatório adicional preparados pelo revisor oficial de contas nos termos do artigo 24º do Regime Jurídico da Supervisão de Auditoria aprovado pela Lei 148/2015 de 9 de setembro;
- Comunicou ao Conselho de Administração as matérias relevantes de que tomou conhecimento no exercício das funções.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal examinou, nos termos do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, os quais mereceram o seu acordo:

- O Relatório de Gestão Consolidado do Conselho de Administração respeitante ao exercício de 2016;
- As Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira, dos Resultados, do Rendimento Integral, das Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa, assim como as Notas explicativas anexas relativas a 31 de Dezembro de 2016;
- A Certificação Legal de Contas Consolidadas elaborada pelo Revisor Oficial de Contas.

2. PARECER SOBRE O RELATÓRIO, CONTAS E PROPOSTA APRESENTADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de parecer que:

- O Relatório de Gestão Consolidado expõe de forma rigorosa a evolução dos negócios e o da Companhia, encontrando-se em concordância com as contas do exercício;
- As Demonstrações Financeiras Consolidadas estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis e dão uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira e resultados da Companhia.

pelo que recomenda consequentemente a sua aprovação, bem como da proposta de aplicação de resultados, na Assembleia Geral anual de Acionistas.

Finalmente, o Conselho Fiscal manifesta o seu agradecimento e apreço ao Conselho de Administração, aos Serviços da Companhia e ao Revisor Oficial de Contas, pela colaboração e disponibilidade sempre proporcionadas.

Lisboa, 29 de Março de 2017

O CONSELHO FISCAL

João de Lara Everard
(Presidente)

Santiago Gil de Biedma
(Vogal)

António Vilar Ribeiro
(Vogal)

VICTORIA
Uma empresa do Grupo Segurador SMA

Num mundo em que nada perdura e em que até o tempo é alvo de mudança, a VICTORIA mantém a solidez e estabilidade que a caracteriza, cultivando os mesmos valores de sempre:

ENTUSIASMO E ESPIRITO DE EQUIPA.
Temos energia para enfrentar todos os desafios
Colaboramos entre nós
Promovemos o nosso desenvolvimento
Celebramos os sucessos
Temos orgulho naquilo que fazemos
Valorizamos a diversidade de ideias

CONFIANÇA E TRANSPARÊNCIA.
Somos claros na informação que damos
Agimos com seriedade e rigor
Respondemos por aquilo que fazemos

ORIENTAÇÃO PARA O CLIENTE.

Valorizamos o Cliente, antecipando as suas necessidades
Surpreendemos o Cliente com evidência do nosso apoio e competência

EXCELÊNCIA NA EXECUÇÃO.

Somos eficientes na utilização dos recursos disponíveis para atingir o resultado a que nos propomos
Somos inovadores, melhorando continuamente os processos e a nossa atuação
Somos capazes de fazer acontecer

Edifício VICTORIA - Av. da Liberdade,
200 1250-147 Lisboa - Portugal
T 213 134 100 · F 213 134 700
Documento escrito ao abrigo do Novo Acordo Ortográfico